

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA PESSANHA DA COSTA

**A CONSTITUIÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA/ES E A
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO ESPÍRITO SANTO
(1971-2000)**

VITÓRIA
2014

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA PESSANHA DA COSTA

**A CONSTITUIÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA/ES E A
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO ESPÍRITO SANTO
(1971-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação, na linha de pesquisa Cultura, Currículo e Formação de Educadores.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Helena Silva Simões.

VITÓRIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Setorial de Educação,

Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Costa, Rita de Cássia Oliveira Pessanha da, 1961-

C837c A constituição do Instituto de Educação de Vitória/ES e a formação de professores primários no Espírito Santo / Rita de Cássia Oliveira Pessanha da Costa. – 2014.

135 f. : il.

Orientador: Regina Helena Silva Simões.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação – Vitória (ES) – História. 2. Escolas públicas – Vitória (ES). 3. Professores – Formação. I. Simões, Regina Helena Silva. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA PESSANHA DA COSTA

A CONSTITUIÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA/ES E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO ESPÍRITO SANTO (1971-2000)

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado em
Educação da Universidade
Federal do Espírito Santo como
requisito parcial para obtenção
do Grau de Mestre em
Educação.

Aprovada em 17 de outubro de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA



Professora Doutora Regina Helena Silva Simões
Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Valdete Côco
Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Doutor Antonio Henrique Pinto
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

Dedico esta pesquisa às minhas amadas filhas, Fernanda Maria e Bruna Maria, por acreditarem em mim e torcerem por mim. Ao meu esposo, Jorge Luiz, pelas palavras de apoio e compreensão nos momentos de ausências durante o percurso do mestrado. Aos meus pais e irmão Anilson (*in memoriam*), em especial à minha querida mãe, que sempre se orgulhava da filha professora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente a Deus, que sabe todas as coisas. Sem a sua presença constante, esta caminhada seria praticamente impossível. Obrigada, Senhor, por tudo!

À orientadora, Prof^a. Dr^a. Regina Helena Silva Simões, pela atenção, paciência e dedicação no acompanhamento constante durante o andamento da pesquisa.

Aos professores Sebastião Pimentel Franco, Valdete Côco e Antonio Henrique Pinto pelas contribuições no processo de qualificação e na defesa.

Aos professores do PPGE pelo compromisso e dedicação nos ensinamentos durante o Curso do Mestrado.

Aos colegas do Nucaphe, que contribuíram de diversas maneiras com esta pesquisa: ouvindo, sugerindo, ajudando na construção das narrativas, nos encontros semanais do grupo, por *e-mail*. Enfim, obrigada a todos por esta possibilidade, principalmente a Rosianny, Miriã, Karen, Maria Lúcia, Tatiana, Geraldo, Gustavo, Luiz, Sandro, Andrea, Ezimar, Valter, Ingrid, Elda e Rafaelle.

Ao amigo Geraldo Bassani pela força e pela contribuição nos intervalos das aulas na Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo (Eames).

Aos demais colegas da Escola Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo, pelas palavras de ânimo e incentivo durante o percurso do mestrado.

Às colegas Rosianny e Miriã por me “adotarem” como mãe. A força e contribuição de vocês foram imprescindíveis na realização desta pesquisa. Obrigada pela paciência e pela disponibilidade para as escutas, norteando minha caminhada.

A colega/amiga Ana Paula Pazzaglini pelo convívio que começou no dia 6 de março de 2012 e que se estendeu para além das redes acadêmicas. Valeu, Ana, por tudo!

Aos funcionários do PPGE pelo acolhimento quando foi necessário.

Aos funcionários da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Fernando Duarte Rabelo, onde a pesquisa foi realizada, em especial, ao diretor Paulo, por seu comprometimento com a educação e por seu papel facilitador nas buscas pelos documentos na instituição, proporcionando possibilidades de registrar a história do Instituto.

Aos funcionários da BPES, do Apes e da Sedu pela ajuda prestada na busca dos documentos nesses espaços.

Às professoras e à aluna que participaram como colaboradoras da pesquisa por ajudarem a tecer os fios que compõem este estudo, proporcionando verdadeiro aprendizado com suas narrativas.

Aos amigos da comunidade católica que frequento por compreenderem o meu afastamento temporário das funções que desempenhava.

Aos meus queridos irmãos Arinilson, Ailton e Ademir que sempre torceram por mim, mesmo a distância.

RESUMO

Investiga o processo de transição da Escola Normal para outro espaço físico sob a forma de Instituto de Educação e os desdobramentos dessa mudança na formação de professores no Espírito Santo, segundo as diretrizes instituídas pela Lei nº. 5.692/71, durante o Regime Ditatorial Brasileiro (1964-1985). O recorte temporal inicia-se em 1971, quando ocorreu a transição, e encerra-se no ano 2000, momento em que o Instituto passa a denominar-se Escola Estadual de 2º grau Professor Fernando Duarte Rabelo. Privilegia, como interlocutores teóricos, os historiadores Carlo Ginzburg (1986, 2006), Marc Bloch (2001) e Michel de Certeau (2004) e toma, como *corpus* documental, propostas curriculares do Estado, portarias, matérias de jornais, fotografias de eventos realizados pela instituição e entrevistas com sujeitos que atuaram naquele espaço como professoras, diretora e aluna. As fontes foram interrogadas a partir das seguintes questões: como se deu a transição da Escola Normal D. Pedro II para o Instituto de Educação de Vitória? Que motivos levaram a essa transição? Como se configurou a formação de professores no Instituto de Educação? Quais os desdobramentos das mudanças ocorridas, em se tratando da formação de professores capixabas? Pareceram intrigantes silêncios e lacunas observados em relação à transição da Escola Normal para o Instituto de Educação e aos motivos que desencadearam essa mudança. Das falas das professoras, depreende-se que decisões sobre a transferência do espaço físico e as modificações no currículo vieram prontas, de cima para baixo. O discurso da modernização alardeia a técnica e o tecnicismo e anuncia novidades. A Escola Normal e as suas tradições passam a habitar o passado como algo que se apaga em nome do avanço técnico. Ainda que sutilmente, o cheiro do cafezinho gratuito e do mingau fizessem espargir o aroma da saudade de um outro tempo em que o lanche dos professores da Escola Normal era um encontro “solene”. Conclui-se que a abrupta descontinuidade da Escola Normal, cujo prédio passou a abrigar a atual Escola Estadual Maria Ortiz, possivelmente não se esgota nas questões de ordem técnico-pedagógica que os documentos deixam explícitas. Entretanto, tendo em vista o cronograma limitado desta pesquisa e a lacuna das fontes, não foi possível explorar outras possibilidades de resposta.

Palavras-chave: Instituto de Educação. Formação de professores. História da Educação no Espírito Santo.

ABSTRACT

The work investigates the transition process from the Regular School to another physical space as Institute of Education and this change development concerning the Teachers' formation in the State of Espírito Santo, according to the guidelines instituted by the Law nº. 5.692/71, during the Brazilian Dictatorial Regime (1964-1985). The time frame is initiated in 1971 with the transition and it ends during the movement in which the Institute becomes the State High School "Professor Fernando Duarte Rabelo". The research privileges, as theoretical interlocutors, the Historians, Carlo Ginzburg (1986, 2006), Marc Bloch (2001) and Michel de Certeau (2004) and uses as documental *corpus* ordinances, newspaper articles, pictures of events held by the institution and interviews with individuals who have worked in that space as Teachers, principal and student. The sources were interrogated about the following questions: how was the transition from the Regular School "D. Pedro II" into the Education Institute of Vitória? What were the reasons that led to such transition? How was the Teachers' formation configured in the Education Institute? What are the developments of the changes regarding the Teachers' formation in the State of Espírito Santo? They seem to be intriguing silences and gaps observed in relation to the transition from Regular School to Education Institute and to the reasons that triggered to this change. From the Teachers' speech, it is inferred that the transfer from physical space and the changes in the curriculum were ready, from top to bottom. The modernization discourse boasts the technique and technicality and announces the news. The Regular School and its traditions start to dwell the past as something forgettable on behalf of the technical advance. Even subtly, the smell of free coffee and porridge sprinkled the aroma of nostalgia from another time when the Teacher's coffee break time was a "solemn" gathering. It is concluded that the abrupt discontinuity of Regular School, whose building started to shelter the current Sate School named Maria Ortiz, possibly is not depleted in the issues of technical-methodological order that the documents make explicit. However, owing to the schedule limited to this research and the gap of sources, it was not possible to explore other response possibilities.

Keywords: Institute of Education. Teachers' formation. History of education in Espírito Santo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Arquivo da EEEM Fernando Duarte Rabelo.....	30
Figura 2 –	Capa da <i>Revista Capixaba</i>	36
Figura 3 –	Escola Normal D. Pedro II em Vitória/ES.....	45
Figura 4 –	Escola Modelo Jerônimo Monteiro.....	47
Figura 5 –	Alunas da Escola Normal D. Pedro II.....	50
Figura 6 –	Matéria do dia 25 de março de 1971 do Jornal <i>A Gazeta</i> sobre o Instituto de Educação de Vitória.....	52
Figura 7 –	Instalações dos atuais prédios da secretaria e biblioteca da EEEM Fernando Duarte Rabelo.....	55
Figura 8 –	Decreto de denominação do Instituto de Educação em 1971.....	57
Figura 9 –	Recortes de matérias publicadas na imprensa local.....	60
Figura 10 –	Novas salas de aulas do Instituto de Educação (1971).....	62
Figura 11 –	Antigo Clube Cauê.....	64
Figura 12 –	Sala de Supervisão do Instituto de Educação.....	66
Figura 13 –	Escola de Aplicação do Instituto de Educação.....	67
Figura 14 –	Palestra sobre a Semana da Pátria na Escola de Aplicação (1971)...	68
Figura 15 –	Resolução 53/76 do CEE.....	75
Figura 16 –	Proposta Curricular de 2º Grau (1975).....	76
Figura 17 –	Desfile de 7 de setembro.....	79
Figura 18 –	Proposta Habilitação para Magistério de 1º Grau (1976)	82
Figura 19 –	Orientação sobre os cursos de 2º Grau do Espírito Santo (1979).....	85
Figura 20 –	1º curso de reciclagem para admissão dos professores do Instituto de Educação (1971).....	91
Figura 21 –	Currículo e carga horária da Escola Normal D. Pedro II.....	94
Figura 22 –	Convite de Formatura da Escola Normal D. Pedro II (1971).....	99
Figura 23 –	Concurso de bolos no Instituto de Educação.....	100
Figura 24 –	Concurso de bolos no Instituto de Educação.....	101
Figura 25 –	Ata de resultados do ano de 1975 do Instituto de Educação.....	104
Figura 26 –	Grade da Habilitação Específica Magistério segundo a Lei nº 5.692/71.....	106
Figura 27 –	Tábua curricular do Curso de Habilitação para 5ª e 6ª Séries.....	108

LISTA DE SIGLAS

Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Apes – Arquivo Público do Espírito Santo
BPES – Biblioteca Pública do Espírito Santo
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHE – Congresso Brasileiro de História da Educação
CE – Conselho Estadual
CFE – Conselho Federal de Educação
CIVIT – Centro Industrial de Vitória
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
Dasp – Escola de Serviço Público de São Paulo
DCS – Divisão de Currículo e Supervisão
DEO – Departamento Estadual de Obras
Deted – Departamento Técnico Educacional
Dopp – Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas do Estado
DRA – Diretoria de Recursos Audiovisuais
EEEM – Escola Estadual de Ensino Médio
EN – Escola Normal
GT – Grupo de Trabalho
HE – História da Educação
HEM – Habilitação Específica Magistério
HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas – História, Sociedade e Educação no Brasil
IE – Instituto de Educação
IEEP – Instituto de Educação do Estado do Pará
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MEC – Ministério de Educação e Cultura
Nucaphe – Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação
OSPB – Organização Social e Política Brasileira
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
RBE – Revista Brasileira de Educação
RBHE – Revista Brasileira de História da Educação
RC – Revista Capixaba

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

Sedu – Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo

Sesc – Serviço Social do Comércio

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

Usaid – *United States Agency for International Development*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
QUESTÕES DE ESTUDO.....	18
ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	19
 CAPÍTULO 1	
1 CONSTITUIÇÃO DO TEMA.....	21
1.1 O QUE OS ESTUDOS APONTAM?	21
1.2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	27
1.2.1 As fontes.....	28
 CAPÍTULO 2	
2 DA ESCOLA NORMAL D. PEDRO II AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA: UM PROCESSO DE TRANSIÇÃO.....	40
2.1 A TRANSIÇÃO DA ESCOLA NORMAL PARA O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO.....	40
2.2 O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SUA CONSTITUIÇÃO NO ESPÍRITO SANTO.....	54
2.3 A LEI N.º 5.692/71 E SEUS DESDOBRAMENTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE.....	72
 CAPÍTULO 3	
3 O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SUA ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO DE MAGISTÉRIO.....	88
3.1 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO.....	89
3.2 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR FERNANDO DUARTE RABELO.....	94
 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
 REFERÊNCIAS.....	115

APÊNDICES.....	119
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	120
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	121
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA À EX-ALUNA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO.....	122
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA ÀS EX-PROFESSORAS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO.....	123
 ANEXOS.....	 124
ANEXO A – CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA SEMANAL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO NO ANO LETIVO DE 1975.....	125
ANEXO B – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM PARA 5ª E 6ª SÉRIES DO 1º GRAU – ÁREA DE MATEMÁTICA.....	126
ANEXO C – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM PARA 5ª E 6ª SÉRIES DO 1º GRAU – ÁREA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO.....	127
ANEXO D – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – ÁREA DE CIÊNCIAS.....	128
ANEXO E – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – ÁREA DE CIÊNCIAS.....	129
ANEXO F – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – ÁREA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO.....	130
ANEXO G – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – GERAL.....	131
ANEXO H – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – ÁREA DE MATEMÁTICA.....	132
ANEXO I – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – ÁREA DE ESTUDOS SOCIAIS.....	133
ANEXO J – CONVITE E PROGRAMA DE FORMATURA DAS TURMAS DA ESCOLA NORMAL D. PEDRO II, DE 1971.....	134
ANEXO L – RELAÇÃO DE FORMANDOS E PARANINFOS DE UMA DAS TURMAS DE 1971 DA ESCOLA NORMAL.....	135

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa investiga a constituição do Instituto de Educação de Vitória,¹ cuja criação se deu no ano de 1971, em substituição à Escola Normal D. Pedro II,² em busca de compreender os processos de formação de professores/as instituídos nesse espaço.

Como atravessamentos que se complementaram para a realização deste trabalho, destacam-se as minhas experiências como professora normalista iniciadas nos anos de 1980. Inicialmente, trabalhei nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em escolas públicas e, tempos depois, como professora licenciada em História, tanto em escolas públicas quanto privadas, no Estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, no Espírito Santo.

Em 1997, conheci³ o Instituto de Educação de Vitória/ES por ocasião de um concurso de remoção.⁴ De início, causou-me estranhamento o espaço arquitetônico, pois era diferente dos Institutos de Educação que conhecia. O Instituto de Educação capixaba foi fundado no espaço em que funcionava o Clube Cauê, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce, e utilizando uma parte do prédio já existente.

Obtive a primeira informação sobre o Instituto de Educação por meio de conversas com professores da instituição, em intervalos, durante o processo de remoção. Segundo seus relatos, o Instituto de Educação substituíra a Escola Normal D. Pedro II, a mais tradicional instituição pública até então responsável pela formação dos professores primários capixabas. Em princípio, despertou-me o interesse a naturalidade com que a mudança me foi relatada, como se tratasse de uma simples troca de endereço, deixando à sombra possíveis desdobramentos para a formação

¹Essa Instituição foi criada pela Lei nº. 2561, denominando-se Instituto de Educação de Vitória. Pelo Decreto nº. 311, de 9 de março de 1971, passa a chamar-se Instituto de Educação Fernando Duarte Rabelo.

²A Escola Normal D. Pedro II foi fundada pelo Decreto nº. 4, de 4 de junho de 1892. Estava localizada no centro da cidade de Vitória/ES, na região da Cidade Alta, ao lado do Palácio do Governo. Era considerada uma instituição tradicional de formação de professores.

³Utilizo, ao longo do texto, a 1ª pessoa do plural (nós). Apenas na apresentação uso a 1ª pessoa do singular.

⁴Trata-se da movimentação do profissional de educação, em se tratando da mudança de local do exercício de profissão. Ocorre anualmente, durante as férias escolares e antes do início do período letivo (Lei Complementar nº 115, de 13-01-1998 - ES).

de professores, que hoje constituem o objeto desta pesquisa. Trata-se de uma questão relevante, em que se cruzam a ruptura da tradição da Escola Normal Pedro II, operada não somente por meio da mudança de endereço, mas também pela reforma educacional proposta pela Lei nº. 5.692/71,⁵ e a consequente transição do Curso Normal para a Habilitação Específica do Magistério de 2º Grau (HEM).

Dessa forma, estabelecendo como marco temporal inicial o ano de 1971, o enfoque desta pesquisa passou a ser o processo de transição da Escola Normal para outro espaço físico, sob a forma de Instituto de Educação. Soma-se a isso o fato de ter havido novas orientações nas diretrizes para a formação de professores, fruto da legislação do ensino de 1º e 2º Graus (Lei nº. 5.692/71), instituída durante o Regime Ditatorial Brasileiro (1964-1985), e os desdobramentos dessa mudança na formação de professores no Espírito Santo. O recorte temporal estabelecido encerra-se no momento em que o Instituto de Educação passa a se denominar Escola Estadual de 1º e 2º graus Professor Fernando Duarte Rabelo, pela Portaria nº. 048-R, de 22 de setembro de 2000.

Outro fato que motivou esta investigação: na década de 1970, em alguns Estados do País, como São Paulo e Rio de Janeiro, iniciou-se um processo de extinção dos Institutos de Educação criados nos anos 1930, enquanto no Espírito Santo a sua constituição estava começando. De acordo com Pimenta (1992, p. 106),⁶ a partir da década de 1970, os “[...] antigos institutos de educação, pouco a pouco, deixaram de existir, e a formação de professores para ministrar aulas na habilitação ficou restrita aos cursos superiores de Pedagogia”.

Diante do exposto, é importante ressaltar que a concretização desta proposta de estudo se tornou possível a partir de minha inserção no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), passando também a integrar o Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe). Esse grupo tem desenvolvido pesquisas sobre a educação capixaba, cujo objetivo principal é dar visibilidade a sujeitos e a processos da

⁵Sobre essa Lei, aprofundarei a discussão no capítulo *Da Escola Normal D. Pedro II ao Instituto de Educação de Vitória: um processo de transição*.

⁶A autora, ao analisar a formação de professores no Brasil, toma como referência os Estados de Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás (PIMENTA, 1992).

educação local, considerando sua singularidade. Em linhas gerais, busca “[...] provocar enredamentos necessários à consolidação e à ampliação da pesquisa histórica da educação no Espírito Santo” (SIMÕES, 2009, p. 21).

Neste esforço investigativo, estabeleço interlocuções com concepções e práticas historiográficas propostas por Carlo Ginzburg (1989) e Marc Bloch (2001), na medida em que, a partir de apontamentos desses historiadores, busco compreender como se constituiu historicamente o Instituto de Educação, partindo de *pistas* e *indícios* deixados pelos sujeitos no tempo.

A compreensão da constituição do Instituto de Educação de Vitória remete à leitura de estudos específicos sobre as instituições escolares no Brasil. Dentre eles, destaco as pesquisas de Buffa (2002), Saviani (2007), Gatti Júnior (2002) e Werle (2009), cujas contribuições auxiliam a pensar este estudo, mobilizando questões atinentes ao objeto investigado.

Ao analisar o processo de criação e instalação da escola, Buffa (2002) aponta que devemos considerar, dentre outros aspectos, a caracterização e a utilização da estrutura física, o espaço de poder, a seleção de conteúdos escolares utilizados, a origem social dos sujeitos escolares – especialmente os alunos – e seu destino provável, a legislação e normas.

A contribuição dos estudos de Buffa (2002) para esta pesquisa refere-se ao fato de que, por meio de ações investigativas, busco a produção de entrelaçamentos que ajudem a entender mudanças no processo de formação dos professores no Estado do Espírito Santo.

Saviani (2007), ao analisar as instituições escolares, sugere que uma observação a ser feita é que a escola é uma instituição em particular. Ou seja, para investigá-la, é necessário fazê-lo tanto em termos diacrônicos, assinalando mudanças ao longo de sua história, como sincrônicos, estabelecendo relações com o presente. Logo, para a análise do processo constitutivo do Instituto de Educação de Vitória/ES, os estudos de Saviani tensionam questões abordadas nesta pesquisa, principalmente no que se refere a mobilizações das fontes, considerando as ações dos sujeitos no

passado/presente e no presente/passado.

Do mesmo modo, ao estudar a constituição do Instituto de Educação, a partir da mudança de espaço da tradicional Escola Normal D. Pedro II, entendo ser necessário investigar possíveis permanências e/ou descontinuidades no processo de sua transferência, considerando a peculiaridade que cercou o Instituto de Educação no Estado do Espírito Santo, o que pode emergir, por exemplo, da escuta aos professores do Instituto de Educação no período estudado sobre o modo como essa mudança foi percebida na instituição.

Nesse direcionamento, Werle (2007) ressalta que, ao estudar as instituições educacionais, é preciso considerar as relações do particular com o contexto geral, observando os ritos e símbolos, capazes de tornar presente o que está ausente.

Gatti Júnior (2002), por sua vez, afirma que as escolas são fontes e detêm informações privilegiadas para o estudo delas mesmas e dos sistemas educacionais que permitem análises do passado ou do presente de grande importância para a história da educação: “[...] as interpretações hoje devem ser fruto da conversa que nossas ideias devem manter com os indícios” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 24). Reitero a posição do autor, partindo do pressuposto de que as fontes existentes na escola e a própria escola são relevantes para a compreensão do processo historiográfico. No entanto, tem-se que considerar que a realidade desse movimento de busca e análise das fontes nem sempre favorece o trabalho do pesquisador, devido à precariedade em que elas se encontram, o que não é diferente na realidade do Estado do Espírito Santo.

Acredito que as considerações a respeito das instituições escolares ora pontuadas contribuem para esta e outras pesquisas, ao fazermos o exercício de aproximação com a escola, não apenas com a intenção de relatar fatos ou apresentar dados, e sim de reconstituir a história da instituição entrelaçando os fios e rastros que ligam passado e presente.

QUESTÕES DE ESTUDO

Considerando o desempenho do Instituto de Educação na formação dos professores do Estado do Espírito Santo ao final do século XX, proponho algumas questões para este estudo. Com base nelas, busco compreender o papel da Escola Normal D. Pedro II, como instituição pública voltada para a formação dos professores no município de Vitória até a segunda metade do século XX, analisando sua trajetória e discutindo sua relevância social tendo em vista entender o processo de transição sofrido por essa instituição.

Minha intenção é problematizar os motivos que justificaram a transição da Escola Normal para Instituto de Educação no ano de 1971 e, para isso, entendo que, no processo de investigação de uma instituição escolar, devemos considerar, dentre outros fatores, o que Buffa (2002) aponta sobre a utilização da estrutura física, da legislação e das normas que regem as instituições escolares.

Minha atenção volta-se, também, para a formação dos professores primários no Estado do Espírito Santo, procurando compreender o que mudou nesse processo e como se dava a preparação docente a partir do Instituto de Educação. Procurei, assim, os desdobramentos dessas mudanças na formação docente em virtude da redistribuição e reorganização do ensino primário capixaba, decorrentes da implementação da Lei nº. 5.692/71. Nesse sentido, questiono:

- Como se deu a transição da Escola Normal D. Pedro II para o Instituto de Educação de Vitória?
- Que motivos levaram a essa transição?
- Como se configurou a formação de professores no Instituto de Educação?
- Quais os desdobramentos das mudanças ocorridas, em se tratando da formação de professores capixabas?

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Baseando-me nas intenções desta pesquisa e nas questões norteadoras apresentadas, este estudo se organiza da seguinte maneira:

No capítulo introdutório, apresento a temática do trabalho e o referencial teórico-metodológico que conduziram este estudo. Além disso, busquei analisar pesquisas já realizadas sobre a transformação de Escolas Normais em Institutos de Educação na década de 1970. Procurei analisar o movimento realizado a respeito da constituição do *corpus* documental e do referencial teórico-metodológico, bem como estabelecer possíveis relações entre eles.

No segundo capítulo, intitulado “Da Escola Normal D. Pedro II ao Instituto de Educação de Vitória: um processo de transição”, dedico-me a apresentar como ocorreu o processo de transição de uma instituição a outra na década de 1971 e como foi percebida pelos sujeitos que atuaram tanto na Escola Normal quanto no Instituto de Educação, buscando compreender como essa transição se configurou no cenário educacional capixaba.

Para a compreensão desse processo, analiso as fontes em busca do entendimento da constituição do Instituto de Educação no Estado do Espírito Santo no início da década de 1970. Sirvo-me de interlocuções possíveis de serem estabelecidas entre os documentos que se apresentaram de maneira diversificada, como: relatórios e mensagens de governo, matérias publicadas em jornais do período e entrevistas com sujeitos que vivenciaram o processo de transição e criação do Instituto de Educação. Prosseguindo com as análises neste capítulo, busco compreender a influência da Lei nº. 5.692/71 na transição da Escola Normal para o Instituto de Educação e os possíveis desdobramentos na formação docente capixaba.

O terceiro e último capítulo, sob o título: “O Instituto de Educação e sua atuação na formação de professores capixabas”, trata dos elementos e das ações que marcaram a formação dos professores que passou a ser ofertada sob uma nova configuração: Habilitação Específica de Magistério, de acordo com a estrutura curricular proposta pela Lei nº. 5.692/71. Neste capítulo, abordo as mudanças

curriculares e com relação ao espaço físico, em busca de entender como essas alterações foram sentidas e/ou percebidas pelas alunas e pelos professores, lançando mão das entrevistas e dos impressos locais que circulavam àquela época.

CAPÍTULO 1

1 CONSTITUIÇÃO DO TEMA

1.1 O QUE ESTUDOS SOBRE O TEMA APONTAM?

Para problematizar a investigação acerca de como se constituiu a transição da Escola Normal D. Pedro II para o Instituto de Educação de Vitória/ES e os desdobramentos desse processo na formação de professores primários capixabas, realizamos buscas em diferentes espaços de circulação de pesquisas: no Banco de Teses da Capes,⁷ em Anais de eventos: procuramos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped),⁸ no Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) e em periódicos da área: *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), *Revista Brasileira de Educação* (RBE) e *Revista HISTEDBR*, do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", da Faculdade de Educação da Unicamp.

Além disso, também fizemos pesquisas na Biblioteca Setorial do Centro de Educação da Ufes, na qual foi localizada a dissertação de Luiz Sérgio Quarto (1992), que também passou a fazer parte do conjunto de trabalhos analisados.

Inicialmente, foram mapeados estudos sobre Escolas Normais e Institutos de Educação no Brasil, considerando o recorte temporal proposto para esta pesquisa, entre 1971 e 2000.

Localizamos no Banco de Teses/Dissertações da Capes 645 trabalhos: 119 teses e 526 dissertações. Esses números referem-se aos descritores: "Institutos de Educação", "Formação de Professores" e "Escola Normal".

A leitura dos resumos referentes a essas produções evidenciou estudos sobre a formação de professores focados nas Escolas Normais e/ou nos Institutos de Educação, destacando sua origem, mudanças de nomenclaturas, registro de

⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁸ A busca se deteve nos trabalhos publicados da 21ª a 36ª Reuniões, considerando os anais que estão disponíveis *on-line*.

memórias de professoras normalistas, bem como o fechamento das instituições.

No intuito de aprofundar a busca, de modo a nos aproximar mais do objeto desta pesquisa, foram selecionados três trabalhos, por considerarmos que eles se aproximam mais da temática.

Na dissertação de Tatiana de Medeiros Santos (2009), tendo como título “Magistério em declínio: histórias e memórias de ex-alunas do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves em João Pessoa, na Paraíba, em 1970”, a autora destacou como tema as memórias de ex-normalistas da última turma da Escola Normal de João Pessoa, na Paraíba, no ano de 1970, investigando os motivos que levaram ao fechamento da EN, em João Pessoa, ainda que, segundo as narrativas, o papel desempenhado pela instituição fosse de excelente qualidade.

Santos (2009) ressalta em sua pesquisa que foi preciso trazer à tona elementos históricos considerados imprescindíveis para compreender por que a instituição fechou suas portas definitivamente no ano de 1970 e em seu espaço físico surgiu a Faculdade de Saúde. De acordo com a autora, um dos fatores que contribuiu de forma contundente para esse fechamento foi a falta de matrícula, segundo relato da ex-diretora da instituição.

O estudo aponta ainda o caráter político como influenciador para o fechamento da instituição, mesmo não sendo essa questão muito recorrente entre as alunas entrevistadas.

Assim como no Estado da Paraíba, buscamos entender, por meio desta proposta de investigação, o processo de fechamento da Escola Normal no Estado do Espírito Santo.

O trabalho de Andreia Cristina Labegalini (2005), intitulado: “A formação de professores alfabetizadores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933 a 1975)”, procurou analisar, por meio de documentos localizados nos Institutos de Educação, o modelo de formação de professores primários desenvolvido naquela instituição, entre 1933 e 1975.

A autora ressalta a importância da recuperação e preservação da história de uma instituição que marcou uma fase da formação de professores – no caso da sua pesquisa a formação de alfabetizadoras – que até então era ofertada exclusivamente pelos Institutos de Educação.

O estudo de Labegalini (2005) contribui com esta pesquisa partindo do pressuposto de que, entre nossas intenções, buscamos compreender o movimento realizado no Instituto de Educação como espaço de referência na formação de professores no Estado do Espírito Santo. Auxilia também quando a autora registra a importância da busca e análise a partir de documentos que tratam do modelo de formação de professores primários desenvolvido no Instituto de Educação.

A pesquisa de Vivian da Silva Lobato (2010), sob o título “Instituto de Educação do Pará (IEEP) na memória de alunas e professores”, trata da formação docente no Instituto de Educação do Pará entre 1940 e 1970. A autora analisou o cotidiano do Instituto de Educação do Estado do Pará, a partir da memória de suas protagonistas. Investigou e concluiu que, em função da vigência da Lei nº. 5.692/71, o currículo foi esvaziado em consequência do regime militar, mas, nas falas dos seus sujeitos, isso não era visto como ponto negativo e sim como zelo por sua aprendizagem.

O trabalho de Lobato (2010) possibilita pistas para investigar como se configurou a vigência da Lei nº. 5.692/71 na nova modalidade de ensino com a Habilitação Específica para o Magistério e de como essa mudança foi percebida pelos professores do Instituto de Educação de Vitória.

Os estudos localizados contemplam o marco temporal e/ou o tema proposto para esta investigação, porém não encontramos, nas buscas realizadas no banco de dados da Capes, trabalhos que tratam diretamente do Instituto de Educação de Vitória.

São muitas as pesquisas que remetem ao tema proposto, mas com focos diferenciados, ajudando a compreender o processo de formação de professores, em suas particularidades, voltando, porém, seus olhares para outras perspectivas.

Ao buscar trabalhos apresentados na Anped, da 23^a a 31^a Reuniões Anuais, acessamos os Grupos de Trabalhos (GT) GT 02, de História da Educação e GT 08, de Formação de Professores. Foram localizados apenas dois trabalhos no GT 02 que se aproximam do tema em estudo e, no GT 08, nenhum trabalho estava relacionado com a temática.⁹

Entre os trabalhos apresentados no GT 02 (HE), nenhum abordava a História do Instituto de Educação de Vitória e/ou a Escola Normal D. Pedro II. No entanto, selecionamos as pesquisas que focalizam questões sobre a Escola Normal e sua transformação em Instituto de Educação (SOARES; FERRO, 2003) e também que tratam da importância de valorizar os arquivos do Instituto de Educação (LOPES, 2004).

Soares e Ferro (2003) destacam em seu trabalho a função desempenhada pela Escola Normal do Piauí, sua origem, consolidação e apogeu até a transformação em Instituto de Educação. As autoras tecem considerações sobre o papel de destaque exercido pela EN, porém não apresentam indícios de investigações sobre o processo de transição de uma instituição para outra. Há, no trabalho, um indicativo de inconformismo com a mudança e, ao se referirem ao Instituto de Educação, as autoras o apresentam como representante da Escola Normal.

O trabalho contribui com esta pesquisa quando buscamos entender como se configurou a mudança da Escola Normal para o Instituto de Educação no Estado do Espírito Santo, considerando que, apoiado nas proposições de Ginzburg (2002) e Bloch (2001), o trabalho de investigação é tecido por muitos fios e rastros que compõem o processo de produção das fontes com múltiplas possibilidades de compreender como essa mudança foi percebida pelos professores e pelos alunos.

A pesquisa de Lopes (2004), com o título “Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória de formação de professores”, tratou de reconstituir a história da Escola Normal em Teresina no período de 1864 a 2003. A autora pontuou

⁹ Os trabalhos apresentados no GT 08 (Formação de Professores) estão disponíveis nos anais da Anped e abordam temáticas que discutem temas como: formação continuada, formação de professores em nível superior, educação especial, tecnologias digitais e memórias de normalistas. Não foi localizado nesse GT nenhum trabalho que se aproximasse da temática da pesquisa.

que a Escola Normal de Teresina passou por diversos momentos que podem ser caracterizados como períodos de aberturas e extinção ao longo de sua trajetória. Porém, a pesquisa da autora contribui com nosso trabalho quando define o recorte entre 1947 e 1972, período considerado como o apogeu da Escola Normal, em que essa instituição gozava de prestígio e reconhecimento social e, mesmo com essas considerações, a Escola Normal foi transformada em Instituto de Educação. É importante, ainda, ressaltar que, neste caso, essa mudança serviu de parâmetro para o surgimento de outras Escolas Normais, fator que difere do modelo adotado no Estado do Espírito Santo.

Acreditando ser possível estabelecer um paralelo entre as duas situações a respeito de transferência da Escola Normal para Instituto de Educação, buscamos entender como essas considerações circularam no Instituto de Educação de Vitória, no processo de formação de professores primários capixabas, no início do ano de 1971.

Na biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), foi localizado o trabalho de dissertação de Luiz Sérgio Quarto (1992) com o título: “A questão da prática pedagógica na formação de professores no Instituto de Educação de Vitória: um estudo de caso”.¹⁰

Quarto (1992) priorizou, em sua pesquisa, o questionamento da prática pedagógica em cinco disciplinas, focando na questão da influência do poder exercido pela diretoria da instituição sobre os professores. O marco temporal do seu trabalho foi de 1988 a 1992. Foi realizada pesquisa com 123 alunos e 23 professores. O autor concluiu que a prática pedagógica na formação de professores pelo Instituto de Educação era tradicional em algumas disciplinas e tradicional-liberal e “social” em outras.

O trabalho de Quarto (1992) voltou olhares para outras questões, diferentes das que esta pesquisa apresenta, mas contribuiu de certa forma a partir do momento em que, unindo os fios do que foi concluído pelo autor, sua pesquisa favorece o entendimento das narrativas dos sujeitos que circularam no mesmo espaço físico.

¹⁰ Esta dissertação de mestrado não integra os trabalhos disponibilizados pela Capes, uma vez que foi defendida em 1992, período anterior à disponibilização das dissertações e teses pelo portal.

Com base nos estudos apresentados, podemos reconhecer a produção acumulada por vários pesquisadores de trabalhos já localizados. Quando selecionamos descritores como “Escola Normal” e “Formação de Professores”, por exemplo, observamos que são temas explorados com frequência.¹¹ Ao indicarmos o descritor “Instituto de Educação”, observamos que este aparece com recorrência em trabalhos das Regiões Sul e Sudeste, porém destacando os anos de 1930, 1940 a 1960. No caso desta pesquisa, esses trabalhos reafirmam diferenças entre o que aconteceu no Estado do Espírito Santo e em outros Estados brasileiros nos anos 1970. Nesse período, enquanto nos demais Estados os institutos estavam se tornando faculdades, no Espírito Santo, o Instituto de Educação estava se constituindo.

Outro descritor que aparece com grande recorrência nas pesquisas datadas a partir dos anos 1970 é a “Lei de nº 5.692/71”. Ao procurar pelos trabalhos que focalizam essa lei, destacam-se as pesquisas que se dedicam ao período da Ditadura no Brasil (1964-1985) e suas repercussões na educação. São recorrentes em trabalhos que abrangem mais a Região Sul, mas não são o foco deste trabalho.

Nessa direção, localizamos no Espírito Santo dois trabalhos que associam a referida lei ao período da ditadura. O primeiro deles, o de Quarto (1992), foi analisado na revisão por se dedicar ao estudo do Instituto de Educação. O segundo, de Cabral (2006), aborda o Colégio Estadual e, portanto, não foi incluído entre os trabalhos selecionados.

O presente estudo insere-se na perspectiva de pensar a formação de professores primários a partir das inferências da Lei nº 5.692/71 no Instituto de Educação, observando como essa lei foi, na prática, sentida e vivida pelos alunos e professores da instituição.

¹¹ Em buscas realizadas na RBHE, encontramos 135 trabalhos sobre Escolas Normais e formação de professores, porém o recorte temporal refere-se às décadas de 30 e 40, que não é o período foco desta pesquisa, mas a leitura ajuda na compreensão dos estudos sobre a História da Educação no Brasil. Observamos também que há uma concentração maior dos trabalhos nas Regiões Sul e Nordeste.

1.2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Em busca de compreender a constituição histórica do Instituto de Educação de Vitória, utilizamos uma multiplicidade de fontes, entre as quais estão aquelas localizadas nos acervos do município de Vitória e aquelas produzidas com base em entrevistas. Isso nos remete às reflexões de Bloch (2001) sobre a diversidade de fontes: “Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documento, específico para tal emprego [...]” (BLOCH, 2001, p. 80).

Alicerçada em Ginzburg (2002) e Bloch (2001), buscamos encontrar pistas, indícios e sinais deixados pelos sujeitos que atuaram na Escola Normal e no Instituto de Educação, sempre atenta ao fato de que o exercício de mobilização das fontes requer do pesquisador paciência e desprendimento no processo de leituras verossímeis das fontes (GINZBURG, 2002). Assim, nossa intenção é problematizar as fontes, estranhando-as, num exercício de unir os fios que relacionam o passado e o presente.

Nesse caminho, procuramos observar os possíveis *espaços em branco* que podem surgir ao analisarmos tais documentos: imagens, manuscritos ou narrativas, pois entendemos que os pequenos detalhes que facilmente podem passar por nós despercebidos, em muito contribuem para a compreensão do objeto investigado. Como afirma Ginzburg (2002, p. 42), “[...] O que está fora do texto está também dentro dele, abriga-se entre suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”.

A adoção dessa postura teórico-metodológica tem como princípio o tensionamento das fontes encontradas, inclusive considerando a escassez de documentos e as lacunas identificadas nas buscas, compreendendo a necessidade de “[...] ler a realidade às avessas, partindo de sua opacidade, para não se permanecer prisioneiro dos esquemas da inteligência [...]” (GINZBURG, 2004, p. 14).

Na análise dessas lacunas, procuramos dialogar, também, com Michel de Certeau (2004), no que diz respeito ao seu entendimento dos *usos* que os sujeitos fazem daquilo que é prescrito.

Além disso, as noções de *estratégia* e *tática* nos ajudam a compreender relações de poder existentes entre os sujeitos. Por estratégia, o autor entende que é

O cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...] (CERTEAU, 2004, p. 99).

Essa noção nos possibilita a compreender modos como a legislação pretendia direcionar o curso de formação de professores, por exemplo. Em contrapartida, os sujeitos lidavam taticamente com as prescrições que chegavam, jogando com o terreno das prescrições. Esse jogo, de acordo com Certeau (2004, p. 100), caracteriza-se como “[...] movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ [...] e no espaço por ele controlado”.

1.2.1 As fontes

A composição do *corpus* documental compreendeu quatro espaços de buscas: a) o Instituto de Educação; b) a Biblioteca Pública do Espírito Santo (BPES); c) o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apes); e d) a Secretaria Estadual de Educação (Sedu), os quais visitamos ao longo de toda a pesquisa.

O primeiro contato com as fontes ocorreu a partir da visita ao arquivo do Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo, instituição investigada,¹² no ano de 2012. Nesse arquivo, tivemos, inicialmente, acesso a uma pasta (nº 559) que contém documentos preservados sobre a história de criação do Instituto de Educação, em 1971. Entre as fontes, estavam, na ocasião, recortes de reportagens dos jornais *A Gazeta*, *A Tribuna* e *Diário Oficial* que circulavam no período.¹³ Ainda

¹² Foi estabelecido que as idas ao arquivo aconteceriam uma vez por semana, quando o diretor da escola pudesse se fazer presente.

¹³ Essas pastas foram organizadas pela primeira diretora do Instituto de Educação, a Sra. Maria do Carmo Marino Schneider, e trazem matérias referentes à criação do Instituto de Educação, sua finalidade, relatório do Conselho de Educação aprovando reforma de ensino e ainda crônicas sobre a história da Escola Normal Pedro II, escritas pelo professor Geraldo Costa Alves. O único recorte do *Diário Oficial* data de 19 de março de 1971, do Decreto nº 220, no qual o governador do Estado, o Sr.

nessa pasta, foram encontradas fotografias retratando as mais variadas atividades desenvolvidas pelas alunas, dentro e fora da instituição. Essas fotos pertencem ao arquivo da escola, porém estavam desordenadas e não correspondem ao período investigado.

O fato de termos encontrado uma única pasta com fontes que tratam do processo de constituição do instituto nos remete às proposições de Bloch (2001, p. 83) sobre a preservação dos documentos nos arquivos. Segundo o autor,

[...] os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.

Ainda na secretaria da escola, encontramos outras duas pastas catalogadas contendo documentos relativos à organização curricular do instituto dos anos 1974 e 1975: relatório anual com a grade curricular (“tábua curricular”, conforme consta do documento) e carga horária do curso de Habilitação Específica para o Magistério de 1º Grau; calendário escolar; relação de professores com suas respectivas turmas; qualificação e número de registro dos docentes; ata dos resultados de exame de adaptação em Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º Grau; livro de matrículas de alunas do curso de HEM.

Outro espaço visitado na Escola Fernando Duarte Rabelo foi um acervo (Figura 1) em desuso,¹⁴ onde localizamos documentos das décadas de 1970 e 1980.

Arthur Carlos Gerhardt Santos, designa a Sra. Maria do Carmo Schneider a responder pela direção do Instituto de Educação e da Escola Normal Pedro II.

¹⁴ O material localizado nesse acervo estava desorganizado. Disposto em uma sala fora da biblioteca, em condições precárias, à espera do descarte. Em busca de recuperar as fontes dispersas nesse acervo, os membros do Nucaphe se reuniram para garimpar, selecionar, higienizar e catalogar o material do acervo.

Figura 1 – Arquivo da EEEM Fernando Duarte Rabelo



Fonte: Da autora.

Os documentos da década de 1970 localizados nesse espaço incluem: relatórios da diretoria do instituto, propostas curriculares, orientações para o trabalho docente, orientações sobre prática de ensino e estágio supervisionado e sobre os cursos de 2º grau, além de fotografias da Escola Normal e do instituto. Numa organização cronológica, passamos a apresentá-los.

Entre os primeiros documentos, estão os relatórios da Diretoria de Recursos Audiovisuais (DRA) dos períodos de 1967 a 1971,¹⁵ destinados à Secretaria de Educação do Estado, prestando conta da utilização dos recursos audiovisuais adquiridos pelo Governo do Estado com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas estaduais. Para esta pesquisa será analisado o relatório do ano de 1971. O documento contém 117 páginas datilografadas e com fotos de

¹⁵ Salientamos que esse período refere-se ao governo de Christiano Dias Lopes (1967-1971).

eventos realizados pela DRA nas escolas estaduais.

É possível observamos, na leitura desses documentos, a intenção em relatar ao governo, via Secretaria de Educação e Cultura, as atividades desenvolvidas pela equipe da DRA, como pode ser lido no relatório de 18 de janeiro de 1968,¹⁶ no qual a diretora expressa: “[...] fazendo sentir, por toda parte, ‘operosidade’ e dinamismo do atual governo e colaborando na divulgação de suas realizações, elevando mais e mais o Espírito Santo no conceito da comunidade brasileira” (ESPÍRITO SANTO, 1968, s/p).

O documento reúne um conjunto de atividades realizadas pela DRA, com a “[...] finalidade de treinar, orientar e auxiliar o professor primário de nosso Estado, distribuindo os referidos trabalhos pelos Grupos Escolares” (ESPÍRITO SANTO, 1969).

Além de discriminar detalhadamente as atividades realizadas nas instituições escolares, a DRA também registrava as ações fora delas, atendendo às solicitações do governo do Estado. Observamos, nesse relatório, a preocupação da equipe responsável em prestar conta à Secretaria de Educação, de todo o material que conseguiam recuperar ou adquirir por meio de empréstimos a países como o Canadá e Noruega. É possível também perceber as restrições da equipe da DRA a respeito das condições onde trabalhavam, alegando ser “[...] paupérrima no que tange a material técnico [...]”. Porém, o documento ressalta a excelência do material humano, sempre disposto “[...] a cumprir o dever, dando o máximo de seus esforços para o bom andamento do serviço” (ESPÍRITO SANTO, 1969).

A diretora relata que, em 1967, com a intenção de ampliar os conhecimentos para melhor dirigir a DRA, realizou na Escola de Serviço Público, do Ministério da Educação (Dasp), no Rio de Janeiro, o curso de Cinematografia Educativa. Sobre esse curso, registra:

¹⁶ Ainda que alguns relatórios se refiram a anos anteriores ao recorte temporal deste estudo, consideramos relevante destacar porque se trata de atividades desenvolvidas pela DRA, que atuou no “treinamento” de professores primários estaduais, no período de transição da Escola Normal D. Pedro II para o Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo.

Tal curso foi de alto nível pois dele faziam parte elevadas patentes do exército, médicos, advogados, engenheiros, professores catedráticos de Português, História, Matemática, Geografia, Professores de Música etc., além de destacados funcionários federais do Estado do Rio, de S. Paulo e da Guanabara. As aulas foram ministradas pelo emérito Prof. SYLVIO DO VALLE AMARAL, que leciona Português, Inglês, Espanhol, Cinematografia Educativa e Comunicações em vários estabelecimentos oficiais e particulares do Estado da Guanabara (ESPÍRITO SANTO, 1967, s/p).

Nota-se, neste caso, o destaque à presença de militares de alta patente abrindo a relação de participantes desses cursos considerados de “alto nível”. A hierarquia sugerida entre os participantes do curso de formação, que começava com os militares do Exército e terminava com os professores, associada ao potencial do cinema como instrumento de propaganda e à presença de profissionais de outros Estados no curso realizado pela Escola de Serviço Público, do Ministério da Educação, aponta para estratégias de disseminação e fortalecimento do ideário político-educacional vigente. Desse modo, segundo o relatório da Diretoria de Recursos Audiovisuais do Espírito Santo, anteriormente citado, tratava-se de fazer “[...] sentir, por toda parte, ‘operosidade’ e dinamismo do atual governo [...] colaborando na divulgação de suas realizações, elevando mais e mais o Espírito Santo no conceito da comunidade brasileira” (ESPÍRITO SANTO, 1968, s/p).

Outro documento localizado, intitulado *A Escola de 1º Grau e o Currículo Formação Especial*, de 1972, aborda o conjunto de normas e informações como subsídios para facilitar a interpretação e aplicação da Lei nº 5.692/71.

Ainda entre as propostas curriculares encontradas, está a *Proposta Curricular de 2º Grau Volume II-B*, de 1975, publicada na gestão do governador Élcio Álvares.¹⁷ O documento possui 126 páginas divididas da seguinte forma: introdução, uma seção que trata dos fins da educação, dos objetivos da escola de 2º Grau e dos objetivos específicos, conteúdos e sugestões de atividades para as disciplinas de Educação Geral: Geografia, História e Organização Social e Política Brasileira (OSPB).

¹⁷ Secretário de Educação e Cultura Dr. Alberto Stange Júnior; Presidente do Conselho Estadual de Educação professor Leandro Nader; Chefe do Departamento Técnico Educacional professora Icléia Maria Pereira Netto; Chefe da Divisão de Currículo e Supervisão professora Evany Valadares Borges; e como Coordenadora da Equipe de Currículo de 2º Grau a professora Déa Martins Galvêas Loureiro. A proposta foi elaborada pela Equipe de Currículo de 2º Grau que era composta por: Déa Martins Galvêas Loureiro, Heloisa Nogueira da Gama de Souza, Marília Antunes Feu Rosa, Nemyr Menezes Paganí e Therezinha Cândida Mares Guia Barbosa (coordenadora). A assistência técnica ficou a cargo do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do DEM.

Há também a *Proposta curricular de habilitação para o magistério de 1º Grau*, elaborada pela equipe de currículo de 2º Grau do Estado do Espírito Santo, de 1976,¹⁸ que possui 92 páginas divididas da seguinte forma: introdução, objetivos da Habilitação para o Magistério de 1º Grau, objetivos específicos e comuns, apresentação de cada disciplina e um quadro composto por: objetivos, conteúdos e sugestões. Ao final de cada disciplina, é apresentada a bibliografia utilizada.

Trata, assim, das disciplinas profissionalizantes, com o objetivo de oferecer, no quadro geral das habilitações profissionais em nível de 2º Grau, uma atenção especial à Habilitação Específica para o Magistério de 1º Grau, com a finalidade de imprimir um “[...] sentido humano voltado especialmente para o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo” (ESPÍRITO SANTO, 1976, p. 7).

A *Proposta Curricular do Ensino de 2º Grau (Fundamentos I e II)*, de 1988, por sua vez, foi elaborada no governo de Max de Freitas Mauro.¹⁹ O documento é composto de 61 páginas divididas da seguinte forma: Apresentação; Introdução; Fundamentos da Educação I (aspectos biopsicológicos da educação) e Fundamentos da Educação II (Filosofia da Educação, História da Educação e Sociologia da Educação).

Encontramos, ainda, dois documentos de períodos diferentes, que apresentam orientações para o trabalho docente. O primeiro intitula-se *A Escola de 1º Grau e o*

¹⁸ A proposta foi elaborada no governo de Dr. Elcio Álvares. O Secretário de Educação e Cultura era o Dr. Alberto Stange Júnior. O presidente do Conselho Estadual de Educação: professor Leandro Nader; Chefe do Departamento Técnico Educacional: professora Icléia Maria Pereira Netto; Chefe da Divisão de Currículo e Supervisão: professora Evany Valadares Borges; coordenadora da Equipe de Currículo de 2º Grau: professora Déa Martins Galvêas Loureiro. A proposta foi elaborada pela Equipe de Currículo de 2º Grau que era composta por Aurélia Hermínia Castiglione, Déa Martins Galvêas Loureiro (coordenadora), Heloísa Nogueira da Gama de Souza, Marília Antunes Feu Rosa e Nemyr Menezes Pagani. Atuaram como consultores: de Fundamentos Biopsicológicos da Educação (I): Helena de Souza Labanca e Renée Cavalcante Leão. Fundamentos Sócio-Históricos e Filosóficos (II): Rita de Cassia Colombi e Walkiria Antonia Rigo. De Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º Grau e Estatística: Arlete Thiengo, Lomar Gonçalves e Maria Helena Resende. A equipe de consultores recebeu a colaboração de Alice Uliana. Essa proposta tinha como apoio administrativo: em datilografia: Dalva Souza Madeira e Terezinha Dorsch Gerhardt e de mimeografia, Ilza Helena Zeferino.

¹⁹ O secretário de Educação era o Sr. José Eugênio Vieira e o chefe de Departamento de Apoio Técnico e Pedagógico era a Sra. Maria Carolina Brunow. Participaram da elaboração desse documento: Agostinho José Soares, José Luiz Piôto D'Ávila, Maria Angela Varella Cabral, Maria Alice Sant'Ana Zucoloto e Regina Helena Silva Simões. Coordenaram: Lislíe Maria da Penha Leitão Epichin e Maria Angela Varella Cabral. Responsáveis pela Equipe de 2º Grau: Lislíe Maria da Penha Leitão Epichin, Maria José Rezende Epichin, Maria Nilde Fernandes dos Santos e Telma Teixeira Coffey. A datilografia do documento coube a Marília Caliman e Itamara Zamprogno Harrigan.

Currículo Formação Especial,²⁰ e foi publicado em julho de 1972. Trata-se do conjunto de normas e informações como subsídios para facilitar a interpretação e aplicação da Lei nº. 5.692/71. O segundo, publicado 11 anos depois, envolve orientações para o ensino de 2º Grau e tem como título *Preparar para o trabalho*, tomando como referência as Leis nº. 5.692/71 e nº. 7.044/82, no sentido de apontar as diferenças para o processo de ensino/aprendizagem presentes nas duas leis, de modo a trazer questionamentos sobre o que mudou na preparação dos jovens para o trabalho.

A fonte intitulada *Subsídios para Planejamento e Execução da Prática de Ensino e do Estágio Supervisionado na Habilitação para o Exercício do Magistério em 1º Grau* está também entre os documentos localizados. Foi publicada em 1987, durante o governo de Max de Freitas Mauro. O documento é composto de 140 páginas, distribuídas em: Apresentação; Conceituação; Objetivos; Estágio Supervisionado (características); Atividades Básicas; Organização; Sugestões de Atividades para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado em Observação Aliada à Participação e Regência; Avaliação; Considerações Finais; Bibliografia e Anexos.

Localizamos, também, a *Orientação sobre os cursos de 2º Grau do Estado do Espírito Santo*, de 1979, elaborada no governo de Élcio Álvares. O secretário de Estado da Educação era Edilson Lucas do Amaral.²¹ O documento possui 147 páginas, organizadas da seguinte forma: Introdução; Habilitações dos Setores Primário, Secundário e Terciário. Para cada setor, o documento traz a definição de

²⁰ O documento discorre sobre o currículo da escola de 1º Grau. Acharmos interessante catalogar esse documento por nos indiciar que circulou no Instituto de Educação, porém não será analisado por se tratar especificamente do ensino de 1º Grau. Ressaltamos que o documento encontrado refere-se à segunda parte e que, durante o período das buscas, não encontramos o exemplar da 1ª parte.

²¹ O presidente do Conselho Estadual de Educação era o professor Leandro Nader e o Chefe do Departamento de Apoio Técnico e Pedagógico era a professora Bernadete Gomes Mian. A elaboração do documento ficou sob a responsabilidade da Equipe de Currículo de 2º Grau, que era composta por: Aurélia Hermínia Castiglioni, Heloisa Nogueira da Gama de Souza e Nemyr Menezes Pagani. Para a elaboração do documento, profissionais de diversas áreas ajudaram na elaboração dos perfis técnicos das profissões como: Técnicas Agrícolas, Química, Agrimensura, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Edificações, Enfermagem, Serviços Bancários, Secretariado, Contabilidade, Estatística, Habilitação para exercício do Magistério em 1º Grau etc. Foram consultados Álvaro Soares, Erly Rabelo Brasil, Euclines Silveiras, Geraldo Elizio de Souza, Geraldo Gonçalves Freitas, Hélio Esteves Filho, José Fernando Ferreira, Maria Ângela Sarlo Riusech, Maria da Penha Gotardi Ventura, Michel Jacob Saade, Mirtes Storch de Almeida, Paulo Caldeira Brant, Rogério Vassalo Botecchia, Ruth Silva, Valdir de Jesus Freitas e Valdo Brito. Colaborou na elaboração do documento a Equipe do Projeto de Desenvolvimento Operação Linguagem (Prodol/DAD). A capa ficou sob a responsabilidade da Equipe de Recursos Instrucionais (RI).

cada habilitação, atribuições, requisitos, mercado de trabalho, características essenciais para os cursos (Pareceres de acordo com o CFE), duração dos cursos, conteúdo curricular, estágio supervisionado, orientação sobre a disciplina Ensino Religioso e a relação das escolas que oferecem as habilitações.

Para a análise dessas propostas, buscamos compreender, conforme as proposições de Certeau (2004), os *usos* que delas foram feitos pelas professoras que atuaram no instituto. Para isso, esses documentos serão cotejados com as entrevistas. São documentos que trazem consigo indícios de que, de alguma maneira, circularam pelo Instituto de Educação diretrizes contidas na Lei nº. 5.692/71. Entendemos que, no processo de produção da escrita, é necessário estabelecer o entrecruzamento das fontes localizadas, em busca de compreender as tensões existentes entre as duas fontes.

Uma nova visita à secretaria do instituto no ano de 2014 revelou a existência de fontes não localizadas nas primeiras visitas. Encontramos um envelope contendo fotografias diversas do Instituto de Educação dos anos 1971 a 1976, retratando eventos e atividades envolvendo as alunas em processo de formação e os alunos da Escola de Aplicação do Instituto. Essas imagens apresentam outra perspectiva da instituição, ainda não acessada nos documentos anteriormente encontrados.²²

O segundo momento de buscas ocorreu na Biblioteca Pública Estadual (BPE), onde foi localizado o livro de Bruna Moraes de Medeiros, intitulado *Arquitetura Escolar Capixaba: sua trajetória*. Publicado em 2010, apresenta fotografias e resumo do histórico de 20 escolas estaduais do Espírito Santo. Entre elas, encontramos o Instituto de Educação. O foco da autora é o mapeamento da arquitetura das escolas.

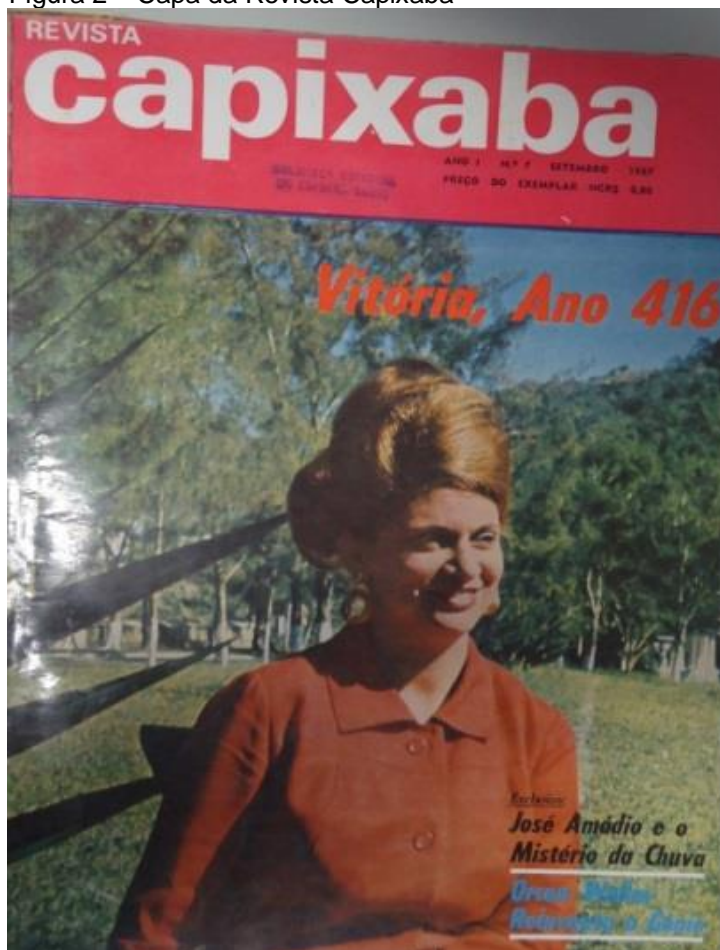
Outro conjunto de documentos localizado na BPE refere-se à *Revista Capixaba* (RC),²³ fundada em 1967, na qual circulavam matérias diversas sobre o Estado do Espírito Santo. Entre as matérias, encontramos algumas sobre a situação da

²² Essas fotografias não constavam da pasta na primeira busca.

²³ A *Revista Capixaba* circulava nacionalmente e buscava apresentar o Espírito Santo entre os anos 1960 e 1970. A revista teve sua publicação encerrada em 1971. Informações gerais sobre a revista podem ser acessadas na página do LDHT: <<http://www.ladht.com/tipoegrafia/revista-capixaba-trajetoria-por-fichas-de-analise/>>.

educação no Estado. Na edição de nº 7, nas páginas 38 e 39, do Ano 1 (1967), localizamos uma matéria que expressa, por parte do chefe da Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas do Estado (Dopp), o professor José Aquino Oliveira, a necessidade da criação de um Instituto de Educação para qualificar o professor.

Figura 2 – Capa da Revista Capixaba



Fonte: Revista Capixaba (1967).

Nessa revista, não localizamos matérias sobre a criação do Instituto de Educação. No entanto, entendemos essa ausência como possibilidade de análise, considerando as proposições de Ginzburg (2002) sobre a existência de *espaços em branco* na documentação. Para esse historiador, as ausências não podem escapar à análise.

O terceiro momento das buscas ocorreu no Arquivo Público Estadual (Apes), onde tivemos, inicialmente, acesso ao Fundo de Educação que contém inventariados os

documentos sobre a educação no Espírito Santo entre 1859 e 1941,²⁴ período que antecede o recorte desta pesquisa. Assim, no exercício da busca, observamos que há uma lacuna temporal nas fontes do Apes com relação ao tema desta pesquisa, o que, de certa forma, nos instiga a continuar a busca considerando sempre as ausências dos documentos nos arquivos, como lembra Bloch (2001).

Para além do Fundo de Educação, que não contém documentos sobre o Instituto de Educação, localizamos no Apes o livro autobiográfico de Maria do Carmo Marino Schneider, intitulado “Duas vidas, uma história”, publicado em 2013. A autora foi a última diretora da Escola Normal D. Pedro II e a primeira do instituto, atuando, portanto, no processo de transição entre as escolas. Nesse livro, há uma foto que marca o último desfile de Sete de Setembro, com a diretora Maria do Carmo à frente.

Localizamos, por fim, um envelope contendo 60 negativos de filmes retratando eventos diversos²⁵ realizados pelas alunas da Escola Normal Pedro II. As imagens nos permitem visualizar o papel de destaque desempenhado pela referida instituição na cena capixaba, o que é tratado com detalhes maiores nos trabalhos de Schwartz (2004) e Simões, Franco e Ribeiro (2007).

Observamos que a tarefa de reunir os documentos é desafiadora, principalmente porque as condições dos arquivos, salvo algumas exceções, são precárias. Entretanto, como sugere Bloch (2001, p. 83), “O espetáculo da busca, com seus sucessos e reveses, raramente entedia. É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio”. Além do desafio da busca, o pesquisador precisa atentar para não se deixar seduzir, pois é necessário selecionar aquilo que será analisado. Além disso, é preciso compreender que as fontes selecionadas não são “[...] janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes” (GINZBURG, 2002, p. 44).

²⁴Os documentos inventariados dizem respeito a relatórios de presidentes de províncias, termo de visita de inspetores, relação de materiais comprados para as escolas, termos de exames das Escolas Normais, atas do exame de reabilitação ao magistério primário.

²⁵ Os eventos eram: desfile de Sete de Setembro; bailes de formatura; apresentação de coral; colação de grau; exposição de trabalhos manuais, entre outros.

No processo de produção das fontes, procuramos, ainda, ouvir em entrevista professoras e alunas que passaram pela Escola Normal D. Pedro II, que se tornou Instituto de Educação, com o objetivo de compreender como a transição foi vivida por esses sujeitos. Nossa intenção foi nos aproximarmos, de algum modo, dos acontecimentos que envolveram mudanças ocorridas na formação docente motivadas por alterações referentes ao espaço físico, mas, principalmente, ao currículo e às concepções que passaram a nortear a preparação de professores primários, fundamentadas na Lei nº 5.692/71, sobre a qual questionamos.

O processo de localização desses sujeitos se deu na relação com as fontes e, especialmente, a partir de indicações de pessoas que trabalharam no instituto. Foi por meio dessas indicações que chegamos ao número total de 13 sujeitos, entre os quais nove ex-professoras, quatro ex-alunas e uma ex-diretora. Destas, se dispuseram a nos atender quatro ex-professoras, uma ex-aluna e a primeira diretora do instituto, que havia sido, também, a última diretora da Escola Normal. Três delas (uma professora, a ex-aluna e a diretora) viveram o processo de transição entre as escolas. A caracterização desses sujeitos pode ser visualizada no Quadro 1:

Quadro 1 – Caracterização das professoras e aluna entrevistadas

Nº	FUNÇÃO	CÓDIGO	VÍNCULO	DATA DA ENTREVISTA
1	Diretora da Escola Normal/Instituto de Educação	DEN/IE	Concursada como professora e nomeada diretora da Escola Normal e, posteriormente, do Instituto de Educação	11-06-2014
2	Professora da Escola Normal/Instituto de Educação	PEN/IE	Concursada como professora	21-02-2014
3	Professora do Instituto de Educação 1	PIE1	Concursada como professora	07-04-2013
4	Professora do Instituto de Educação 2	PIE2	Concursada como professora	14-06-2013
5	Professora do Instituto de Educação 3	PIE3	Concursada como professora	13-04-2013
6	Aluna da Escola Normal e do Instituto de Educação	AEN/IE	Aluna do Curso Normal iniciado na Escola Normal e concluído no Instituto de Educação	14-02-2014

Fonte: Da autora.

As entrevistas foram realizadas entre os anos 2013 e 2014, nas residências das entrevistadas e na universidade, em alguns casos.²⁶ Foram feitas com base em um roteiro semiestruturado, de modo que as questões pudessem ser reformuladas durante a entrevista, dependendo da direção das respostas. Sobre isso, buscamos inspiração em Bloch (2001), quando, ao falar da análise das fontes como testemunhas, nos alerta sobre a importância e a necessidade das perguntas e sobre as surpresas que elas podem guardar:

Naturalmente, é necessário que essa escolha ponderada de perguntas seja extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas. De tal modo, no entanto, que possa, desde o início servir de ímã às limalhas do documento. O explorador sabe muito bem, previamente, que o itinerário que ele estabelece, no começo, não será seguido ponto a ponto. Não ter um, no entanto, implicaria o risco de errar eternamente ao acaso (BLOCH, 2001, p. 79).

As entrevistas realizadas entrecruzaram-se com as fontes anteriormente apresentadas por compreendermos que a relação entre as fontes de diferentes origens contribuem para um entendimento mais profícuo do objeto de investigação.

²⁶ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os roteiros das entrevistas (às alunas e às professoras) podem ser acessados, respectivamente, nos ANEXOS A, B e C.

CAPÍTULO 2

2 DA ESCOLA NORMAL D. PEDRO II AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA: UM PROCESSO DE TRANSIÇÃO

O historiador não estuda o presente na esperança de aí descobrir o passado. Procura simplesmente encontrar no presente os meios para melhor compreender e sentir o passado (BLOCH, 2001, p. 277).

Neste capítulo, problematizamos o processo de transição da Escola Normal D. Pedro II para o Instituto de Educação de Vitória nas décadas de 1970 e 1971. Para isso, é preciso problematizar o modo como a Escola Normal se constituiu no Espírito Santo na relação com o papel desempenhado pelas Escolas Normais no Brasil, pois entendemos que o local e o global não se desvinculam.

O foco desta pesquisa é o Instituto de Educação, porém, para iniciar o percurso investigativo sobre possíveis desdobramentos dessa transição na formação dos professores primários no Espírito Santo, consideramos necessário problematizar e compreender o papel da Escola Normal D. Pedro II na História da Educação capixaba.

A respeito da problematização sobre o tempo-matéria-prima da história e os processos que nele se constituem, Bloch (2001) afirma que o passado é um dado impossível de ser mudado, mas o que é possível mudar é o que dele se pode aprender, de acordo com o olhar e a perspectiva do pesquisador. Nesse sentido, as questões que nos orientam neste capítulo são: como se deu a transição da Escola Normal para o Instituto de Educação? Que motivos levaram a essa transição?

2.1 A TRANSIÇÃO DA ESCOLA NORMAL PARA O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

A produção acadêmica sobre a história da formação dos professores para o ensino primário é muito recente. Ainda que, a partir do século XVI, já tenhamos localizado experiências esparsas sobre a necessidade de preparar formalmente os mestres de

primeiras letras, essa preocupação passa a ser enfatizada, no decorrer da Revolução Francesa, como produto de sua mentalidade (TANURI, 1969).

De acordo com a autora, no Brasil, a criação da Escola Normal coincide com o projeto de consolidação do Estado-Nação com a proclamação da Independência, no ano de 1822. Após a Independência, a disputa pelo poder, durante o Primeiro Império e o Período Regencial, foi marcada por um embate entre a centralização do poder imperial e a descentralização do poder a favor das províncias.

O Governo Imperial, por meio da Lei de 15 de outubro de 1827, instituiu as escolas de primeiras letras, as quais deveriam abranger todas as cidades e vilas. Além disso, o governo deveria estabelecer exame para seleção dos mestres. Esse passo foi considerado como pioneiro na iniciativa de formação de professores de caráter público no Brasil:

[...] a Lei de 15/10/1827 manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império brasileiro; também estabelece exame de seleção para mestres e mestras [...]. Os artigos 7 e 12 assim dispõem, respectivamente: os que pretenderam ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes em Conselho; e estes proverão o que foi julgado mais digno e darão parte ao governo para sua legal nomeação (TANURI, 2000, p. 62).

Antes de se criarem as escolas de formação de professores para o ensino primário, encontramos, no Brasil, as chamadas escolas de ensino mútuo. As primeiras escolas de ensino mútuo se instalaram no Brasil por volta de 1820. Nessas escolas, não se ensinavam apenas as primeiras letras, elas também preparavam os docentes e os instruía para o domínio do método de ensino mútuo ou lancasteriano (TANURI, 2000).

O método do ensino mútuo foi considerado a primeira forma de preparação dos professores primários: forma empírica e prática de capacitação didática. O aluno aprenderia a ensinar simplesmente por meio da observação. Cabe ressaltar que o art. 5º da Lei de 15 de outubro de 1927 dispunha que “[...] os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino irão instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas da Capital” (TANURI, 2000).

Nesse ponto podemos perceber que, devido à consagração do método do ensino mútuo na Lei de 1827 e a consequente divulgação desse método por todo o País, as primeiras Escolas Normais brasileiras reduziam o preparo didático e profissional do mestre à compreensão do mencionado método.

No processo de análise em torno da formação de professores no Brasil, destacamos que o Ato Adicional de 1834, no 2º item do art. 10, descentraliza a organização e administração do ensino elementar e secundário, passando-os unicamente à competência das províncias e deixando ao Governo Central apenas o ensino superior e o ensino do Município Neutro.²⁷

Sobre o Ato de 1834, Vilela (2000) enfatiza que houve uma intensificação dos discursos sobre a necessidade de se expandir a escolarização e de possibilitar os processos de formação de professores. Como cabia à província suprir essa necessidade, surgiram, portanto, a partir de 1835, as primeiras Escolas Normais no País.

Dessa forma, a primeira Escola Normal brasileira seria fundada em 4 de abril de 1835, em Niterói. Iniciativa esta que pode ser colocada entre as pioneiras na América (TANURI, 1969). Assim, a criação da Escola Normal assumiu destaque nas políticas educacionais, pois se tornou o lugar específico para a formação e preparação dos professores responsáveis pela educação primária e secundária no Brasil.

Segundo Villela (2000), a Escola Normal de Niterói, pelo seu potencial organizativo e civilizatório, transformava-se numa das principais instituições destinadas a

²⁷ Designação da situação administrativa da cidade do Rio de Janeiro a partir de 12 de agosto de 1834, quando foi promulgado o Ato Adicional à Constituição de 1824. O Município Neutro foi instituído com terras desmembradas da então Província do Rio de Janeiro. Essa iniciativa proporcionava autonomia administrativa ao novo município, cuja característica peculiar era abrigar a capital do Brasil – Império – a cidade do Rio de Janeiro –, que, mesmo após a proclamação da República, em 1889, continuou a exercer essa função. Com essa nova forma de governo, a Província do Rio de Janeiro passou a denominar-se Estado. Ao mesmo tempo, mudava-se o nome de Município Neutro para Distrito Federal, permanecendo como tal até o ano de 1960. Informação extraída do site: <www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_politico_administrativo.html>. Último acesso em 21 abr. 2014.

consolidar e expandir a supremacia daquele segmento da classe senhorial que se encontrava no poder.

Observando o texto da Lei da criação da Escola Normal de Niterói, evidencia-se que, para a admissão na escola, as exigências eram muito mais sobre as condições morais dos indivíduos do que sobre sua própria formação intelectual, como fica claro no art. 4º da lei: “Para ser admitido a matrícula da escola normal requer-se: ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração, e saber ler e escrever” (VILLELA, 2000, p. 106). Desse modo, valorizava-se a moral dos professores e eles ficavam com a responsabilidade de formar homens de “bem” e excelentes cidadãos para a sociedade. Essa característica se estendeu para as demais províncias do País.

Outro fator que se soma aos anteriores é, sem dúvida, o fato de o Curso Normal ter servido para a escolarização da mulher brasileira. Ao lado do seu principal objetivo, que era a formação do magistério primário e, assim, de caráter tipicamente profissional, as Escolas Normais bem cedo começaram a desempenhar outra função: a de “colégio para moças”, que a procuravam, não com a finalidade específica de se preparar para a docência na escola primária, mas para adquirir conhecimentos e aumentar sua instrução, a fim de que pudessem desempenhar suas funções de mães de família e senhoras da sociedade.

É nesse cenário, de um sistema provincial de educação com políticas educacionais descontínuas, que são criadas as primeiras instituições brasileiras para preparar os professores das escolas primárias (TANURI, 1969).

Entre essas discontinuidades, uma medida substitutiva lançada pelo governo foi a contratação por concurso de professores adjuntos que coexistiram por longo período com as Escolas Normais. Isso representava um impasse para a formação de professores na Escola Normal, já que os professores adjuntos eram formados somente com base na observação do trabalho do mestre, sem nenhuma fundamentação teórica.

A partir da verificação dessas considerações, inferimos que as Escolas Normais,

ainda que iniciadas apressadamente no Brasil, não conseguiram imediatamente um desenvolvimento harmônico e contínuo, mas passaram por um processo de ensaios e fracassos, de tentativas frustradas, até conseguir a sua implantação definitiva.

Desde as primeiras leis que instituíram Escolas Normais no Brasil, até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 4024/61) e aquelas referentes aos sistemas estaduais de ensino, consagra-se, como objetivo primeiro das Escolas Normais, a preparação do magistério primário.

No Estado do Espírito Santo, a gênese da Escola Normal não foi diferente das demais províncias. Conforme Simões, Schwartz e Franco (2008), desde o início do século XIX, já se evidenciava ênfase à formação de professores no Espírito Santo nos discursos dos presidentes de província, porém essa situação perdurou até a segunda metade desse século. Esses discursos constantemente faziam referência tanto às dificuldades quanto ao desenvolvimento da instrução pública. Dentre os motivos que dificultavam a implementação do acesso à escolarização, destacava-se a carência de professores habilitados para o exercício do magistério.

A partir das décadas de 1840 e 1850, delineava-se mais claramente, nos discursos dos administradores da Província do Espírito Santo, a indicação de que a ineficácia da instrução pública devia-se à falta de pessoal habilitado para o Magistério, à precariedade financeira da Província, à dispersão da população, à indisposição dos pais e à inexistência de um sistema de fiscalização das escolas. A ênfase no despreparo dos professores, como causa fundamental do estado caótico da instrução pública, era percebida em discursos de diversos presidentes da província, como podemos observar no relatório de José Ignácio Ramalho (1846, p. 12):

Os professores, salvas algumas poucas exceções, não tem os conhecimentos necessários para desempenharem seus deveres, e impossível seria preencher todas as Cadeiras creadas na Província, com homens profissionais, revestidos de todas as habilitações exigidas pelas Leis em vigor. A falta de homens que exerçam dignamente o Magistério, He um mal, que affecta poderosamente o progresso da instrucção.

Segundo Simões, Schwartz e Franco (2008), essa situação de carência de professores habilitados para o Magistério se intensificou na Província do Espírito

Santo, principalmente a partir de 1850, porém o governo se esbarraria em vários entraves para solucionar os problemas da instrução, como relata o presidente da Província, José Bonifácio d'Azambuja, em 1852:

Concorrem para o mau estado da instrução a falta de pessoas habilitadas para o ensino; poucos são os professores que tem os predicados precisos para poderem com vantagem exercer o magistério. Esta causa com dificuldade e só com o tempo poderá ser removida, pois que depende de estudos que a Província não oferece, e nem podem ser procurados em outra parte pella defficiencia de meios dos seus habitantes [...]. Os pequenos ordenados dos professores, e a pouca consideração que em nosso paiz se dá a cadeira do ensino subalterno, também impedem que se obtenhão bons mestres: o 1º inconveniente desaparecerá quando crescerem os recursos da Província, e o 2º com sua maior civilização (D'AZAMBUJA, 1852, p. 28).

Entretanto, apesar das constantes lamúrias, a Escola Normal do Espírito Santo foi criada oficialmente pelo do Decreto nº. 4, de 4 de junho de 1892, assinado pelo então presidente da Província, Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire.²⁸ Em 1925, foi denominada Escola Normal D. Pedro II (Figura 3), em homenagem ao centenário de nascimento do segundo Imperador do Brasil (SIMÕES; FRANCO; SCHWARTZ, 2008).

Figura 3 – Escola Normal D. Pedro II em Vitória/ES



Fonte: Disponível em: <www.morrodomoreno.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2014.

²⁸ Governador da Província do Espírito Santo de 1892 a 1896.

Após a criação da Escola Normal no Espírito Santo, o Estado teve que enfrentar, entre outros problemas, a carência da figura da mulher para o exercício do Magistério. Pimenta e Gonçalves (1992) reforçam que essa carência era percebida nos demais Estados em função de a Escola Normal ser, até o início do século XX, exclusivamente para homens, uma vez que o papel da mulher se resumia às tarefas do lar. Apesar da necessidade de se formar professoras para atuar no ensino primário e de a mulher mostrar-se eficiente no desempenho de atividades docentes, a feminização do Magistério no Espírito Santo foi se instalando de forma lenta e gradativa, como afirma Franco (2001, p. 196):

No que tange à história da educação no Espírito Santo, a feminização do magistério ocorreu verdadeiramente a partir do século XX, com a política implementada pelos republicanos, quando efetivaram a expansão da oferta da escolarização do ensino primário. Isso não poderia ter ocorrido anteriormente, pois poucas eram as mulheres habilitadas para a função do magistério.

Quanto às lamúrias a que nos referimos, estas eram comuns, também, nos demais Estados e se estendiam a outras dificuldades para o exercício do Magistério, o que nos leva a entender o motivo do movimento de abertura e fechamento das referidas instituições, que aconteceu também no Espírito Santo, quando a Escola Normal foi temporariamente suspensa entre 1898 e 1900 (SIMÕES; SALIM, 2007, s/p).

Alguns estudos apontam que, no Espírito Santo, a reabertura da Escola Normal D. Pedro II foi marcada pelo programa de modernização na instrução pública entre os anos de 1908 e 1912, no governo de Jerônimo Monteiro. Uma reforma²⁹ que compunha esse programa de modernização apresentou um caráter significativo, pois diz respeito à reorganização da Escola Normal e à criação da Escola Modelo que foi chamada Escola Modelo Jerônimo Monteiro (Figura 4). Essa escola era o local que servia para exercícios de ensino/prático das professoras normalistas. A Escola Modelo também ficou conhecida como Escola de Aplicação.

²⁹ A reforma de 1908 foi operacionalizada legalmente mediante também a promulgação do Decreto nº 109, de 4 de julho de 1908, que deu regulamento às Escolas Normais e à Escola Modelo.

Figura 4 – Escola Modelo Jerônimo Monteiro



Fonte: Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/a-antiga-escola-normal-pedro-ii.html>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

É possível percebermos que houve um movimento realizado no Espírito Santo, durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) com intenção de fortalecer esse governo por meio das medidas educacionais realizadas, como a padronização e o controle do ensino. Isso se configura na contratação do educador paulista Gomes Cardim que, de imediato, assumiu a chefia da instrução pública de junho de 1908 a julho de 1909.

O alvo principal da reforma Cardim foi a Escola Normal e, para colocar em evidência sua intenção a respeito das melhorias dessa instituição, o reformador organizou a Escola Modelo para valorizar a experiência e a prática pedagógica das alunas do terceiro ano do Curso Normal.

Dessa forma, a história da Escola Normal D. Pedro II estava ligada à necessidade da profissionalização dos docentes num tempo de institucionalização da instrução pública primária com base nos ideais republicanos. Barreto (2007) salienta que as crianças deveriam receber uma formação que tivesse bases nos preceitos da sociedade moderna, o que, para a autora, seria a perspectiva de socialização, que

significou a convivência no campo educacional de ideias conservadoras com ideias renovadoras.

A centralidade do papel desempenhado pela Escola Normal como *locus* privilegiado para a preparação de docentes no Espírito Santo era acompanhada do prestígio social desfrutado pela tradicional instituição. Esse prestígio traduzia-se, por exemplo, em notas publicadas na revista *Vida Capixaba*, nas décadas de 1920 e 1930, sobre os bailes de formatura, desfiles cívicos e esportivos, exposições de trabalhos, concursos e outros eventos promovidos pela escola.

Em estudo sobre a Escola Normal D. Pedro II realizado por Schwartz (2004), depoimentos das ex-professoras remetem à construção de imagens e representações da Escola Normal como de ensino público e de qualidade. O relato de S.M.P.S.³⁰ aponta que

Era uma escola muito viva, de bom ensino [...] pública e de qualidade [...] porque tínhamos professores, os de Educação Física, por exemplo, faziam um trabalho maravilhoso. Tinha atividades ligadas à dança, teatro, ginástica rítmica que envolvia alunos e professores [...] nós tivemos festivais de cantigas e brincadeiras de rodas [...] trabalhávamos, por exemplo, o folclore brasileiro e o capixaba [...] era uma escola que tinha vida [...]. (S.M.P.S. apud SCHWARTZ, 2004).

Como registra Schwartz (2004), nos anos de 1940, 1950 e 1960, matérias publicadas em órgãos da imprensa mencionavam as diversas atividades desenvolvidas pela instituição, como desfiles, homenagens, comemorações, solenidades de formaturas, discursos de professores e alunos, festas cívicas e sociais e ainda pelo Clube de Leitura que buscava retratar a Escola, associando-a à ideia de espaço de formação de referência. Constatamos que, nessas matérias, a escola era referida na/pela imprensa como “tradicional instituição de ensino” (SCHWARTZ, 2004). A fala da ex-aluna “E.G.”,³¹ entrevistada por Schwartz (2004), corrobora a imagem difundida na imprensa a respeito da intensa produtividade acadêmica vivenciada na Escola Normal Pedro II:

³⁰ Entrevista concedida por “S.M.P.S” para a pesquisa de Schwartz (2004).

³¹ Entrevista concedida por “E.G.” para a pesquisa de Schwartz (2004).

Naquele tempo o ensino público era eficiente, dinâmico, rigoroso, um exemplo saudável de competência e sobriedade [...]. A Escola Normal era um modelo autêntico do estilo bom e salutar de educar [...] devo a professora Ana Maria Bernardes da Silveira a minha inclusão como cantora na apresentação que foi realizada no auditório da Escola Normal de Belo Horizonte [...] (E.G., apud SCHWARTZ, 2004).

São depoimentos que fazem referência à boa qualidade promovida pela Escola Normal D. Pedro II, como o estímulo ao espírito de sociabilidade e de ativa colaboração por meio de atividades práticas.

Tomando os relatos acima como referência, podemos observar como era forte a presença da Escola Normal D. Pedro II desde sua criação, passando pelas décadas seguintes com espaço privilegiado reservado na imprensa capixaba, o que aconteceria até o início da década de 1970.

As entrevistas realizadas por Schwartz (2004) podem ser cotejadas com as realizadas por nós com a ex-aluna e as ex-professoras. Assim, corroborando a importância da Escola Normal D. Pedro II para a cidade de Vitória, AEN/IE, que foi aluna da instituição e que concluiu o curso no ano de 1971, afirma: “[...] a Escola Normal D. Pedro II era o ideal das meninas daquela época e, ainda, ser professora era o ideal da maioria das mães daquelas meninas, pois a concepção acerca do ensino era de que na Escola Normal é que se aprendia a ser professora” (Figura 5).

A aluna AEN/IE continua:

[...] na Escola Normal D. Pedro II, embora houvesse meninas de diferentes níveis socioeconômicos, pelo menos uns 40% eram meninas de um nível socioeconômico alto, era muito interessante essa dinâmica, encontrávamos na Escola Normal meninas de um nível socioeconômico alto, meninas cujo ideal de família era ter o filho na Escola Normal era extremamente grande, então botar o filho na Escola Normal era uma grande coisa. Estudar na Escola Normal, estar na Escola Normal, era garantir pra você um ‘status’ que nenhum outro aluno normalista predominantemente mulher naquela época tinha [...].

Figura 5 – Alunas da Escola Normal D. Pedro II



Fonte: Revista *Vida Capichaba*, n. 8, de outubro de 1923.

É possível perceber que a imagem de prestígio e de *status* se traduzia não apenas na fala da ex-aluna, mas também na fala de uma ex-professora da instituição, a professora PEN/IE, cuja percepção indica que ser professora da referida instituição representava um *status*: “[...] nós éramos tratados como autoridades e com muito respeito [...]”.

Essas falas referentes à década de 1970 reafirmam o que a investigação de Schwartz (2004) aponta sobre a Escola Normal D. Pedro II nos anos 1940 e 1950. Naquele período, a instituição era chamada pela mídia impressa de “[...] tradicional instituição de ensino”.³² O termo “tradicional” foi veiculado de forma positiva indicando que se tratava de uma escola de qualidade. Assim, estudar e trabalhar

³²Schwartz (2004) identifica dois jornais, nos anos de 1950, que pertenciam a partidos políticos. O jornal *A Gazeta* foi fundado no final da década de 1920, por um fazendeiro poderoso da União Democrática Nacional (UDN), candidato a vice-governador. Por sua vez, o jornal *A Tribuna* pertencia ao Partido Integralista, que reprovava acirradamente o comunismo, apoiando o fascismo de Plínio Salgado. Foi vendido, posteriormente, ao governador de São Paulo, Ademar de Barros (PSD). Para Schwartz (2004), a Escola Normal foi menos registrada no jornal *A Tribuna* do que no jornal *A Gazeta*, mas não de maneira diferenciada, visto que, mesmo no *A Tribuna* era retratada como “tradicional instituição de ensino”.

nessa instituição significava ocupar um lugar de *status* nos anos 1940 e 1950, como ainda é possível observar, por meio das fontes e das entrevistas, na década de 1970.

Diante do papel de destaque desempenhado pela Escola Normal D. Pedro II para a sociedade capixaba, evidenciado pela mídia do período e pelas entrevistas, conforme estudos de Schwartz (2007) e Barreto (2007), questionamos os motivos que levaram à transferência da Escola Normal para o Instituto de Educação e o papel que essa instituição desempenhou na formação de professores capixabas, entre 1971 e 2000.

O Instituto de Educação, a partir de 1971, passou a ocupar o espaço físico que antes havia pertencido à empresa mineradora Vale do Rio Doce (CVRD).³³ Na busca por compreendermos os motivos de tal transição, em entrevista com a professora E.M., ouvimos que os professores, incluindo ela mesma, não entenderam os motivos da mudança. Alegou ter sido uma “ordem”. A professora PIE1 relatou que os professores não questionaram, não “reclamaram”, não se opuseram. Sobre o novo espaço, afirmou: “[...] agora eu acho que, por ser um clube da Vale, talvez encheu os olhos de alguém... E o governo comprou”.

Sobre esse processo de transição, ressaltamos o relato da ex-aluna AEN/IE, que, diferentemente da professora, analisa a mudança como um processo difícil para as alunas, ainda muito ligadas ao antigo prédio da Escola Normal e, aparentemente, decepcionadas com a mudança. Ela diz:

[...] Em 1971, nós fomos para o prédio do instituto, ali no Cauê. Então, eu acho que é interessante pensar que foi uma transição talvez um pouco **mais longa e que teve um impacto**. A gente saía da aula logo no início ia ao centro da cidade e ficava passeando pelo prédio [da Escola Normal]. **Então era uma coisa muito difícil, foi muito difícil, talvez até porque não houve uma preparação para a mudança e, para além de não haver, aquele prédio era a Escola Normal, o prédio era a Escola Normal, o instituto não era.** Em 1971, foi interessante porque aí convivia o terceiro ano que era a nossa turma, os segundos anos [...] e o primeiro ano, da ainda Escola Normal, mas que já não era no prédio do centro e o primeiro ano do instituto (ALUNA AEN/IE).

³³Não encontramos, até o momento, documentos que tratam do fechamento do clube e sua posterior ocupação pelo governo do Estado do Espírito Santo.

Ao buscarmos, na imprensa local da época, registros sobre o processo de transição da Escola Normal para o Instituto, notamos a ausência de matérias sobre esse acontecimento. Sobre isso, é importante ressaltar, com base no estudo de Schwartz (2004), que a imprensa conferia espaço significativo à Escola Normal em suas páginas. Do mesmo modo, nos anos que se seguiram, o Instituto de Educação também teve lugar na imprensa. Isso nos leva a questionar os motivos pelos quais a transição de uma instituição à outra não está presente nos jornais locais. Sobre a extinção da Escola Normal, localizamos apenas uma nota, conforme a Figura 6:

Figura 6 – Matéria do dia 25 de março de 1971 do jornal A Gazeta sobre o Instituto de Educação de Vitória

Instituto de Educação recebeu nova Diretoria

Em solenidades as quais estiveram presentes várias autoridades educacionais do Estado, entre elas o Sr. Agostinho Nogueira, Secretário de Educação e Cultura, Sr. Jorge Abad, Diretor do Ensino Médio e Sr. Anete Vilas, Diretora do Ensino Fundamental, tomou posse na direção do Instituto de Educação Fernando Rabelo e Escola Normal Pedro II, na última terça-feira, a Sra. Maria do Carmo Schneider.

Na oportunidade, o Secretário de Educação e Cultura disse ter escolhido a nova Diretora "porque reconhece sua capacidade e suas qualidades, pois foi sua professora na Escola Normal, depois na Faculdade de Filosofia e por fim foi sua colega de sala ainda na Escola Normal", ao que a Sra. Anete Vilas agradeceu dizendo que com um bom conjunto de assessores pretende corresponder à confiança que lhe foi depositada pelo Secretário.

INSTALAÇÕES

Depois das solenidades de posse, a nova Diretora presidiu com a reportagem todas as dependências da escola que funcionam no Edifício Católicas, antiga sede da Assembleia Legislativa Estadual.

O recinto em que funcionava a Assembleia foi reservado para o núcleo da Administração que contará com gabinete da direção, e salas de coordenação e ensino cívico. Outra sala está sendo reservada para a instalação de uma biblioteca e uma sala sendo preparada para o funcionamento do grupo de trabalho que tem por objetivo a implantação do regulamento do Instituto.

15 SALAS

Quinze salas de aula estão em funcionamento nos dois turnos com cerca de 35 alunas de cada uma, além de três para recepção, uma para banda, uma para educação física, uma para os professores e outra em que funciona provisoriamente a biblioteca, bem como está reservada uma sala para a instalação de laboratório para ciências físicas e biológicas.

Segundo explicações da Diretora, este é o único Instituto do Brasil que tem todas as suas atividades voltadas para os jovens que serão alfabetizados, contendo com a Escola de Aplicação, funcionando com cinco classes do curso primário onde as normalistas dão suas aulas práticas.

EXTINÇÃO

A partir de 1973 não haverá mais a Escola Normal "Pedro II" ficando em funcionamento somente o Instituto de Educação. Para isso a partir do corrente ano não estão mais sendo matriculadas alunas na Escola Normal que está somente com segundos e terceiros anos.

Assim, no próximo ano, estará se formando a última turma de professoras da Escola Normal Pedro II, "ficando somente sua recordação", como afirmou a nova Diretora.

O INSTITUTO

Pelo Decreto Lei N. 183 N de 12 de março de 1971, o Governador do Estado criou o Instituto de Educação da Vitória, órgão em regime especial de administração, disposto de situação financeira e administrativa integrando a Secretaria de Educação e Cultura. São as seguintes as suas finalidades: 1 — constituir-se em centro de radiador de estudos e técnicas de trabalho visando o progresso da educação primária e das instituições de formação do magistério em todo o estado; 2 — formar professores para o ensino de nível fundamental; 3 — formar professoras para o ensino de nível colegial no 1º e 2º graus; 4 — realizar cursos de aperfeiçoamento de professores para regência de classes especiais, administração escolar, orientação pedagógica e supervisão do ensino; 5 — promover cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento para professores de outros graus de ensino do sistema estadual; 6 — realizar estudos sobre problemas do ensino primário e de formação e aperfeiçoamento da própria instituição; 7 — dar nova dimensão que leve o estudante a sentir-se durante o curso, responsável pelos problemas ligados à educação da comunidade que a escola atende.

O Instituto que funcionava em regime de extintivo, incluído as seguintes unidades: a — unidade de formação de professoras primárias; b — curso de aperfeiçoamento e especialização de professoras primárias; c — curso para habilitação de administração e orientação de educação primária e supervisão do ensino; d — curso de aperfeiçoamento e formação de professoras nível fundamental e médio; e — cursos de treinamento de professoras do ensino fundamental e médio; f — centro de estudos educacionais; g — unidade de aplicação e experimentação.

Atualmente o Instituto de Educação funciona somente com os cursos de formação de professoras primárias com um período de quatro anos, sendo que as demais atividades serão implantadas nos próximos anos.




Fonte: Jornal A Gazeta, de 25 de março de 1971.

Mencionando a extinção da Escola Normal, uma parte da nota, que transcrevemos abaixo, inclui um breve trecho de um relato da diretora da Escola Normal:

EXTINÇÃO

A partir de 1973 não haverá mais a Escola Normal 'Pedro II' ficando em funcionamento somente o Instituto de Educação. Para isso, a partir do corrente ano não estão mais sendo matriculadas alunas na Escola Normal que está somente com segundos e terceiros anos

Assim, no próximo ano, estará se formando a última turma de professorandas da Escola Normal Pedro II, ‘ficando somente sua recordação’, como afirmou a nova diretora (A GAZETA, 1971, p. 9).

Ainda acerca desse processo de mudança, ressaltamos o que uma de nossas entrevistadas, que foi aluna da Escola Normal e, posteriormente, do Instituto de Educação, diz sobre a ausência de informações sobre esse processo de transição da Escola Normal para o instituto, por ela vivido.

Aquele ano [1970] foi o último da Escola Normal Pedro II funcionando no prédio da Escola Normal, no centro da cidade: o chamado velho *casarão das castanheiras* – era assim que era tratado, inclusive por nós. Então eu estudei o ginásio no Maria Ortiz, eram duas escolas no mesmo prédio: no turno vespertino era o normal, então eu fiz o primeiro ano em 69, lá. Nós não sabíamos que ia vir a mudança. A gente não tinha essa informação. Quando chegou bem no final do primeiro ano, surgiu aquele ‘bafafá’: ‘ano que vem nós vamos estudar no prédio do instituto de educação’. Bom, a gente também não sabia muito bem o que era o Instituto de Educação. Eu tinha uma certa experiência porque eu tinha morado no Rio, então eu conhecia o Instituto de Educação do Rio, mas não fazia diferença entre o que seria uma Escola Normal, Instituto de Educação e tal (ALUNA AEN/IE).

Enfatizamos, ainda, a partir das falas das professoras PIE1 e PIE3 que atuaram no Instituto de Educação e da ex-aluna AEN/IE, que, antes de ser transferida para o local onde havia o clube social da empresa Vale do Rio Doce,³⁴ essa instituição funcionou durante oito meses em um prédio onde, atualmente, se localiza a Faculdade Saberes,³⁵ como pode ser observado no registro da aluna AEN/IE:

³⁴Tratava-se do Clube Cauê que era um espaço social recreativo dos funcionários da empresa Vale do Rio Doce. O nome do clube era alusivo a uma das jazidas de minério da Vale chamada Cauê, localizada na cidade mineira de Itabira. Essa mina está em plena atividade. Essa informação pode ser acessada no website: <<http://deolhonailha.vix.blogspot.com.br/2010/2011/praca-cristovao-jacques-uma-pedradohtml>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

³⁵Esse espaço tem o nome de Edifício São Jorge e pertence à família Hilal. Fica situado na Avenida Cesar Hilal nº. 1180, Praia do Suá, em Vitória/ES. A professora de música, Sra. Minerva Hilal Santana, uma das proprietárias do imóvel, relatou que o prédio se compunha de várias salas que eram alugadas. Em 1968/69 funcionou o curso de Belas- Artes da Ufes. Já em 1970, a família alugou o espaço para o governo do Estado, passando a funcionar ali a Secretaria de Educação no 3º andar e o Instituto Jones dos Santos Neves no 2º andar, os quais permaneceram no espaço até por volta de 1978. Atualmente está alugado para a Faculdade Saberes.

[...] No início do ano [1971], então, nós fomos chamados, as famílias, porque as famílias ainda participavam naquele momento, e nós tivemos [...] acho que uma semana. O primeiro encontro, não lembro mais quanto tempo, foi no prédio do centro da cidade, mas já sabendo que nós iríamos para um prédio também de transição. Então, o segundo ano normal nós fizemos onde hoje é a Faculdade Saberes. Ali funcionou o segundo e o primeiro anos normal (ainda da Escola Normal Pedro II). Então eu, D.L. e E.C. já estávamos no segundo ano, mas havia o primeiro ano ali também. Não havia terceiro (ALUNA AEN/IE).

O prédio ao qual se refere a entrevistada é o Edifício São Jorge, onde funcionava a Secretaria de Educação. Foi utilizado como espaço provisório para acomodação das turmas da Escola Normal, enquanto o prédio do instituto passava por uma reforma. Assim, com base na fala de aluna AEN/IE, compreendemos que a Escola Normal funcionou durante todo o ano de 1971 naquele prédio.

De acordo com o art. 26 da Lei 2.561, a Escola Normal Pedro II funcionou, até dezembro de 1973, no prédio do Instituto de Educação. Estava previsto no Parágrafo Único desse artigo que os alunos que não tivessem concluído o Curso Normal teriam assegurado o direito à matrícula na série correspondente, em qualquer uma das Escolas Normais estaduais na área da Grande Vitória.

Nesse ínterim, problematizamos a constituição do Instituto de Educação, no Espírito Santo, buscando compreendê-lo como espaço de formação de professores, que assume o “lugar” antes desempenhado pela Escola Normal Pedro II.

2.2 O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SUA CONSTITUIÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

O Instituto de Educação estava situado na região de expansão urbana da cidade de Vitória/ES nos anos de 1970, na área geográfica conhecida como Novo Arrabalde.³⁶ O novo espaço físico foi adquirido pelo governo do Estado, como citado. Antes da criação do Instituto de Educação, nele funcionou o Clube Cauê (Figura 7).

³⁶O chamado Novo Arrabalde, em Vitória, significou a elaboração de um projeto de expansão urbana em direção à Praia do Canto e porções adjacentes. O projeto foi elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito, no final do século XIX.

Figura 7 – Instalações dos atuais prédios da secretaria e biblioteca da EEEM Fernando Duarte Rabelo



Fonte: Arquivo da EEEM Fernando Duarte Rabelo.

O Instituto de Educação foi criado pela Lei nº. 2.561, de 1º de fevereiro de 1971, durante o governo de Christiano Dias Lopes,³⁷ com a denominação “Instituto de Educação de Vitória”. Pelo Decreto nº. 311-E, de 9 de março de 1971, passa a chamar-se “Instituto de Educação Fernando Duarte Rabelo”.

³⁷No Estado do Espírito Santo, apesar de algumas peculiaridades, a necessidade de uma política educacional alinhada com a formação de mão de obra qualificada seguiu o que aconteceu com os demais Estados da Federação em relação à alavancada para o crescimento industrial na década de 1970. A mão de obra qualificada esteve atrelada à Lei nº. 5.692/71, visando a ganhar cada vez mais importância dentro das discussões desenvolvimentistas. É nesse contexto que surge, no cenário político capixaba, a figura do governador Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971), inaugurando uma nova fase da vida do Espírito Santo. Nesse período, no Estado do Espírito Santo, foram nomeados governadores: Christiano Dias Lopes (1967-1971), Arthur Carlos Gerhardt (1971-1974), Élcio Álvares (1974-1978) e Eurico Resende (1978-1982). Esses governadores ficaram conhecidos na história como “Governadores Biônicos”. No entanto, o nosso enfoque, pelo menos neste momento, não é pela via do aprofundamento sobre a Ditadura Militar, mas o cruzamento de variadas fontes, para que se compreenda melhor esse momento histórico da educação no Estado do Espírito Santo. Nesse sentido, interessa-nos entender a política desenvolvida pelo governador Christiano Dias Lopes Filho quanto às questões educacionais.

Teve, como primeira diretora, a professora Maria do Carmo Marino Schneider, escolhida pelo secretário de Educação e Cultura Acyr Nigri.³⁸ Entre os recortes compilados por ela, encontramos a notícia veiculada no jornal *A Gazeta* sobre sua nomeação, sob o título “O Instituto já tem uma direção”, que aborda a solenidade de posse, com a presença de autoridades vinculadas à educação no Estado do Espírito Santo.

Acyr Nigri dizia conhecer “[...] sua capacidade e suas qualidades, pois foi seu professor na Escola Normal, depois na Faculdade de Filosofia e por fim [havia atuado como professores no mesmo período] ainda na Escola Normal” (*A GAZETA*, 1971, p. 2) e, a diretora, ao agradecer a seus elogios, dizia-se disposta a corresponder à confiança depositada.

Ao ser entrevistada, a ex-diretora fala de sua surpresa e felicidade com a escolha do seu nome para o cargo de primeira diretora do Instituto de Educação. Não houve eleição, embora o art. 11 da Lei Estadual nº 2.561/71 estabelecesse que o “Diretor será escolhido dentre professores, titulares, integrantes de lista de cinco nomes encaminhada pela Congregação ao Governador do Estado, através do Secretário de Educação e Cultura”. Sobre sua nomeação, a diretora DEN/IE diz:

Então, quando o secretário Acyr Nigri me nomeou diretora foi um susto. Ele falou: ‘Você vai dirigir as duas escolas. Você vai terminar a Escola Normal e iniciar o Instituto de Educação, porque você é cria da EN’. Então eu fiz a transferência da Escola Normal para o Instituto de Educação. Mas o secretário me avisou que a inauguração seria... Vamos fazer de conta que ele me avisou hoje, na quarta, e a inauguração seria na segunda-feira. Fiquei doida, porque cheguei à escola e estava toda suja, nem tinha carteiras, não tinha nada. Fui até uma mercearia e comprei, com meu dinheiro [...] tudo o que você puder imaginar de produtos de limpeza: balde, escova, rodo e, eu sozinha, eu e Deus, comprei, levei pra lá, arregacei a calça e comecei a lavar a partir do terceiro andar. Comprei mangueira, comprei tudo e iniciei a limpeza das salas (DIRETORA DEN/IE).

O imprevisto relatado pela diretora, por outro lado, contrasta com a visão apresentada pela imprensa local, na qual o Instituto de Educação aparece descrito como obra totalmente concluída, fruto de um planejamento cuidadoso.

³⁸ A diretora foi nomeada pelo Decreto nº 230, de 19 de março de 1971, publicado no *Diário Oficial* do Espírito Santo em 20 de março de 1971.

Sobre a criação do Instituto de Educação, encontramos o fragmento do Diário Oficial de 11 de março de 1971, mencionado pela diretora, contendo o Decreto nº. 311-E, de 9 de março de 1971. O documento (Figura 8) informa:

Figura 8 – Decreto de denominação do Instituto de Educação em 1971



Fonte: Secretaria de Educação e Cultura em 2014.

Nas buscas realizadas na BPES, encontramos uma matéria que circulou na *Revista Capixaba* do ano de 1967, dando conta da ausência de um Instituto de Educação no Estado do Espírito Santo. A matéria indicava, segundo havia dito o professor Aquino – que ocupava a pasta da Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas do Estado – uma comparação entre o Estado de São Paulo, que contava naquele período com até três Institutos de Educação, enquanto, no Espírito Santo, não havia nenhum.

Grande ausente:
Instituto de Educação

O professor Aquino não aceita a situação atual do ensino no Estado, sem um Instituto de Educação, para ele, o grande ausente. Será uma resposta à qualificação do Professor Primário, pois nêle estará o melhor campo de treinamento, como uma sala de aula modelo completa. O Espírito Santo

possui milhares de salas de aula, não se apresentando nenhuma, no entanto, conforme os princípios educacionais, para que se realize qualquer preparo ao ensino básico atualmente modificado em seus métodos e conclusões. Neste Instituto, o Estado terá uma Escola Normal-Modelo, um Centro de Treinamento para professores, com proliferação de matérias e métodos aplicáveis no ensino primário, podendo trazer, em toda a linha, o aperfeiçoamento dos mestres, com uma Escola de Aplicação e um Jardim de Infância.

Em São Paulo, atualmente, há municípios até com 3 Institutos. O Espírito Santo com 40 Escolas Normais, não conta com um sequer. E, ainda se espera mais este esforço do Governo que, certamente, com o apoio ministerial, poderá empreender a criação urgente de um Instituto para os capixabas. O local já existe. Um terreno doado pelo Governo ao Kennel Club foi readquirido, agora, para os fins mencionados (REVISTA CAPIXABA, 1967, p. 38-39).

A matéria enfatiza a necessidade da criação do instituto, tendo em vista a carência de professores primários no Estado do Espírito Santo. O professor Aquino considerava e enfatizava a potencialidade que os Institutos de Educação tinham no processo de formação de professores, ressaltando, por exemplo, os espaços de aplicação que contribuiriam nesse processo.

As queixas do professor Aquino e a crença nas possibilidades de formação depositadas por ele nos Institutos de Educação resvalam, também, na fala da primeira diretora do instituto, quando ela diz que se tratava de uma instituição que

[...] representou um avanço na formação do magistério para o Estado, com seu currículo inovador que pretendia formar a 'elite' de professores para as séries iniciais. Caracterizava-se, sobretudo, como uma etapa de preparação para a aprendizagem futura das alunas, fosse no ensino superior, no mundo do trabalho, ou na educação profissional. Foi uma escola visitada por educadores de outros Estados brasileiros, dada a sua organização e funcionamento à época (DIRETORA DEN/IE).

No mesmo sentido, é importante compreender a ênfase dada pelo governo do Estado à criação do instituto. A imprensa contribuiu de algum modo para a circulação de matérias que envolveram a criação, mas outras fontes, de cunho oficial, indicam, também, o investimento e a propaganda feita pelo governo com relação ao instituto.

No relatório do governador Christiano Dias Lopes, de 1971, está registrado que a sua gestão foi o período em que mais se investiu no sistema educacional capixaba, em comparação com os investimentos recebidos nos governos anteriores. Em sua

prestação de contas, assim relatou:

Em 1966, havia 1.178 alunos matriculados no ensino pré-primário estadual. Em 1970, o número subiu para 5.418:360% de aumento. No ensino primário, o número passou de 179.053 para 304.806. De acordo com a projeção baseada no Censo Escolar de 1964, a escolarização da população infantil entre sete e catorze anos atingiu, em 1970, o nível de 91%. O ensino médio oficial matriculou, em 1970, 32.404 alunos. A esse número deve-se somar mais 15.831 alunos ajudados por bolsa de estudo do estado. De 1967 a 1970 foram construídas 1.451 salas de aula: mais do que o total de salas construídas anteriormente [...]. O Espírito Santo é, assim, o estado brasileiro que proporcionalmente mais investe em educação (LOPES, apud OLIVEIRA, 2008, p. 483).

Percebemos, no discurso do governador, uma preocupação em destacar o incentivo e o investimento na educação. Porém, é notória uma comparação com o governo anterior a respeito das aplicações de verbas, o que vamos encontrar também nos anos seguintes na imprensa capixaba, com o objetivo de divulgar como estava a educação no Estado. Além disso, observamos a ênfase aos números, a dizer da quantidade de salas de aula – e não de escolas – que, para o governador, corresponderia a avanços na educação.

Acreditamos que uma das possibilidades que provavelmente justificavam o investimento do governo seria as mudanças advindas da Lei nº 5.692/71,³⁹ que, em seu bojo, trazia toda uma demanda de reestruturação nas escolas públicas e privadas. Quando a lei determina a obrigatoriedade de oito anos de escolaridade (art.18), isso implicaria um investimento dos Poderes Públicos na ampliação da oferta de vagas, fossem elas em escolas construídas, fossem reformadas. No caso específico do Instituto de Educação, a sua criação foi para atender à demanda do ensino de 2º Grau que, de acordo com a nova lei, deveria se adequar para oferecer a formação técnico-profissional.

Nesse cenário da educação no Estado do Espírito Santo, e em conformidade com a nova lei, o Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo foi criado em 1971, com as seguintes finalidades:

- a) Constituir-se em centro irradiador de estudos e técnicas de trabalho, visando ao progresso da educação primária e das instituições de formação do magistério, em todo o Estado;
- b) Formar e aperfeiçoar professores primários, de classe e

³⁹ Essa Lei será tratada com detalhes em capítulo específico deste trabalho.

- especializados, administradores e orientadores de educação primária, professores de curso normal e outros especialistas previstos em lei;
- c) Realizar estudos sobre problemas do ensino primário e de formação e aperfeiçoamento do magistério, com vistas ao aperfeiçoamento da própria instituição;
- d) Dar, à formação do magistério, uma nova dimensão que leve o estudante a sentir-se, durante o próprio curso, responsável pelos problemas ligados à educação da comunidade a que a escola atende;
- e) Constituir-se em instrumento de elevação cultural da comunidade, com a proposta de inovar a educação capixaba (Lei nº. 2.561, art. 1º).

Ao nos referirmos à criação do instituto e à sua finalidade, retomamos, entre as fontes, a pasta organizada pela primeira diretora da instituição, a diretora DEN/IE, contendo recortes de jornais (Figura 9) que, segundo seu registro, referiam-se ao jornal *A Gazeta*.⁴⁰

Figura 9 – Recortes de matérias publicadas na imprensa local



Fonte: Acervo da secretaria do Instituto de Educação. Pasta contendo recortes do Jornal *A Gazeta*.

⁴⁰ A matéria em questão não foi localizada no acervo do jornal *A Gazeta*, assim como sua data.

A matéria recortada e documentada pela diretora contém uma imagem da instituição na qual estão dispostos: uma placa com o nome da escola: “Instituto de Educação”; o nome do governador em exercício – Christiano Dias Lopes; do secretário de Educação – Darcy N. Vervloet – e, do diretor-geral do D.E.O.⁴¹ – Carlos A. Benevides. No canto esquerdo superior da placa, está disposto o brasão do Estado e, logo abaixo, a denominação: “Instituto de Educação do Estado do Espírito Santo”. No centro da página, há um fragmento com um registro referindo-se ao espaço físico da instituição e às contribuições do mesmo espaço para a “melhoria da qualidade de ensino”. A reportagem recortada pela diretora indica a existência de:

Salas amplas e arejadas, proporcionarão aos estudantes um ambiente condigno para a importância dos ensinamentos que ali apreenderão e que visam fundamentalmente a solução do problema de melhoria qualitativa do nosso sistema educativo (DIRETORA DEN/IE).⁴²

Podemos observar a preocupação do governo em enfatizar a qualidade do ensino, considerando o Instituto de Educação um espaço de formação para professores primários do Estado do Espírito Santo. Enfatiza, assim, o espaço físico com salas amplas e arejadas, reforçando o motivo para a criação do Instituto de Educação, ou seja, a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade do ensino. Tal perspectiva pode ser evidenciada, também, em outra matéria publicada no jornal *A Gazeta*, em 25 de março de 1971:

O Instituto de Educação de Vitória instalado no antigo Cauê, reformado pelo atual governo, servirá entre outras coisas para a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de professores primários do Espírito Santo. A própria implantação de educação fundamental, para a qual o estado procura se preparar, determinou o imperativo da criação no Espírito Santo de uma instituição que se encarregue de formar e aperfeiçoar a elite do magistério ligado ao ensino fundamental (*A GAZETA*, 25 de mar. 1971, s/p.).

Diante dessas reportagens, entendemos que a criação do Instituto de Educação parece ter provocado na comunidade local certa expectativa, até porque os Institutos de Educação já gozavam do prestígio nacional nas décadas de 1930 e 1940 quanto

⁴¹ Entendemos que a sigla: D.E.O. referia-se ao Departamento Estadual de Obras. Assim, Carlos A. Benevides assumia a função de diretor e encarregado da obra.

⁴² Ainda que na referida matéria a diretora tenha colocado a data de 7 de março 1971, buscamos, em todas as edições do jornal disponibilizados na Biblioteca Pública Estadual, e não identificamos tal registro. Na entrevista, a diretora não se lembrou de onde retirou a matéria.

ao modelo de formação de professores, e que só veio a se concretizar em terras capixabas passados 30 anos.

Compreendemos que a imprensa tendia, por vezes, a induzir o leitor com a generalização dos fatos, por meio do seu poder de persuasão, como é o caso das notícias que veiculava naquele momento sobre os investimentos na educação, pois as matérias davam a ler que até então o ensino primário no Espírito Santo estava a desejar. Questionamo-nos se o problema estava apenas no número insuficiente de salas de aulas. Porém, o que estava posto é que o número de salas de aulas aumentou relativamente no período de 1967-1970, referente ao governo de Christiano Dias Lopes.

Corroborando as notícias que circularam sobre a intenção de criação de salas de aulas arejadas e amplas, encontramos, nos arquivos da instituição, fotos das novas salas construídas no ano de 1971 (Figura 10).

Figura 10 – Novas salas de aulas do Instituto de Educação (1971)



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Professor Fernando Duarte Rabelo (2014).

Sobre esse novo espaço no Instituto de Educação, a primeira diretora, ao olhar a foto das salas durante a entrevista, relata, em tom saudoso, que, antes de as aulas iniciarem, ela mesma fez cortinas brancas para todas as salas, tanto do primeiro como do segundo andar, porque o sol era muito forte e não havia verbas para persianas. À época, foi questionada pelos colegas de trabalho: “Você é doida? Os meninos vão limpar os pés nas cortinas! E eu respondi: ‘Na minha escola, ninguém vai limpar os pés nas cortinas’. Então era tudo cheio de cortininhas brancas” (DIRETORA DEN/IE).

O relato da diretora sobre a preocupação em proteger as alunas do sol que batia fortemente nas janelas das salas nos remete ao discurso de investimento e propaganda do governo do Estado quanto ao aumento do número de salas de aula construídas, pois o relato da diretora indica que as condições dessas salas – inclusive as do instituto recém-construídas – nem sempre correspondiam ao otimismo dos relatos oficiais.

Por outro lado, a beleza do espaço é ressaltada na fala de uma das professoras, para quem aquele era um “[...] espaço tão bonito, tão grande!”. Ao falar de uma colega que precisava escolher a escola onde trabalharia, a professora justificou a ida para o instituto por sua beleza: “[...] quando viu o pátio, achou tão bonito, que quis escolher o instituto por causa da beleza da escola. Mas era cansativo, porque o gabinete ficava ‘cá’, num prédio, e as salas de aula ficavam lá, no outro. A gente tinha que ficar de lá pra cá” (PROFESSORA PIE1).

A Figura 11 mostra o ambiente do clube alterado pela construção do novo prédio.

Figura 11 – Antigo Clube Cauê



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Professor Fernando Duarte Rabelo.

Vemos, em primeiro plano, a piscina⁴³ que pertencia ao Clube Cauê e, ao fundo, o prédio de três andares que foi construído para abrigar as salas de aulas. Sobre esse espaço, a primeira diretora do Instituto de Educação relatou:

Como o prédio não era apropriado para a instalação da nova escola, o governo do Dr. Cristiano Dias Lopes (1967-1971), usando de suas atribuições legais, ao criar o Instituto de Educação por ato publicado no D.O. de 11/03/1971, opta por fazer desse local o novo espaço de formação dos professores do Espírito Santo, determinando a construção de um novo prédio de três andares, onde funcionariam as salas de aula que deveriam abrigar o Instituto de Educação, recém criado, e a Escola Normal 'Pedro II', com suas últimas turmas. **O espaço era amplo, frondoso, com dois acessos à nova instituição e o aproveitamento do prédio antigo, para funcionamento da Secretaria, do Auditório e da Biblioteca** (DIRETORA DEN/IE, 2014).

A fala da diretora chama a nossa atenção para o espaço do prédio que acolheu o Instituto de Educação. Era um clube cuja estrutura não condizia com o espaço necessário para o funcionamento de uma escola, o que levou o governo a fazer adaptações e a construir, no espaço, um novo prédio que abrigaria as salas de aula.

⁴³ Trata-se, segundo a diretora, de uma piscina de água salgada bombeada da Praia de Santa Helena.

A sede do clube, que foi aproveitada no projeto de reforma e ampliação do espaço para abrigar o instituto. De acordo com as novas adaptações, o prédio onde funcionava o clube (Figura 7) abrigou, no segundo andar, à esquerda, a secretaria da escola e, no primeiro andar, a biblioteca, ambas citadas no relato da primeira diretora do Instituto de Educação. Do lado direito do prédio, passou a funcionar o auditório da escola.⁴⁴

Uma matéria do jornal *A Gazeta*, sobre a implementação do Instituto de Educação, recortada e arquivada pela diretora, aborda alguns aspectos dessas instalações do espaço antes do início das atividades:

INSTALAÇÕES

Depois das solenidades de posse, a nova diretora percorreu com a reportagem tôdas as dependências da escola que funciona no Edifício Cauê, antiga sede da Assembléia Legislativa Estadual.

O recinto em que funcionava a Assembléia foi reservado para o núcleo da Administração que contará com o gabinete da direção e salas da coordenação e centro cívico. Outra sala está sendo reservada para a instalação de uma biblioteca e uma está sendo preparada para o funcionamento do grupo de trabalho que tem por objetivo a implantação do regulamento do instituto.

15 SALAS

Quinze salas de aula estão em funcionamento nos dois turnos com cerca de 38 alunos de cada uma, além de três para recuperação, uma para banda, uma para a educação física, uma para os professores e outra em que funciona provisoriamente a biblioteca, bem como está reservada uma sala para a instalação de laboratório para ciências físicas e biológicas.

Segundo explicações da Diretora, este é o único Instituto do Brasil que tem tôdas as suas atenções voltadas para os jovens que serão alfabetizados, contando com a Escola de Aplicação, funcionando com cinco classes do curso primário onde as normalistas dão suas aulas práticas (*A GAZETA*, 1971, p. 2).

Entre as salas da coordenação mencionadas na reportagem do jornal *A Gazeta*, está a sala de supervisão que pode ser visualizada na Figura 12.

⁴⁴ Atualmente, esses espaços funcionam, ainda, com a mesma finalidade e diversos detalhes arquitetônicos do prédio do Clube ainda são os mesmos. A estrutura mantém o piso, o assoalho, o corrimão da escada e a fachada. A piscina foi aterrada e a quantidade de árvores diminuiu.

Figura 12 – Sala de Supervisão do Instituto de Educação



Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Médio Fernando Duarte Rabelo.

Sobre a Escola de Aplicação, mencionada na matéria do jornal *A Gazeta*, o art. 23 da Lei nº. 2.561/71 diz que ela poderia funcionar no âmbito do instituto ou fora dele. No caso do Instituto de Educação de Vitória, o prédio foi construído no espaço do próprio instituto com a denominação Escola D. Pedro II, muito provavelmente, fazendo referência ao nome da Escola Normal. O prédio que, atualmente, mantém a mesma estrutura, pode ser visualizado na Figura 13:

Figura 13 – Escola de Aplicação do Instituto de Educação



Fonte: Da autora.

A escola funcionava no segundo pavimento de um prédio afastado das salas de aula do instituto. Tratava-se de uma escola de ensino primário que recebia as alunas em formação para realização de aulas práticas.⁴⁵

Entre as práticas que envolviam a Escola de Aplicação, podemos citar as palestras que eram feitas às crianças da escola sobre temas diversos. A Figura 14 refere-se a um desses momentos. Apresenta um militar abordando temas relativos à Semana da Pátria.

⁴⁵ Segundo informações do atual diretor, a escola funcionou até o ano de 2006 atendendo a crianças de até seis anos de idade. Atualmente, o prédio está condenado por engenheiros do Estado, aguardando demolição.

Figura 14 – Palestra sobre a Semana da Pátria na Escola de Aplicação (1971)



Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Médio Fernando Duarte Rabelo.

Quando as adaptações no novo espaço físico foram terminadas, iniciou-se o processo de materializar o que estava prescrito na Lei nº. 2.561/71. Nesse sentido, no que se refere aos cursos que seriam oferecidos no Instituto de Educação, a partir da promulgação da lei, ficou estabelecido:

Art. 2º - O Instituto de Educação, que funcionará em regime de externato, manterá inicialmente:

- a) curso de formação de professores primários;
- b) cursos de aperfeiçoamento e especialização de professores primários;
- c) cursos para habilitação de administradores e orientações de educação primária;
- d) cursos de formação e aperfeiçoamento de professores de curso normal;
- e) centro de estudos educacionais;
- f) unidades de aplicação e experimentação (ESPÍRITO SANTO, 1971, p. 35).

Com relação à composição do corpo docente, o art. 34 da Lei nº 5.692/ 71, que trata da admissão de professores e especialistas no ensino oficial de 1º e 2º Graus, estabelecia que a admissão seria feita “[...] por concurso público de provas e títulos, obedecidas para inscrição às exigências de formação constante desta Lei”. A lei

estadual nº. 2.561/71 estava em conformidade com a lei federal: em seu art. 15, indicava a forma como aconteceria o processo de contratação dos professores:

- I – dos professores efetivos provindos da atual Escola Normal Pedro II, regentes das cadeiras de formação profissional ou de cultura geral, observadas as restrições dos parágrafos seguintes;
 - II – de professores permanentes selecionados através de concurso público de provas e títulos;
 - III – de professores permanentes contratados no regime de legislação trabalhista;
 - IV – de professores colocados à disposição do Instituto.
- § 1º – Os atuais professores da Escola Normal Pedro II, desde que tenham ingressado no magistério estadual através de concurso, poderão optar, de imediato, pela integração no corpo docente do Instituto.
- § 2º. – Os atuais professores da Escola Normal Pedro II, que não tenham prestado concurso poderão igualmente manifestar opção para integrar o corpo docente do Instituto, sujeitos, entretanto, a prova de seleção.
- § 3º – Os atuais professores da Escola Normal Pedro II, que não manifestarem opção poderão ser colocados à disposição do Instituto, quando requisitados por indicação do Conselho Técnico.
- § 4º – Não ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, os atuais professores da Escola Normal Pedro II serão lotados em outros estabelecimentos VETADO (ESPÍRITO SANTO, 1971, p. 37).

Indicava-se, assim, na legislação estadual que, no processo de remanejamento dos docentes, os professores que lecionavam na Escola Normal poderiam passar a atuar no instituto. No entanto, no relato das entrevistadas, podemos observar que não foi bem assim que aconteceu. A ex-professora PIE3 diz:

Eu era concursada. Fui lotada na Escola Normal D. Pedro II. Na época que o Governo criou o Instituto de Educação, nem todo mundo foi logo para o Instituto de Educação. Quem estava no 2º ano não passou logo para o Instituto de Educação. **Eles escolheram alguns professores que tinham o perfil para trabalhar no Instituto de Educação.** Eu fui escolhida e fiquei como professora de História (PROFESSORA PIE3).

Podemos constatar, no relato da ex-professora, que o critério utilizado não estava, necessariamente, de acordo com o previsto no documento, ou seja, o documento não estabelecia seleção baseada no perfil do docente. Sobre essa questão, a ex-professora PIE2 diz que “[...] o Governo criou o instituto e perguntou quem queria ‘vir para cá’ e, como eu morava no Hillal, e o Instituto de Educação era no Cauê, preferi ‘vir para cá’. No Instituto de Educação era uma plêiade, era um grupo que se esforçava, no qual eu me moldei [...]” (PROFESSORA PIE2).

Diante dos relatos das ex-professoras, podemos perceber que há um distanciamento

entre o que está posto no/s documento/s e/ou nas falas dos sujeitos e o que foi vivido ou aquilo do que elas se lembram ter vivido. Com base nessas memórias, pensamos na distância que há entre as prescrições presentes na legislação sobre a criação do instituto e o modo como ele foi constituído. Sobre isso, Certeau nos ajuda a pensar quando fala nos usos que os sujeitos fazem daquilo que é prescrito:

Seja como for, o consumidor não poderia ser identificado ou qualificado conforme os produtos [...] que assimila: entre ele (que deles se serve) e esses produtos (indícios da 'ordem' que lhe é imposta), existe o distanciamento mais ou menos grande do uso que faz deles (CERTEAU, 1986, p. 95).

A lei estadual contemplou também características relativas aos custos e despesas empregados na criação do instituto. O art. 6º discorre e orienta sobre as compras que seriam feitas e a renovação de equipamentos.

As despesas relacionadas com a renovação de equipamentos, conservação de imóveis e promoções de natureza pedagógica e de extensão cultural do Instituto serão custeadas através de Fundo próprio constituído de:

- a) dotações orçamentárias específicas;
- b) recursos provenientes da arrecadação de anuidades estabelecidas em legislação própria;
- c) recursos provenientes de convênios legados e doação e/ou outros determinados por lei (ESPÍRITO SANTO, 1971, p. 36).

A fala da primeira diretora do Instituto de Educação corrobora o exposto no art. 6º, quando diz que o Instituto de Educação era uma instituição independente no setor administrativo. Segundo ela,

Como o Instituto de Educação foi criado com autonomia financeira e administrativa, houve possibilidade de a direção, através de licitações públicas, adquirir não só mobiliário como equipamentos para dar suporte às inovações previstas no novo currículo e, inclusive, contratar funcionários. [...]. (DIRETORA DEN/IE, 2014).

No processo de preparação do Instituto de Educação para que as aulas fossem iniciadas, a diretora rememora sua preocupação quando soube, pelo então secretário de Educação, professor Acyr Nigri, que a inauguração já estava marcada, mas que a escola ainda não estava totalmente pronta para o início das aulas.

Divulgou-se na imprensa uma nota com relação à inauguração, sem que as obras estivessem concluídas para o início das atividades. Apesar disso, a matéria dizia

que o Instituto de Educação possuía as melhores condições para seu imediato funcionamento. Divulgada no jornal *A Gazeta* de 10 de março de 1971, traz o seguinte texto:

Instituto de Educação será inaugurado amanhã

Terá inauguração amanhã o Instituto de Educação de Vitória situado no antigo 'Cauê', na Praia Comprida, o qual destina-se a elevar o nível de preparação do magistério primário do Estado e dotar o sistema estadual de ensino de pessoal qualificado de recursos para outras funções do magistério. O novo Instituto Educacional de Vitória além das dependências reservadas para a administração possui 14 salas de aulas e uma escola de Aplicação com 4 salas, que funcionará anexa ao estabelecimento. Fisicamente, em decorrência dos recursos investidos na construção e adaptação das instalações existentes o IEV possui as melhores condições para o seu imediato funcionamento.

INAUGURAÇÃO

As solenidades inaugurais serão presididas pelo Governador do Estado às 10 horas com a presença de várias autoridades civis, militares e eclesiásticas (A GAZETA, 10 mar. 1971, p. 9).

Entendemos que a história do Instituto de Educação, uma escola com significativas contribuições para a educação capixaba, especialmente no que diz respeito à formação de professores, pode ser constituída no entrecruzamento de dados contidos nas entrevistas e nos documentos analisados até aqui, de modo que contribua com os demais estudos já realizados sobre a História da Educação no/do Espírito Santo.

Desse modo, as problematizações acerca da transição da Escola Normal D. Pedro II para o Instituto de Educação nos possibilitam refletir sobre os processos de formação oferecidos nessa instituição, a partir de sua criação. Neste viés, é nossa intenção analisar como o Instituto de Educação se inseriu na formação de professores capixabas, em decorrência da Lei nº 5.692/71. Trataremos, a seguir, da referida lei e de seus desdobramentos para a formação docente no Espírito Santo.

2.3 A LEI N.º 5.692/71 E SEUS DESDOBRAMENTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

A Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, foi produzida durante o regime militar, iniciado com o Golpe de 1964.⁴⁶ Nesse regime, o ideário *segurança e desenvolvimento*, em que se buscava pelo desenvolvimento econômico na relação com a segurança, passa a nortear os objetivos do governo. Para tanto, adotou-se um modelo econômico associado-dependente, estreitando os laços do Brasil com os Estados Unidos. Nessa perspectiva, a partir da segunda metade da década de 1960, passa-se a dar forma à pedagogia tecnicista,⁴⁷ com base em eventos organizados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e nos acordos MEC-Usaid⁴⁸ (SAVIANI, 2007).

Com o aprofundamento das relações capitalistas decorrentes do modelo associado-dependente, atribui-se à educação um papel importante no desenvolvimento e consolidação dessas relações. O pano de fundo dessa tendência constituía-se pela teoria do capital humano que, a partir da formulação de Theodor Schultz, se difundiu entre os técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. Tal perspectiva adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação na forma dos princípios da racionalidade, da eficiência e da produtividade (SAVIANI, 2007).

De acordo com Saviani (2007), o ano de 1969 é o marco da abertura desse momento da educação, em que se implementam mudanças, abrangendo todos os níveis de ensino. Em virtude do Decreto nº. 464, de 11 de fevereiro desse ano, entra

⁴⁶ Período marcado pelo golpe militar desencadeado em 31 de março de 1964. Segundo Saviani (2007), houve uma ruptura política devido à necessidade de se preservar a ordem econômica e social. O golpe interrompe, gradativamente, movimentos que vinham se desenvolvendo no Brasil, nos anos precedentes, como manifestações artísticas e debates estéticos (RIDENTI, 2007). Há um cerceamento das liberdades individuais na esfera política, buscando silenciar manifestações de professores, estudantes, trabalhadores sindicalizados, dentre outros.

⁴⁷ Na pedagogia tecnicista, a educação é concebida como um subsistema cujo funcionamento eficaz é essencial ao equilíbrio do sistema social de que faz parte. Sua base de sustentação teórica desloca-se para a psicologia behaviorista, a engenharia comportamental, a ergonomia, informática, cibernética, que têm em comum a inspiração filosófica neopositivista e o método funcionalista. Do ponto de vista pedagógico, conclui-se que, se, para a pedagogia tradicional, a questão central é aprender, e para a pedagogia nova, aprender a aprender, para a pedagogia tecnicista, o que importa é aprender a fazer (SAVIANI, 2007).

⁴⁸ “Foram assinados todos os convênios através dos quais o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela AID. Os acordos, conhecidos comumente pelo nome de ‘Acordos MEC-USAID’ tiveram o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, e dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura” (ROMANELLI, 2006, p. 197).

em vigor a reforma universitária, instituída pela Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Com a aprovação da Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, buscou-se estender essa tendência produtivista a todas as escolas do País, por meio da pedagogia tecnicista, convertida em pedagogia oficial.

A reforma do ensino implantada por essa Lei ocorreu durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, que tinha como ministro da Educação o coronel Jarbas Passarinho. De acordo com o art. 1º da Lei nº. 5.692/71:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971, s/p).

A Lei nº. 5.692/71 modificou os ensinos primário e secundário, que passaram a denominar-se, respectivamente, ensino de 1º e 2º Graus. Nesta nova estrutura, o ensino de 1º Grau, passa a proporcionar a sondagem educacional e a iniciação para o trabalho. O 2º Grau visa à habilitação profissional de grau médio (ROMANELLI, 2006). Nesse direcionamento, a formação de professores para a docência nas quatro primeiras séries do ensino de 1º Grau passa a ser realizada por meio de uma habilitação profissional (PIMENTA; GONÇALVES, 1992).

Na perspectiva de somarmos esforços para o entendimento sobre estudos que tratam da implantação da nova Lei no Instituto de Educação, a fala da ex-professora PEN/IE, que vivenciou o processo de transição da Escola Normal D. Pedro II para o Instituto de Educação, ajuda a entender o modo como os professores do Instituto de Educação perceberam a Lei nº 5.692/71, quando nos diz:

Com a implantação gradual da Lei nº 5.692, consolida-se a oferta das novas habilitações de 2º grau, conforme proposta da nova legislação. Os Cursos Normais então existentes foram praticamente ‘engolidos’ e ‘atropelados’ pela nova proposta, transformando-se em mais uma habilitação dentre as oferecidas pela Lei nº 5.692/71. No caso específico do Instituto de Educação, ele transformou-se, paulatinamente, em mais uma escola de 2º grau do sistema estadual de ensino (PROFESSORA DEN/IE).

Reiteramos que essa fala reforça o que já foi exposto a respeito do que representou, de uma maneira geral no País, o fechamento das Escolas Normais, porém a mesma professora destaca que, na década de 1970, no Curso Normal, iniciado no Instituto

de Educação, as aulas eram mais “[...] dinâmicas com utilização de atividades práticas com maior participação e interação dos alunos e utilização de multimeios mais variados” (PROFESSORA DEN/IE).

De acordo com o Parecer nº. 349/72 (BRASIL-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a Habilitação Específica do Magistério foi estruturada em duas modalidades básicas: na primeira, com o período de três anos (2.200 horas), que habilitaria a instruir até a 4ª série; e a outra, pelo período de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º Grau. O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º Graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial (ROMANELLI, 2006).

Nesse sentido, problematizamos os desdobramentos da implantação da referida Lei no Instituto de Educação, pois, em decorrência da lei, modifica-se a organização do ensino. É perceptível o aumento de pressão por parte das camadas populares, que reivindicavam o acesso ao Ensino Secundário. Há, desse modo, a entrada de um novo público nas escolas, ocasionando, portanto, a necessidade de um novo currículo e de novas propostas de ensino, diante do desenvolvimento tecnológico.

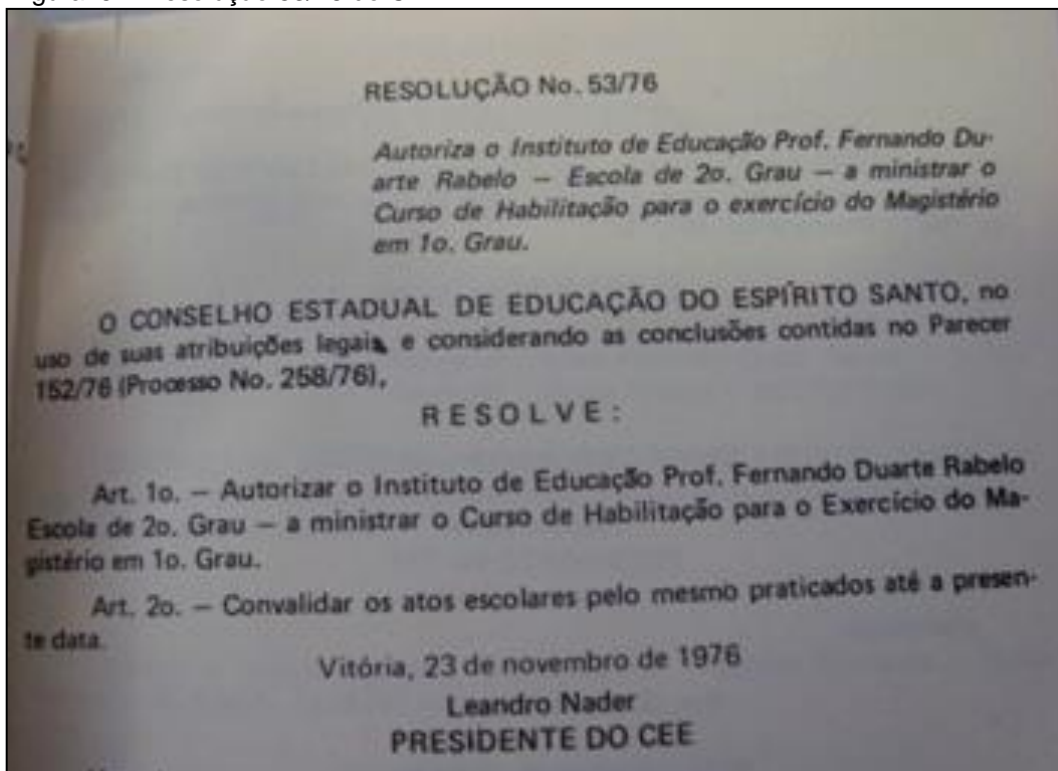
A partir da promulgação da Lei nº 5.692/71, buscamos identificar as tentativas de implantação das diretrizes da referida lei no Estado do Espírito Santo, por meio do Conselho Estadual de Educação. Conforme podemos observar nos documentos e nas falas das professoras, tais orientações passaram a ser incorporadas nas escolas estaduais por meio da elaboração de propostas curriculares. A respeito da elaboração dessas propostas, o Parecer nº. 45/72, que trata da qualificação para o trabalho no ensino de 2º Grau, definiu o mínimo de conteúdo exigido em cada habilitação profissional. Recomendava, em seu art. 4º.

[...] que o Departamento de Ensino Médio do MEC institua um serviço permanente de estudo de currículos que possa acumular a maior soma possível de informações sobre a matéria, para capacitar-se a oferecer subsídios válidos e atualizados a este respeito (PARECER Nº 45/72, p.126).

Os documentos prescritivos sobre os quais deteremos nossas análises estão

fundamentados na Lei nº 5.692/71, mas é importante ressaltar que, de 1971 a 1973, ainda funcionava no espaço do Instituto de Educação o Curso Normal nos moldes da Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e, apesar de já se falar em habilitação para o Magistério, na instituição pesquisada ela somente seria consolidada em 1976, com a autorização contida no Parecer do CEE nº 53/76 (Figura15).

Figura15 – Resolução 53/76 do CEE

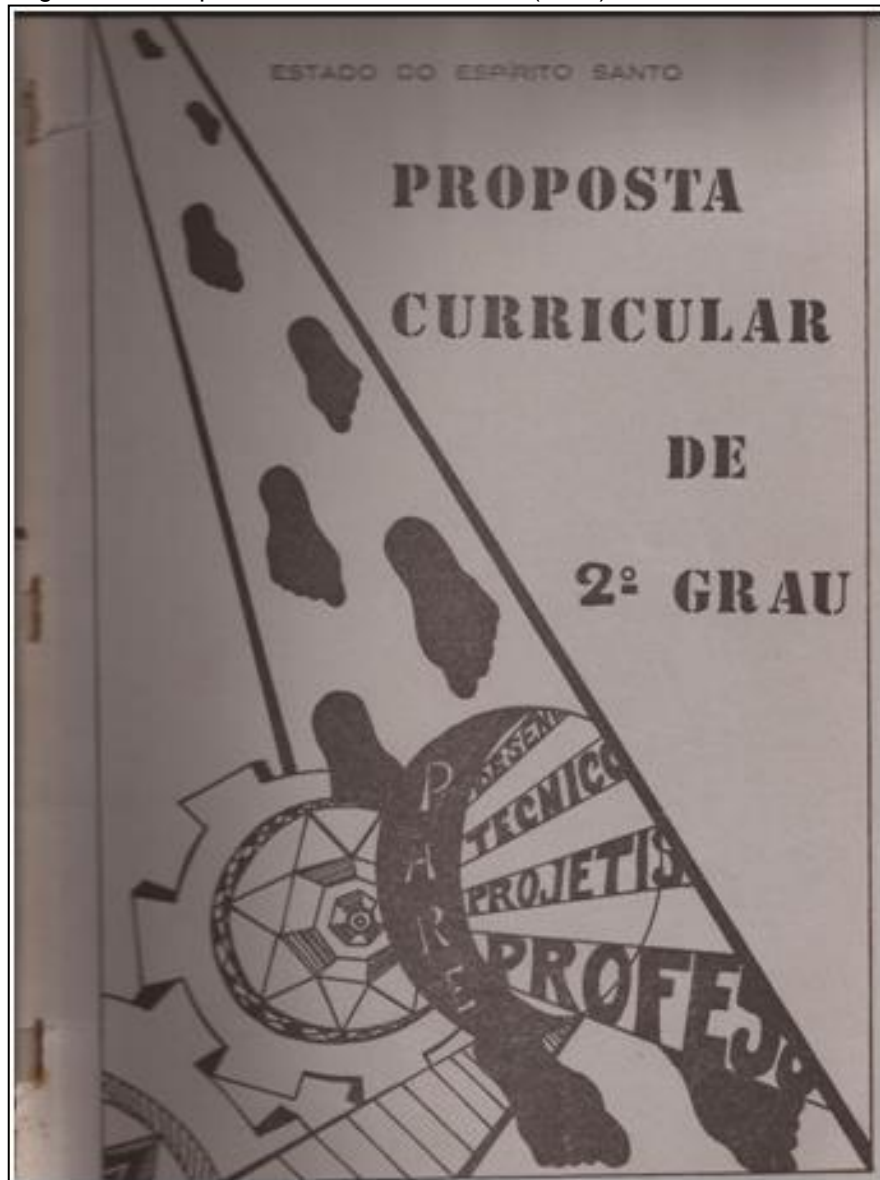


Fonte: Arquivo da Sedu/2014. Governo do Estado do Espírito Santo

Destacamos a Proposta Curricular de 2º Grau, de 1975 (Figura 16), como primeiro documento produzido pela equipe de currículo da Secretaria Estadual de Educação, no sentido de implementar as diretrizes emanadas pela Lei nº. 5.692/71. Esse documento refere-se à formação geral, ou seja, às disciplinas que deveriam compor o currículo de todos os cursos profissionalizantes. Tal perspectiva foi regulamentada pelo art. 4º da Lei, que diz que

Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

Figura 16 – Proposta Curricular de 2º Grau (1975)



Fonte: Arquivo da EEEM Fernando Duarte Rabelo.

A capa da proposta contém uma figura que nos remete à ideia de um caminho que se alarga com pegadas que levam a diversas opções de cursos técnicos. Nossa interpretação é de que tais pegadas se referem aos passos dos estudantes até uma placa em que está escrito “pare” e, junto dela, estão profissões de projetista, desenhista, técnico e professor. No centro superior da capa está a inscrição: “Estado do Espírito Santo” e, à esquerda, observamos desenhos que lembram engrenagens de fábricas e uma esteira típica das indústrias, o que nos remete às linhas de montagem. À direita, mais centralizada e escrita em quatro linhas está o título: *Proposta Curricular de 2º Grau*. Fazendo uma leitura para além do que está explícito, talvez as pegadas nos remetam a um olhar de cima para baixo, numa

perspectiva de fazer entender que a proposta deveria seguir uma orientação maior, que pode ser a adequação às determinações da Lei nº 5.692/71.

A proposta trata das disciplinas de Educação Geral. Possui dois volumes: o volume I, referente à disciplina de Português, e o volume II, que aborda as disciplinas de Geografia, História, OSPB e Moral e Cívica. No capítulo introdutório da proposta, a equipe de currículo de 2º Grau enfatiza a necessidade de se fazer uma orientação, ainda que flexível, disponibilizando sugestões aos professores, para auxiliá-los no processo ensino-aprendizagem.

A proposta está distribuída da seguinte forma: objetivos específicos; conteúdos e sugestões de atividades, respeitando, segundo a proposta, a liberdade de cada escola para distribuí-las de acordo com suas disponibilidades. A equipe responsável pela elaboração da proposta ressalta que a oferta de habilitações profissionais em nível de 2º Grau se fez necessária naquele momento em que o País estava em fase de desenvolvimento e carecia de mão de obra especializada, “[...] principalmente no Espírito Santo, com a instalação de grandes Complexos Industriais”⁴⁹ (ESPÍRITO SANTO, 1975, p. 3). A equipe destacou ainda que:

Devemos considerar também, que ‘a parte de formação especial é prevista na lei (5.692/71) como indispensável à formação integral do adolescente, e tem acrescido motivação nova para certas matérias antes puramente teóricas e abstratas, e que funcionam agora, com dosagem diferente e distinto endereço, como disciplinas ‘instrumentais’ de carreiras definidas’ (ESPÍRITO SANTO, 1975, p. 3).

Segundo o texto introdutório, os conteúdos de Educação Geral deveriam complementar os estudos realizados no 1º Grau de forma a dar ao adolescente os “[...] conhecimentos teóricos necessários ao seu desenvolvimento intelectual e à aprendizagem da tecnologia específica da habilitação pretendida” (ESPÍRITO SANTO, 1975, p. 3).

⁴⁹ No Estado do Espírito Santo, a instalação dos complexos industriais ganhou potência nos governos de Christiano Dias Lopes e Arthur Gerdhart que, com financiamento do Governo Federal, concluíram ou iniciaram grandes projetos industriais, colocando o Espírito Santo na vanguarda do desenvolvimentismo. A década de 1970 no Estado foi marcada pela criação: do Distrito Industrial em Carapina com o nome de Centro Industrial de Vitória (Civit). Em 1972 foram fundadas a Aracruz Celulose e a Samarco Mineradora; em 1974 tem início o funcionamento da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), com usinas de pelotização. Para saber mais sobre os complexos industriais no Espírito Santo, ver Schayder (2002) e Oliveira (2002).

A Equipe de Currículo de 2º Grau do Estado do Espírito Santo considerava que a Proposta Curricular de 2º Grau estava consoante à Lei nº. 5.692/71, no que dizia respeito à preparação dos jovens para a habilitação, mas que também se preocupava em desmistificar o caráter da terminalidade, que era comum aos cursos de 2º Grau. Sobre isso, consideravam as disposições do Parecer nº. 1.710/74, quando determina que:

A partir de 1975, pelo instrumento normativo adequado, nas escolas superiores vinculadas ao sistema federal de ensino terão seu conjunto de pontos obtidos no vestibular acrescido em 10% os alunos que fizerem cursos de 2º Grau, de acordo com a lei nº 5.692/71, com mais de 1100 horas de formação especial; 3% os portadores de certificados de auxiliar técnico (300 horas) obtido também durante o curso de 2º Grau. Estes percentuais poderão ser acrescidos em mais 10 e 3% a cada ano (BRASIL apud ESPÍRITO SANTO, 1975, p. 4).

Preconizando as determinações da Lei nº. 5.692/71, a Proposta Curricular de 2º Grau no Estado do Espírito Santo apresentava os objetivos da escola de 2º Grau, descritos da seguinte forma:

1-Desenvolvimento das potencialidades, como elemento de auto-realização.
Ter auto-satisfação com o desempenho das próprias atividades;
Reconhecer a importância da própria ação em termos de presente e futuro;
Ter criatividade que vise ampliar a experiência humana (capacidade inventiva, redescoberta).

2-Qualificação para o trabalho.
Revelar cuidado com o aperfeiçoamento do produto de seu trabalho e com a adoção de diretrizes na execução de tarefas;
Ser capaz de renovação dos modos de trabalho para redução de esforço;
Reconhecer o trabalho como fonte de desenvolvimento pessoal;

3-Preparo para o exercício consciente da cidadania.
Desenvolver trabalho persistente de auto-educação e exercício de tarefas que visem o bem social;
Preservar e dinamizar a cultura brasileira;
Desempenhar trabalhos exigidos pelas obrigações comunitárias;
Valorizar o homem como profissional;
Reconhecer a posição do Brasil em plano internacional e suas responsabilidades perante o mundo (ESPÍRITO SANTO, 1975, p. 9).

Com base na análise dos documentos, entendemos que o Instituto de Educação buscava atender a essas determinações, levando os alunos a vivenciarem certas práticas que se relacionavam com a preparação para o trabalho, para o exercício da cidadania etc. Por exemplo, podemos citar, no caso do curso de formação de professores, as aulas práticas na Escola de Aplicação, a participação em atividades

culturais, concursos, atividades cívicas, recepção das crianças da comunidade na Escola de Aplicação etc.

A Figura 17 mostra um dos momentos de participação das alunas do Instituto com as crianças da Escola de Aplicação em um desfile de Sete de Setembro, no ano de 1971.

Figura 17 – Desfile de Sete de Setembro



Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Médio Fernando Duarte Rabelo.

Podemos observar, no documento analisado, que a equipe responsável pela sua elaboração se preocupou em oportunizar aos professores um plano de curso com os objetivos a serem alcançados, conteúdos e sugestões de atividades, pelo qual se esperava que, com a orientação do professor, o aluno conseguisse atingir os objetivos propostos em cada disciplina e, no âmbito geral, os objetivos da escola de 2º Grau.

Outra proposta curricular para Magistério de 1º Grau, publicada em 1976,⁵⁰ pela Secretaria de Educação, é analisada por tratar-se de um documento que,

⁵⁰Anteriormente a esse, foi publicado o documento: "Orientação para os currículos do Curso de Habilitação para o 'Magistério de 1º grau'", porém não conseguimos localizá-lo.

especificamente, destinou-se a orientar as instituições estaduais quanto ao curso de Habilitação para o Magistério de 1º Grau. Assim, a proposta insere-se na perspectiva de atender ao disposto no art. 30 da Lei nº. 5.692/71, que se refere às exigências mínimas para essa habilitação. O referido artigo define que:

Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

§ 1º Os professores a que se refere a letra 'a' poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três, mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando for o caso, formação pedagógica.

§ 2º Os professores a que se refere a letra 'b' poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª série do ensino de 2º grau mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo.

§ 3º Os estudos adicionais referidos aos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos ulteriores (BRASIL, 1971, s/p.).

O documento foi produzido, pela equipe de currículo de 2º Grau, que destaca a habilitação para o Magistério, entre as demais habilitações, pelo fato de esta “[...] oferecer suporte sobre o qual se apoiará toda a filosofia de educação nacional” (ESPÍRITO SANTO, 1976, p. 7). A equipe justifica a prioridade dessa habilitação, reconhecendo que:

Somente a partir da boa preparação de recursos humanos para o Magistério (de 1º grau) o sistema poderá dispor de elementos capazes de acionar a máquina da educação e dinamizar o processo ensino-aprendizagem, imprimindo-lhe um sentido humano, voltado especialmente para o ‘desenvolvimento das potencialidades do indivíduo’ (ESPÍRITO SANTO, 1976, p. 7).

A proposta refere-se às disciplinas da parte especial. Em outras palavras, buscou-se atender ao que foi preconizado pelo art. 5º da Lei nº. 5.692/71, que dá continuidade ao art. 4º, que trata da organização curricular. Em seu § 1º, determina que

Observadas as normas de cada sistema de ensino o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

- a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;
- b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial (BRASIL, 1971, s/p.).

Com a parte especial, pretendia-se enfatizar a iniciação para o trabalho e, principalmente, no 2ª grau, habilitar profissionalmente. Dessa forma, ficou estabelecido, no § 2º do art. 5º que

A parte de formação especial de currículo:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciarão [sic] para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
 - b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.
- § 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores (BRASIL, 1971, s/p.).

Nessa perspectiva, no que se refere à formação oferecida pela Habilitação para o Magistério de 1º grau, a proposta apresenta como um dos objetivos para a essa habilitação: “[...] desenvolver positiva atitude profissional de magistério” (ESPÍRITO SANTO, 1976, p. 11).

A capa da Proposta (Figura 18) traz, na parte superior, centralizada, a inscrição do Governo do Estado do Espírito Santo e, logo abaixo, no canto esquerdo, as siglas dos órgãos que compunham a Equipe de Governo, como a SEC; DETED e DCS. No centro da capa, há um caminho, onde pessoas, provavelmente adultos e crianças, estão no início do caminho que leva à inscrição: Habilitação para o Magistério de 1º Grau.

Figura 18 – Proposta Habilitação para Magistério de 1º Grau (1976)



Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Médio Fernando Duarte Rabelo (2014).

Podemos conjecturar que os adultos sejam alunos em busca da formação oferecida por essa habilitação e que as crianças serão os alunos desses professores. Destacamos que o caminho traçado está “ancorado” na palavra Proposta Curricular. Na contracapa da proposta, no centro da página, está escrito: “Disciplinas Profissionalizantes, que serão caracterizadas nas páginas 17 a 90”. As disciplinas que tratam a proposta são: Fundamentos Biopsicológicos da Educação (I); Fundamentos Sócio-Históricos e Filosóficos (II) e Estatística; e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau.

A Proposta Curricular traz sugestões de atividades a serem realizadas pelos alunos sob a orientação do professor. Apresenta, ainda, conteúdos específicos de cada

disciplina da parte especial. São contemplados objetivos que deveriam ser compreendidos como mínimos a serem exigidos dos alunos. No último parágrafo da introdução, a equipe expõe que espera dos professores o cumprimento da finalidade da proposta e que esse documento possa “[...] enriquecê-lo com sua experiência e formar melhores professores para as crianças do Brasil” (ESPÍRITO SANTO, 1976, p. 7).

Os objetivos da Habilitação para o Magistério de 1º Grau, emanados dessa proposta são:

- Conhecer o Sistema de Ensino no qual irá atuar, seus ideais, objetivos, seus problemas e seu plano de desenvolvimento.
- Identificar problemas de aprendizagem e atuar sobre eles.
- Conhecer as linhas gerais do desenvolvimento do ensino e procedimentos específicos das matérias das 4 séries do 1º Grau, por meio de um trabalho teórico e prático.
- Desenvolver positiva atitude profissional de magistério.
- Dispor de cultura geral e específica, no mínimo suficiente para orientar com segurança o ensino de 1º Grau até a 4ª série.
- Desenvolver positiva atitude profissional de magistério, revelada por meio de competência e responsabilidade (ESPÍRITO SANTO, 1976, p. 11).

Além desses objetivos específicos, o professor deveria também desenvolver objetivos comuns a qualquer estudante:

- Ser aberto às mudanças e inovações.
- Ter habilidade de trabalho em grupo, cooperativamente.
- Ser disponível para estudo, constante atualização e aperfeiçoamento.
- Interessar-se pelo desenvolvimento nacional, estadual e comunitário.
- Manter relacionamento interpessoal positivo.
- Interessar-se pelos problemas ecológicos e participar de sua solução (ESPÍRITO SANTO, 1976, p. 11).

Podemos observar que há aspectos comuns entre a proposta Curricular e a Lei nº 2.561, que trata da criação do Instituto de Educação. O art. 1º dessa Lei apresenta as finalidades dessa criação. Assim, está registrado, na alínea “d”: “[...] dar, à formação do magistério, uma nova dimensão que leve o estudante a sentir-se, durante o próprio curso, responsável pelos problemas ligados à educação da comunidade a que a escola atende”. Como um dos objetivos comuns da proposta, é apresentado: “Interessar-se pelo desenvolvimento nacional, estadual e comunitário”.

O art. 1º da lei, na alínea “c”, institui como finalidade do Instituto de Educação: “Realizar estudos sobre problemas do ensino primário e de formação e aperfeiçoamento do magistério, com vistas ao aperfeiçoamento da própria instituição”. Na proposta, objetiva-se que o estudante seja disponível para estudo, constante, atualização e aperfeiçoamento.

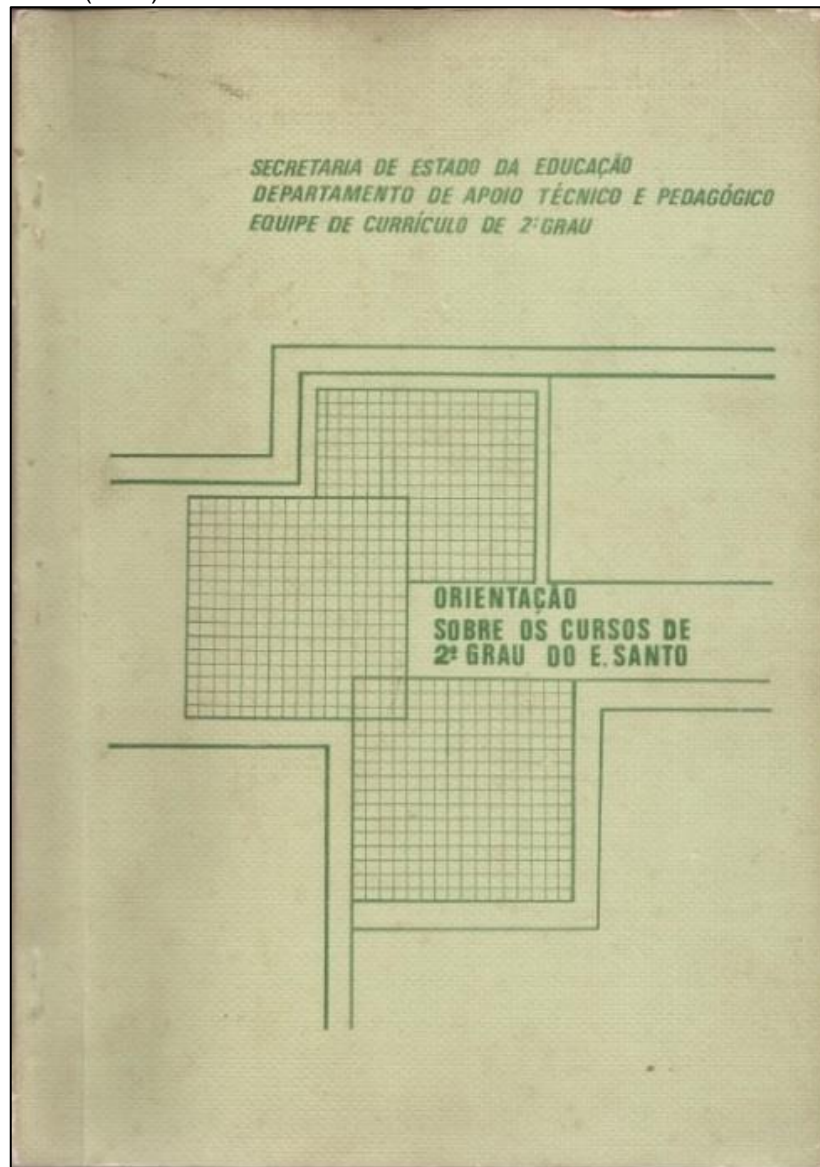
Entendemos, assim, que a ênfase no aperfeiçoamento, na atualização esteve presente na legislação emanada da Lei nº. 5.692/71, bem como nas diretrizes curriculares produzidas em decorrência desta lei. Na mesma perspectiva, percebe-se a preocupação com problemas que envolvem a comunidade, no sentido de tornar o estudante “responsável”, como estabelece a Lei nº. 2.561, e “participativo e cooperativo”, como prevê a proposta de 1976.

Outro documento que indicia a presença da Lei nº 5.692/71 no Instituto de Educação é o *Orientação sobre os cursos de 2º Grau do Espírito Santo*, de 1979 (Figura 19). O documento foi elaborado pela Equipe de Currículo de 2º Grau da Secretaria de Estado da Educação e traz, detalhadamente, as habilitações básicas oferecidas no Estado do Espírito Santo em consonância com a Lei nº 5.692/71 sobre o ensino de 2º Grau que, de acordo com Romanelli (2006, p. 245),

No que tange ao 2º grau, a formação especial destinada à qualificação para o trabalho obedece às seguintes normas:

- a) O Conselho Federal de Educação apresentou uma lista de 130 habilitações, para cada uma das quais fixou um conteúdo mínimo obrigatório.
- b) De acordo com as possibilidades de cada estabelecimento e mediante lista proposta pelos Conselhos Estaduais, a esse conteúdo mínimo devem ser acrescentadas as matérias de escolha do estabelecimento para habilitação ou habilitações que pretende oferecer.

Figura 19 – Orientação sobre os cursos de 2º Grau do Espírito Santo (1979)



Fonte: Arquivo da Escola de Ensino Médio: Fernando Duarte Rabelo (2014).

O documento analisado apresenta grades curriculares que foram feitas para subsidiar o trabalho de diretores e supervisores no planejamento das atividades educacionais. Porém, os elaboradores do documento salientam que são “apenas sugestões”. Apresentam, também, a relação das escolas com suas respectivas habilitações ofertadas.

É possível percebermos no documento que, das habilitações ofertadas no Estado do Espírito Santo, a que mais se destacou em quantidade incluindo as redes de ensino estadual, municipal e particular, foi a Habilitação de Magistério, em que, de 63

escolas, 43 eram da rede estadual, ou seja, a HEM atendia, segundo o documento, a um total de 69,3% e, dentre esses, encontramos o Instituto de Educação.

De acordo com a Resolução do CEE 53/76, de 23 de novembro de 1976, foi autorizado o funcionamento da Habilitação Específica para o Magistério. Além dessa habilitação no Instituto de Educação, de acordo com as fichas de cadastro das escolas da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, foram ofertadas outras cinco habilitações técnicas, a saber: Contabilidade, Secretariado, Serviços Bancários, Estatística e Assistente Administrativo, que não serão analisadas por não se tratarem do foco da pesquisa.

Além da HEM, é possível visualizarmos a intenção da criação dos Estudos Adicionais no Instituto de Educação em conformidade com a Lei nº 5.692/71. Sobre esses estudos, estava prescrito no parágrafo único do art. 31:

As licenciaturas de 1º grau e os estudos adicionais, de preferência nas comunidades menores, poderão também ser ministradas em faculdades, centros, escolas, institutos e outros tipos de estabelecimentos criados ou adaptados para esse fim, com autorização e reconhecimento na forma da Lei (BRASIL, 1971).

No caso específico do Instituto de Educação, é possível percebermos a intenção da implementação dos Estudos Adicionais por meio da Resolução nº 77/87, de 21 de outubro de 1987, apesar de, na *Orientação sobre os cursos de 2º grau do Espírito Santo*, de 1979, já se fazer referência aos Estudos Adicionais, sendo esse curso ofertado em seis escolas no Estado do Espírito Santo. Observamos, no entanto, ao analisar o referido documento, que, das seis escolas, cinco eram estaduais e uma particular. Dentre as escolas estaduais, estava o Instituto de Educação.

Isso nos leva a conjecturar que, em algumas situações, talvez os cursos funcionassem até mesmo antes de uma legislação oficial, como podemos observar:

A Resolução do CEE Nº 77/87 de 21 de outubro de 1987 aprova o funcionamento do Curso de Educação de pré-escolar, matemática, oferecidos a partir de 1973 e 1974, respectivamente e nas áreas de comunicação e expressão, estudos sociais e ciências a partir de 1980, oferecidos pelo antigo Instituto de Vitória, atual Escola de Segundo Grau 'Professor Fernando Duarte Rabelo', até o final do ano letivo de 1987 (ESPIRITO SANTO, s/d).

O documento acima corrobora o exposto a respeito do parágrafo único do art. 31 da Lei nº 5.692/71, sobre onde e como deviam funcionar os Estudos Adicionais, ou seja, no Estado do Espírito Santo, segundo a *Orientação sobre os cursos de 2º Grau do Espírito Santo* (ESPIRITO SANTO, 1979, p. 61). No caso desta pesquisa, registramos, segundo o documento citado e mais a Resolução do CEE nº. 77/87, que a instituição que ofertava o curso de HEM era o Instituto de Educação. Exposta a análise dos documentos encontrados, no próximo capítulo, trataremos da atuação do Instituto de Educação na formação dos professores do Curso de Magistério e as possíveis mudanças curriculares no cumprimento da nova Lei.

CAPÍTULO 3

3 O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SUA ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO DE MAGISTÉRIO

Considerando que a criação dos Institutos de Educação no Brasil ocorreu na década de 1930 e que sua estruturação estava prescrita pela Lei Orgânica de Ensino (1942-1946), a organização do Curso Normal previa dois níveis de ensino: o primeiro ciclo, destinado à formação de regentes de ensino primário; com duração de quatro anos, funcionava nas chamadas “escolas normais regionais”; o segundo ciclo, com finalidade de formar professores primários, funcionava em “escolas normais” e tinha duração de três anos (PIMENTA, 1992).

Romanelli (1978, p. 164) registra que, além dos dois tipos de Escolas Normais, “[...] foram criados os Institutos de Educação, que passaram a funcionar com os cursos citados acima, mais o Jardim de Infância e a Escola Primária anexos”. Diante disso, destacamos que, no caso específico do Espírito Santo, o Instituto de Educação surgiu com as mesmas características, porém na década de 1970. Desse modo, enquanto, em alguns Estados, nos anos de 1960 e 1970, os Institutos de Educação tinham se transformado em instituições de formação superior, no Espírito Santo, no ano de 1971, o Instituto de Educação destinava-se à formação de professores primários.

O Instituto de Educação iniciou suas atividades pedagógicas com as turmas transferidas da Escola Normal D. Pedro II. Passou por reforma e adaptação do novo prédio para receber as normalistas dos últimos anos da Escola Normal. Recebeu, também, as novas turmas formadas por alunas que passaram por um processo de seleção, pois, segundo relato da ex-professora PIE2, “[...] a procura por vagas era maior que a oferta, devido o que representava no Estado do Espírito Santo, a partir do ano de 1971, estudar no Instituto de Educação”. Indagamos, então, neste capítulo, o que significava lecionar no Instituto de Educação e como se dava a formação dos professores nessa instituição.

3.1 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

No início das atividades do Instituto de Educação, as finalidades do curso eram a mesmas do Curso Normal e estavam determinadas pela Lei Orgânica de 1946, cujo art. 1º define:

- I – Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
- II – Habilitar administradores escolares destinados às escolas.
- III – Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativos à educação da infância (BRASIL, apud PIMENTA, 1992, p. 99).

Isso talvez se explique pelo fato de os primeiros três anos do Instituto terem sido dedicados ainda à formação de professoras que haviam iniciado o curso na Escola Normal, dando continuidade ao mesmo currículo. Assim, podemos perceber que, no caso do Instituto de Educação no Espírito Santo, pelo menos inicialmente, poucas foram as mudanças visíveis para além do espaço físico, pois essa formação as alunas já recebiam na antiga escola.

A Secretaria Estadual de Educação preocupou-se com a seleção dos professores que iriam assumir o curso de formação docente, nos moldes do Instituto de Educação. Conforme a primeira diretora da instituição, a professora DEN/IE, os professores selecionados tinham que ter um perfil específico: “[...] os professores para dar aula no Instituto de Educação precisavam conhecer a nova filosofia, a nova abordagem do Instituto, a filosofia e principalmente como seria o prosseguimento do currículo, porque seria de quatro anos e não de três anos [...]” (DIRETORA DEN/IE).

Sobre o perfil dos professores selecionados para dar aula no Instituto de Educação, os depoimentos de duas ex-professoras que atuaram na instituição reforçam a fala da diretora. Segundo a professora PIE3:

[...] o Secretário de Educação da época, o Acyr Nigri, escolheu alguns professores que tinham o perfil para trabalharem no Instituto de Educação. Os professores selecionados eram aqueles que se identificavam com o perfil do Instituto de Educação. Durante o período de reciclagem, eles escolhiam quem se encaixava melhor com a proposta do Instituto de Educação, que era uma proposta mais moderna [...] (PROFESSORA PIE3, 2013).

Já a ex-professora PIE2 ponderou que ser selecionada e trabalhar no Instituto de Educação

[...] era muito bom. Tudo era muito motivado. O Instituto de Educação existia no Rio de Janeiro e era coisa de elite, era importante, era aquele ideal e os professores selecionados para trabalhar no Instituto de Educação era uma plêiade, era um grupo que se esforçava, no qual eu me moldei [...] (PROFESSORA PIE2).

Sobre o que significava lecionar no instituto, a ex-professora PEN/IE relata que elas eram tratadas com muito respeito e consideradas pela sociedade. Quanto à contratação de professores para a instituição, disse que, no seu tempo, os professores efetivos eram contratados por meio de concursos públicos de provas e títulos, que incluía aula prática. Ela ressaltou que: “Alguns professores eram recrutados considerados como pessoas de notório saber e experiência em sua área de atuação, como advogados, médicos, engenheiros, entre outros” (PROFESSORA PEN/IE).

É possível percebermos, nos relatos das ex-professoras e da primeira diretora do Instituto de Educação, uma intenção em desenvolver com afinco a tarefa que lhes foi confiada: formar os professores primários no Estado do Espírito Santo de acordo com a nova lei. É possível também perceber que o governo se preocupou com a formação das novas normalistas de tal forma que ofereceu cursos de formação, denominados como “reciclagem”. A Figura 20, segundo relato da primeira diretora do instituto, indica a realização do primeiro curso de preparação para admissão de professores, ofertado pelo Governo do Estado. A diretora DEN/IE diz que

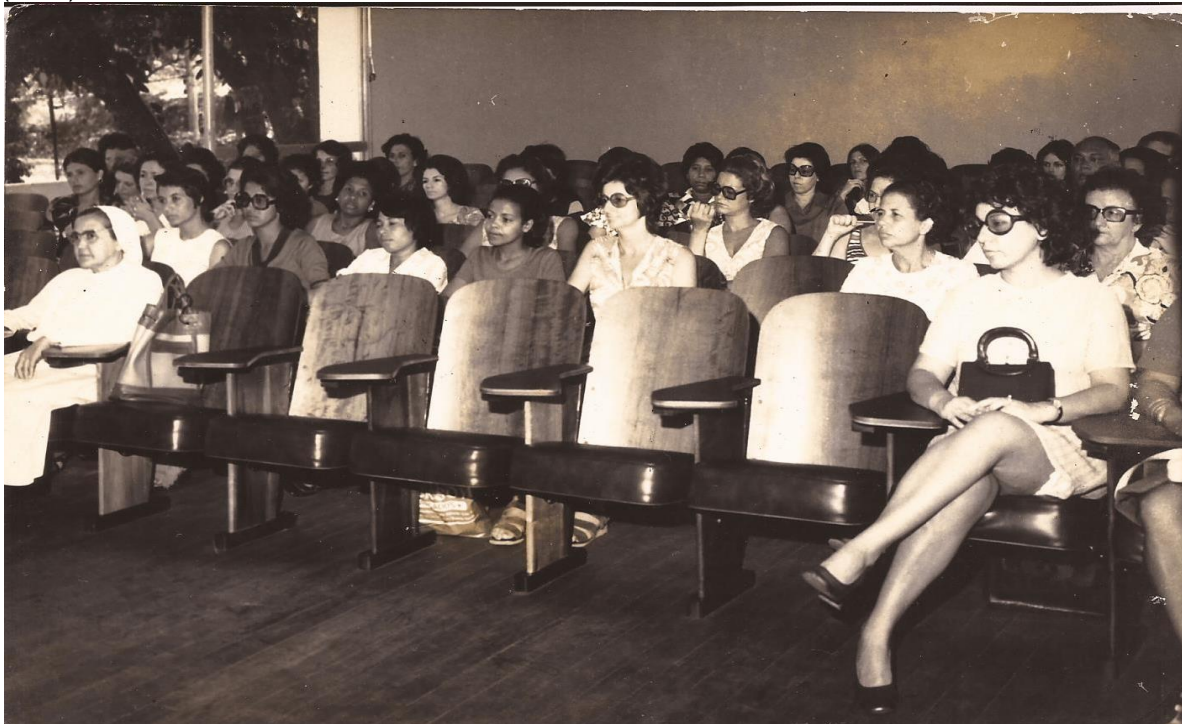
[...] os professores selecionados, para que pudessem dar aula no Instituto de Educação tiveram que passar por cursos de reciclagem. Vieram professores do Rio de Janeiro para dar curso para os professores do instituto. O planejamento do Instituto de Educação foi confiado a uma equipe da SEC,⁵¹ professor Elio Ceotto e Anneti Vitali Calil, e de técnicos do INEP, do MEC, Lúcia Marques Pinheiro, Josephina Gandenzi e Maria do Carmo Marques Pinheiro, cujos trabalhos envolveram a estruturação pedagógica e administrativa [...] (DIRETORA DEN/IE).

Ao citar esses professores, a diretora fala da importância desses nomes para a formação dos docentes do Instituto de Educação e reforça que eles devem aparecer

⁵¹ Em sua fala, a diretora menciona a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), mas os documentos informam que o nome da secretaria era Secretaria Estadual de Educação (SEE).

nesta pesquisa porque foram eles que organizaram a estruturação pedagógica dos quatro anos e a divisão da estrutura curricular de cada ano, inclusive dos cursos especiais que, segundo ela, não vingaram.

Figura 20 – Primeiro curso de reciclagem para admissão dos professores do Instituto de Educação (1971)



Fonte: Arquivo da Secretaria da Escola Estadual Fernando Duarte Rabelo.

Ainda sobre o curso preparatório, a ex-professora PEN/IE relatou que, por ocasião da implantação do Curso Normal do Instituto de Educação, realizou-se, um “curso de capacitação” em Prática de Ensino, em janeiro e fevereiro de 1972, destinado à preparação do corpo docente. O curso aconteceu no próprio instituto e, segundo a entrevistada,

De forma geral os professores do Curso Normal habilitavam-se em cursos de capacitação promovidos pela Secretaria. Antes da oferta dos cursos de licenciatura da Fafi, os professores eram recrutados entre profissionais conceituados em suas respectivas áreas de atuação, por exemplo: havia médicos lecionando Biologia, engenheiros lecionando Matemática e Física.

Podemos observar nesse relato que a prática do recrutamento de profissionais em áreas afins com as disciplinas pode ter ocorrido em função da carência de pessoal habilitado para o exercício do Magistério. Essa prática estava prevista no art. 28 da Lei Estadual nº 2.561, de 1971, que estabelecia dois casos para o recrutamento de

peçoal não diplomado pelo Instituto de Educação: “[...] a) quando, no local da escola, não existir diplomado pelo Instituto; b) quando, existindo diplomado pelo Instituto, êste não se interessar pelo exercício das funções” (ESPÍRITO SANTO, 1971, p. 40). Portanto, entendemos que não havia professores diplomados pelo Instituto de Educação no Estado do Espírito Santo.

Sobre a atuação do Instituto de Educação na formação dos professores, investigamos o modo como ocorriam as aulas no Instituto de Educação. O relato da ex-professora PEN/IE indica que houve uma mudança de postura na condução das aulas, pois, na década de 1960, “[...] as aulas [eram] mais expositivas, com trabalhos em grupo, provas escritas, com poucos recursos multimeios, na base do quadro-negro e giz. Iniciava-se a utilização do álbum seriado”. A mesma professora expôs que, na década de 1970, o Curso Normal que iniciou no instituto tinha aulas mais dinâmicas, com utilização de multimeios mais variados.

Essa mesma ex-professora PEN/IE enfatizou que, na década de 1960, na antiga Escola Normal, o relacionamento entre alunas e professores era mais “[...] formal e distante. Os alunos se levantavam quando os professores adentravam a sala; os professores usavam roupas mais formais, alguns de terno. Havia muita disciplina”. Já na década de 1970, a mesma professora relata que o clima era “[...] mais informal e interativo entre professores e alunos”. Sobre a relação entre a direção, a coordenação e os professores, ela disse que “[...] também foi evoluindo da mesma forma descrita, mas sempre respeitando a hierarquia” (PROFESSORA PEN/IE).

É possível perceber, pelas falas das entrevistadas, que havia um clima de tranquilidade no Instituto de Educação mesmo com a mudança do espaço físico sem uma preparação prévia, o que não quer dizer que todos concordassem plenamente. Destacamos duas falas que mostram situações de inconformidade com a mudança. A ex-professora PIE2 enfatizou que, após mudança para o Instituto de Educação,

[...] até o cafezinho que tomávamos éramos nós que pagávamos. Todo mundo dava um tanto no fim do mês para tomar um cafezinho. Agora na Escola Normal antiga, tinha o lanche dos professores e era solene: a gente ia lá pra baixo tomar mingau. Depois acabou tudo. São outros tempos.

A mesma professora continuou em seu depoimento demonstrando sinais de decepção em relação às mudanças ocorridas. Outra situação percebida por ela e que a incomodou foi:

No começo, o Instituto de Educação era muito bom. Era tudo muito motivado. O Instituto de Educação existia no Rio de Janeiro e era coisa de elite, era importante. Era aquele ideal todo. Então foi bom no começo, mas depois o Curso Normal entrou em decadência. O governo não valorizou os professores, não prestigiava o professorado. Mas foi uma época áurea.

Ouvimos, ainda, de uma entrevistada, o relato de que logo que aconteceu a mudança para o Instituto de Educação em 1971, ela ministrava aulas para a turma do 3º ano, que seria a última turma a se formar no prédio da antiga Escola Normal. Nessa turma, ela ministrava aula de Psicologia Educacional, como professora substituta, porém, nesse mesmo ano, efetivava-se a proposta de um novo curso Normal, “[...] baseado nos modelos dos cursos existentes nos Institutos de Educação de outras capitais, como no Rio de Janeiro e Belo Horizonte” (PEN/IE).

De acordo com os moldes desses institutos, a professora relata que o curso seria mais dinâmico e prático, agrupando alguns conteúdos com novo formato. “Por exemplo, a Psicologia da Educação desdobrou-se em disciplinas como: ‘A Criança de 0 a 6 anos’; ‘A Criança de 6 a 9 anos’ e ‘A Criança de 9 a 12 anos’” (PEN/IE). Segundo ela, funcionou dessa maneira porque o Instituto de Educação oferecia em grade curricular um ano a mais no curso, ou seja, passava a oferecer a chamada Habilitação Específica do Magistério.

Podemos perceber que as mudanças ocorridas com a criação do Instituto de Educação, no início, não foram tão impactantes, até porque a Lei que é de 1971 foi implantada efetivamente a partir de 1976, segundo documento da Secretaria de Educação. No entanto, de acordo com relato da primeira diretora do instituto, já em 1971, o novo curso de Habilitação Específica do Magistério começou a funcionar da seguinte maneira: no turno da manhã funcionava o Curso Normal nos moldes antigos, com três anos de curso. No turno da tarde, começou o curso de Habilitação Específica do Magistério e, segundo a diretora, “[...] as alunas iniciavam o curso escolhendo o que elas queriam realizar, daí elas fazerem um ano a mais de curso”.

3.2 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR FERNANDO DUARTE RABELO

Trataremos, neste tópico, das questões relacionadas com o currículo prescrito/vivido pelas professoras entrevistadas no Instituto de Educação. Analisaremos as ações que envolveram as mudanças curriculares no instituto, considerando a transição entre o currículo da Escola Normal D. Pedro II e a criação do currículo do instituto com base na proposta da nova Lei nº 5.692/71.

Com isso, em razão da criação do instituto, a formação dos professores primários passou por mudanças curriculares significativas. As alunas que transitaram da Escola Normal D. Pedro II para o novo espaço físico continuaram com o mesmo currículo e carga horária anteriores até o ano de 1973, conforme art. 26 da Lei estadual nº 2.561, de 1º de fevereiro de 1971. Esses elementos podem ser visualizados na Figura 21.

Figura 21 – Currículo e carga horária da Escola Normal D. Pedro II

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DIVISÃO DO ENSINO MÉDIO		
ESCOLA NORMAL "PEDRO II"		
VITÓRIA	----	ESPÍRITO SANTO
CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - ANO LETIVO DE 1971		
CURRÍCULO = CARGA HORÁRIA		
DISCIPLINAS	2º ANO	3º ANO
OBRIGATORIAS		
1 - Português	40	40
2 - Educação Moral e Cívica	20	20
3 - Prática de Ensino	100	100
4 - Psicologia Educacional	30	30
5 - Metodologia da Matemática	40	-
6 - Metodologia da Língua Portuguesa	40	-
7 - Metodologia dos Estudos Sociais	-	40
8 - Metodologia das Ciências Exatas e Biológicas	-	40
OPATIVAS		
1 - Desenho Pedagógico	20	20
PRÁTICAS EDUCATIVAS		
1 - Canto Orfeônico	20	20
2 - Educação Física, Recreação e Jogos	20	20
TOTAL SEMANAL	28	28
Vitória, 30 de abril de 1971		
<i>(Assinatura)</i>		
STO: <i>(Assinatura)</i>		

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura (1971).

Como podemos observar, o documento mostra a organização curricular do curso de formação de professores ministrado no espaço do Instituto de Educação. Reiteramos, porém, que o referido documento integra a estruturação do ensino normal prescrita pela Lei Orgânica de 1946, demonstrado no Quadro 1. Podemos também observar que, no caso específico da Escola Normal D. Pedro II, houve mudança com relação à distribuição das disciplinas. Por exemplo, as disciplinas Metodologia da Matemática, Metodologia da Linguagem, Metodologia dos Estudos Sociais e Metodologia das Ciências Físicas e Biológicas estão diluídas com carga horária específica para cada uma, o que, na grade oficial da Lei nº 4.024/61, aparece como Metodologia do Ensino Primário.

Também constatamos que, na grade curricular da Escola Normal D. Pedro II, a disciplina Prática de Ensino aparece no 2º e no 3º anos, mas, na grade proposta pela lei, era apenas para o 3º ano. Isso nos permite supor que havia uma atenção à preparação para a docência, ou seja, ao concluir o curso, a aluna era considerada habilitada no segundo ciclo do ensino secundário, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Sobre o ensino nas Escolas Normais, Tanuri (2000) lembra que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 4.024/61) manteve as grandes linhas da estrutura que vigoravam no modelo anterior, quanto à duração do curso ou à divisão em ciclos. Para Pimenta (1992, p. 102), a referida lei também “[...] não alterou significativamente o ensino normal”, referindo-se aos anos de 1960 a 1970. Para o segundo ciclo, a distribuição das disciplinas pode ser apresentada pelo quadro a seguir:

Quadro 1 – Relação das disciplinas do Curso Normal de acordo com a LDB nº 4024/61

1ª série	2ª série	3ª série
Português Matemática Física e Química Anat. Fisiologia Humana Música e Canto Orfeônico Desenho/Artes Aplicadas Educ. Física/Rec. Jogos	Música e Canto Orfeônico Desenho/Artes Aplicadas Educ. Física/ Rec. Jogos Biologia Educacional Psicologia Educacional Higiene, Educ. Sanitária e Puericultura Metodologia Ensin. Prim.	Música e Canto Orfeônico Desenho/Artes Aplicadas Educ. Física/Rec. Jogos Psicologia Educacional Higiene, Educ. Sanitária e Puericultura Metodologia Ensin. Prim. Sociologia Educacional Hist. Filos. Educacional Prática de Ensino

Fonte: Pimenta (1992, p.100).

No caso específico do Estado do Espírito Santo, o nível de segundo ciclo permaneceu inalterado até o ano de 1973. A respeito do segundo ciclo, Tanuri (2000, p. 78, grifo nosso) ressalta:

[...] a maioria dos Estados conservou o sistema dual, com escolas normais de nível ginasial, com quatro séries no mínimo, certamente em face da insuficiente quantidade de candidatos qualificados para a docência no ensino primário. Apenas Sergipe, **Espírito Santo**, Rio de Janeiro, São Paulo, Guanabara e Distrito Federal utilizaram-se somente de escolas de segundo ciclo de grau médio para preparação dos seus professores primários.

Pimenta (1992) nos lembra que, nos institutos eram ministrados cursos de especialização destinados à preparação de professores para a educação pré-primária, ensino complementar e ensino supletivo, desenho, artes e música, além de cursos voltados para diretores, orientadores e outros especialistas para escolas primárias. Nesse sentido, observamos que, no Instituto de Educação, é possível que se tenha tentado colocar em prática o objetivo da criação do Instituto de Educação, de acordo com as leis orgânicas de ensino, que era de reunir, segundo Pimenta (1992, p. 99), “[...] todo o pessoal envolvido com a educação básica numa só instituição – o instituto de educação”.

Analisando o conteúdo da Lei nº 5.692/71, Romanelli (1978) ressalta a questão da organização do currículo escolar que ficou prevista da seguinte forma:

Art. 4º- Os currículos de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos (BRASIL, apud ROMANELLI, 1978, p. 239).

Seguindo o pensamento da autora, o Conselho Federal de Educação (CFE) ficava responsável por dar suporte ao estabelecimento das matérias de núcleo comum para cada nível de ensino. Cabia aos Conselhos Estaduais determinar quais seriam as matérias da parte diversificada, ficando, inclusive, com o direito de propor disciplinas para compor o seu currículo, as quais não faziam parte da lista de opções prescrita pelo CFE.

Nesse sentido, o Instituto de Educação foi criado para atender a essa e outras demandas de cunho político e pedagógico. Precisamos estar atentos ao fato de que, na educação, isso é histórico, criam-se e recriam-se leis, decretos, pareceres, mas o que muda de fato? O que essas mudanças alteram, na prática, a formação docente? As mudanças curriculares alteram de forma significativa essa formação? Sem ignorar as diretrizes, precisamos pensar sobre essas possíveis mudanças, porque muitas vezes somos ou fomos tentados a acreditar que na educação tudo se pode experimentar.

Podemos perceber, por meio da Lei Estadual de nº 2.561/71, que o Instituto de Educação deveria iniciar suas atividades colocando em prática o art. 3º, segundo o qual “[...] o curso de formação de professores primários far-se-á em 4 (quatro) séries anuais no mínimo, com uma carga horária de pelo menos novecentas horas anual, incluindo horários consagrados a trabalhos práticos” (ESPÍRITO SANTO, 1971, p. 35).

No entanto, o instituto iniciou suas atividades em regime especial de administração⁵² e cumprindo determinações do Governo do Estado que preconizava o funcionamento da Escola Normal Pedro II até 1973. Nesse sentido, como as

⁵² Considera-se órgão em regime especial de administração centralizada aquele que tenha, definidas em lei, pelo menos, as seguintes características: I- custeio da execução de seus programas por dotações globais consignadas no orçamento do Estado, na conformidade do art. 5º da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964; II- faculdade de contratar pessoal temporário, sob regime de consolidação das Leis do Trabalho e praticar os atos de administração a ele relativos; III- manutenção da contabilidade própria.

primeiras turmas foram formadas pelas alunas egressas da Escola Normal, o currículo que vigorava no instituto era o mesmo da antiga escola. A partir de 1975, é possível visualizar, nos documentos encontrados na secretaria da instituição, a grade curricular com a HEM, embora a Portaria 53/76 determinasse que essa habilitação entraria em vigor no ano de 1976. Isso nos remete à reflexão sobre o distanciamento que há entre o que está posto nos documentos ou falas e o que foi vivido ou sentido.

Registramos, no entanto, que, nos anos de 1972, 1973 e 1974, as turmas do Curso Normal que foram transferidas para o instituto coexistiram com as turmas formadas pelo próprio instituto. Porém, as alunas do antigo Curso Normal estudavam no turno da manhã e as alunas do curso de HEM estudavam no turno vespertino. Sobre essa convivência, a primeira diretora do Instituto de Educação relata:

O Curso Normal funcionava em um turno e o Instituto de Educação funcionava à tarde. Havia um ciúme entre as meninas da Escola Normal. Mas as alunas, tanto do Instituto de Educação quanto da Escola Normal, eram meninas da sociedade. Não havia diferença socioeconômica. As meninas da Escola Normal é que achavam que as do Instituto de Educação eram privilegiadas. Imagina só: até então, elas, da Escola Normal, é que eram as professoras primárias, aí vem o Instituto de Educação para tirar isso delas (DIRETORA DEN/IE).

No exercício da interlocução entre as fontes, podemos observar a questão, de outro ponto de vista, de modo que o relato acima é contraposto ao relato da ex-aluna da Escola Normal, que via essa convivência como uma questão de rivalidade mesmo. Para essa aluna, era clara a distinção de classe social. Sobre a convivência ela diz:

No Instituto de Educação aconteceu a chamada 'democratização' do ensino. O povo entrou no instituto. Os 40% de elite da Escola Normal não veio para o Instituto de Educação. O instituto foi a implantação da 5.692. É o momento da democratização onde o povo vai para a escola pública e a 'elite' sai e, quando a elite sai, e até os mais pobres, mas que tinham um olhar para a escolarização como seu processo de mudança de *status* também não fica nessa escola. É uma desconfiança que eu tenho exatamente por ter vivido isso. Teoricamente, eu poderia falar: 'veja, eu tô falando do meu sentimento, de olhar'. Teoricamente, eu poderia dizer: 'Sim, estamos vivendo esse fenômeno', mas eu não quero olhar como alguém que está teorizando sobre, eu quero dizer do sentimento que eu tive e de um olhar que a gente fazia, que a gente comentava. Inclusive, dizíamos assim: 'Nossa! Essas meninas do Instituto!'. Era aquela coisa de separação mesmo, tá?! (ALUNA AEN/IE).

Contradições à parte, o fato é que, no ano de 1971, aconteceu a formatura das nove turmas do terceiro ano da Escola Normal D. Pedro II. De acordo com o convite, a cerimônia solene de colação de grau aconteceu no ginásio do Sesc, no dia 11 de dezembro de 1971, e o baile de formatura foi no dia seguinte, no Clube Vitória. A ex-professora PEN/IE gentilmente nos cedeu o convite de formatura (Figura 22) das turmas.

Figura 22 - Convite de Formatura da Escola Normal D. Pedro II (1971)



Fonte: Arquivo pessoal da professora PEN/IE.

Outro aspecto abordado pela primeira diretora em sua fala envolve a questão da recuperação. Ela diz que implantou no Instituto de Educação um modelo de recuperação que considerava inovador.

O mais importante que eu acho que plantei no Instituto de Educação era o seguinte: não havia turmas fixas. As pautas não eram fixas. Por quê? A escola tinha as turmas A, B, C, por exemplo. A turma A tinha um número de aulas de Português, quatro de Matemática. A turma B, já tinha cinco e a turma C tinha seis. Isso porque o aluno que não se saísse bem na turma A, no outro mês, possivelmente, passava para a turma B, porque a turma B tinha carga horária maior. Então a famigerada recuperação era feita simultaneamente. O aluno só passava para a turma A se mantivesse um conhecimento tal que ele pudesse voltar a ter as quatro aulas de Português e Matemática. Era uma loucura. Dava muito trabalho, mas funcionava. Por isso o Instituto de Educação era uma escola diferenciada. Mas parece que só durou enquanto eu fiquei lá, depois soube que acabou (DIRETORA DEN/IE, 2014).

É possível observar no relato o cuidado com a questão da recuperação, que ela chama de simultânea, mas que não teve continuidade. Em nossas buscas pelas informações sobre como ficou a questão da recuperação, não foi possível apurar com exatidão como ocorreu nos anos seguintes. No entanto, o art. 11º da Lei nº 5.692/71, no § 1º, esclarece:

Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus funcionarão entre os períodos letivos regulares para além de outras atividades, proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente e ministrar, em caráter intensivo, disciplinas, áreas de estudos e atividades planejadas com duração semestral, bem como desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores e realizar cursos especiais de natureza supletiva (BRASIL, 1971, s/p.).

Nesse sentido, vale destacar a prática desenvolvida pela primeira diretora, como forma de solucionar as dificuldades dos alunos, em consonância com a proposta da nova lei. Segundo ela, eram realizadas na escola várias atividades extras, com o objetivo de promover a integração na comunidade escolar. Isso reforça o que ela mesma disse sobre não haver rivalidade entre as alunas e, sim, certo ciúme. Para diminuir essa impressão, promovia na escola um Concurso de bolos (Figuras 23 e 24). Nesse concurso todas as alunas participavam e “[...] era uma festa. Todas se preparavam e eram elas mesmas quem faziam os bolos e depois tinha votação para eleger o mais bonito” (DIRETORA DEN/IE, 2014).

Figura 23 – Concurso de bolos no Instituto de Educação



Fonte: Acervo do Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo.

Figura 24 – Concurso de bolos no Instituto de Educação



Fonte: Acervo do Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo.

Ainda sobre as atividades desenvolvidas no instituto, a diretora DEN/IE relata que sempre incentivava muito a movimentação na escola. Para isso, promovia eventos variados e convidava as famílias das alunas e outras escolas. As atividades aconteciam sempre aos sábados. Ela diz:

Realmente, o Instituto de Educação foi uma escola que fez na época um trabalho maravilhoso e que foi comentado e visitado pelos professores de outras escolas, devido à variedade de atividades complementares que a escola tinha. O aluno fazia por prazer. As aulas iam até a sexta-feira, mas você chegava ao Instituto de Educação no dia de sábado e a escola estava cheia, cada grupo desenvolvendo suas atividades. Por exemplo, tinha o grupo do teatro, da banda de música da literatura e outros mais. Era tudo uma beleza! (DIRETORA DEN/IE, 2014).

Corroborando a fala da ex-diretora, a ex-professora PIE3 relata o que para ela era a pedagogia no instituto, como era o apoio recebido pelo Governo do Estado e como as alunas eram avaliadas. Destacou que “[...] os alunos do Instituto de Educação se sentiam valorizados porque acreditavam que estavam estudando numa escola de qualidade”. Além disso, ela relata o seguinte:

O Instituto de Educação tinha, assim, uma pedagogia muito diferenciada, entendeu? Tinha muito recurso. Eles colocavam muita gente para trabalhar. Tudo, tudo era o instituto. **Era uma referência no Estado.** A gente tinha uma forma diferenciada de avaliar o aluno porque tinha os conceitos diferentes: eram os conceitos A, B, C, D. O conceito A era a melhor nota. Tínhamos muito apoio na escola, inclusive uma professora fiscalizava nossas aulas para ver se nós estávamos dentro daquele espírito que seria do Instituto de Educação. **Assim, a gente se encontrava muito durante o ano para fazer planejamento. Era um negócio assim bem moderno** (PROFESSORA PIE3, 2013).

A modernização indicada na fala da professora possui relação com a ideia presente no texto de Romanelli (2006, 198) ao mencionar Cardoso e Faletto, para quem “[...] tradicional identifica-se com subdesenvolvido e moderno com desenvolvido”. Nesse sentido, entram em questão os acordos internacionais que se dispõem a “ajudar” os países do Terceiro Mundo de modo a levá-los ao desenvolvimento.

Nessa perspectiva, estavam os Acordos MEC/USAID⁵³ que visavam ao investimento na educação brasileira. Esses acordos, sob influência da assistência técnica conferida pela Usaid, atendiam ao momento econômico em intensificação no Brasil, o qual também influenciava a proliferação dos cursos profissionalizantes de cunho técnico que objetivavam a preparação da mão de obra especializada capaz de atender à necessidade das indústrias que despontavam.

Isso indica uma relação entre Brasil e Estados Unidos na qual os Estados Unidos se tornavam modelo a ser seguido. No caso do Espírito Santo, essa relação também aconteceu e pode ser observada na matéria publicada no jornal *A Gazeta* sobre uma viagem feita pelo secretário de Educação, Acyr Nigri, aos Estados Unidos, cujo título é “Nigri viu interesse dos EUA pelo Brasil”.

⁵³ A fim de objetivar a ascensão social pela acumulação do capital humano individual como também possibilitar a criação de um número suficiente de indivíduos treináveis, sempre além das condições de absorção do mercado de trabalho já internalizado então dos valores do capital e da competição, vários acordos para financiamento da modernização do aparelho escolar foram assinados entre o MEC e a Usaid. Dentro desse novo espírito da ajuda inspirado na política da “boa vizinhança”, como resultado concreto, na educação, todo o sistema de ensino primário e médio brasileiro foi radicalmente transformado: unificou-se o ensino primário com o ginásio e profissionalizou-se o colégio. Modificou-se estruturalmente a lei básica de normalização de ensino. Mais especificamente, criou-se um novo tipo de escola, modelada nos EUA, denominado Escola Polivalente. Explicitamente, tornou-se esse modelo de escola como um efeito demonstração para toda a reformulação a que se seguiu no sistema escolar (ARAPIRACA, 1979).

As observações de Acyr Nigri sobre o ensino norte-americano ressaltam o foco na técnica, quando diz:

[...] o ensino americano é pragmático demais, por demais técnico. Então, os americanos dizem, por lá, que o grande mal deles é dar um ensino muito acadêmico, que eles precisam acabar com aquele academismo, com aquele estudo mais cultural, mais bacharelesco.

Nós ficamos surpresos quando soubemos que já é ao contrário. Quando os russos soltaram o Sputnik, então os americanos viram que precisavam de ter um ensino mais eficiente, mais objetivo e mais técnico. E então de lá para cá houve realmente uma reação no estágio educacional, houve uma reação no sentido de dotar o ensino de uma área mais técnica e menos cultural (A GAZETA, s/d).

Essa fala coloca em relevo o ensino da técnica como ideal da preparação para o trabalho, especialmente em um país em desenvolvimento. Tais ideias parecem dialogar com a fala da professora, quando ela aborda o modo como ocorria o planejamento e como ele era fiscalizado, entendendo que isso fazia do ensino no Instituto algo “bem moderno”.

Essa concepção de modernidade incluía, também, a forma diferenciada de avaliar o aluno. Sobre isso, as pistas da entrevista nos levaram a encontrar, no arquivo da secretaria do Instituto de Educação, a cópia de uma ata de Resultados de Exame de Adaptação, datada de 27 de maio de 1975, referente aos estudos de Adaptação em Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º Grau. Nela consta os conceitos que foram atribuídos nesse exame (Figura 25). Apesar de encontrarmos essa ata, não foi possível obter maiores detalhes sobre o exame de adaptação, como o motivo de sua aplicação e/ou a partir de quando passou a ser aplicado. É possível que esse exame tenha sido adotado para atender à grade curricular da HEM, que exigia, na parte da Formação Especial, a disciplina “Estrutura e Funcionamento de Ensino” e, no currículo de 1975, não constava essa disciplina.

Figura 25 – Ata de resultados do ano de 1975 do IE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO " PROF. FERNANDO DUARTE RABELO "
(ESCOLA DE 2º GRAU)

ATA DOS RESULTADOS DE EXAME DE ADAPTAÇÃO

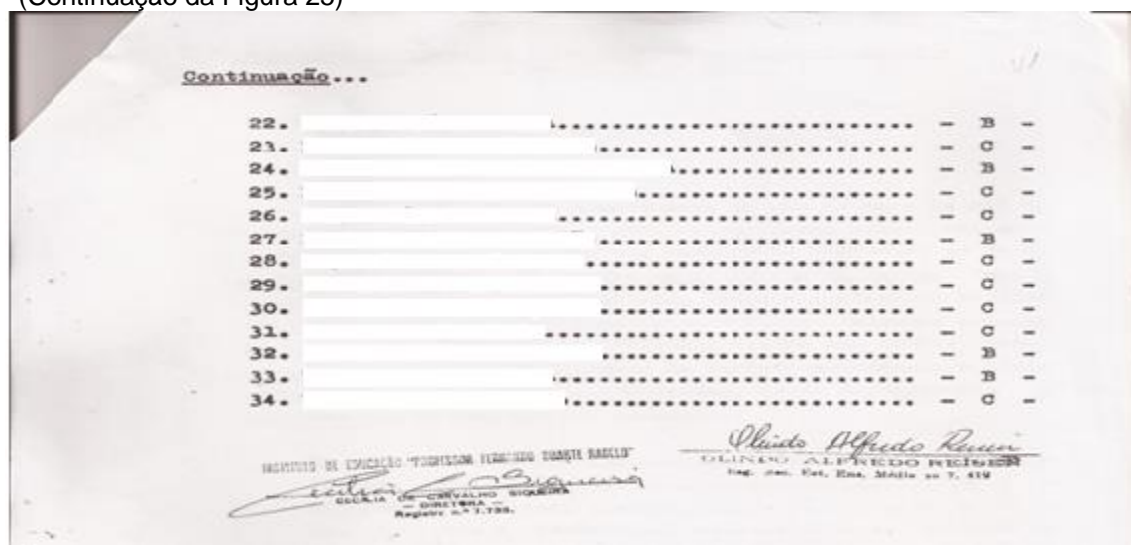
C Ó P I A

Aos vinte e sete dias do mês de maio de mil no
vecentos e setenta e cinco, realizou-se neste Estabelecimento
de Ensino, o exame relativo aos estudos de Adaptação em Estru
tura e Funcionamento do Ensino de 1º (primeiro) grau, funcio
nando como organizador do referido exame a professora MARILDA
SURLO GRACIOTTI, que havia ministrado aulas e algumas orienta
ções, e, como observadores, Daltamir Vieira dos Santos, Ronal
do Queiroz Louzada e Wellington de Barros, submetendo a tais
exames, as alunas abaixo relacionadas, sendo consideradas a
provadas com os respectivos conceitos:

01.	- C -
02.	- C -
03.	- C -
04.	- C -
05.	- B -
06.	- B -
07.	- B -
08.	- C -
09.	- C -
10.	- B -
11.	- C -
12.	- A -
13.	- C -
14.	- C -
15.	- C -
16.	- C -
17.	- C -
18.	- A -
19.	- C -
20.	- C -
21.	- C -

Fonte: Acervo do Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo.

(Continuação da Figura 25)



Fonte: Secretaria da EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo.

O currículo e a carga horária do Instituto de Educação, de 1975, pode ser visualizado na Tabela 1. Os dados referentes ao ano de 1974 não foram localizados.

Tabela 1 – Currículo e carga horária do Instituto de Educação em 1975

DISCIPLINA OU ÁREA DE ESTUDO	2º Grau	2º Grau	2º Grau
FORMAÇÃO GERAL	1º	2º	3º
01-Língua portuguesa e Literatura Brasileira	05	03	03
02-Educação Artística	01	—	02
03- Matemática	05	05	—
04 Física	04	04	—
05- Química	03	03	—
06- Biologia	04	03	—
07- Geografia	02	—	—
08- História	02	—	—
09- Educação Física	03	03	03
10- Ciências Naturais e Programa de Saúde	—	03	—
11- Educação Moral e Cívica	—	01	—
FORMAÇÃO ESPECIAL			
12- Estatística	—	02	02
13- Alfabetização	—	02	—
14- Fundamento da Educação	—	—	03
15- Prática de Ensino	—	—	05
16- Didática da Ciência	—	02	02
17- Didática da Matemática	—	02	03
18- Didática da Comunicação	—	—	03
19- Didática dos Estudos Sociais	—	—	02
TOTAL DE CARGA HORÁRIA SEMANAL	29	33	28

Fonte: Relatório Anual do Instituto de Educação Fernando Duarte Rabelo⁵⁴

⁵⁴ O documento digitalizado (currículo e a carga horária) pode ser visualizado no ANEXO D.

Por essa grade curricular, podemos observar que não consta da relação a disciplina Estrutura e Funcionamento de Ensino, daí nossa suposição a respeito da realização do Exame de Adaptação citado, que provavelmente tenha sido aplicado para fazer, como o próprio nome do exame diz, uma adaptação para complementação no currículo do Instituto de Educação no ano de 1975, e que, como podemos observar na Figura 26, de acordo com a Lei nº 5.692/71 na HEM, a disciplina se faz presente.

Figura 26 – Grade da HEM segundo a Lei nº 5.692/71

Figura 20 - Grade do Nível Superior a partir de 2017 - 01/02/17

Quadro

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO (1ª À 6ª SÉRIE DO ENSINO DE 1º GRAU) 3.000 HORAS

Núcleo Comum	Formação Geral	Formação Especial			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO <div>H 390 C 26</div>	<ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa e Literatura Brasileira • Educação Artística • Educação Física 	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO <div>H 570 C 38</div>	Aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos da Educação	Habilitação para Maternal e Jardim da Infância Habilitação para 1ª e 2ª séries Habilitação para 3ª e 4ª séries Habilitação para Comunicação e Expressão (5ª e 6ª séries) Habilitação para Estudos Sociais (5ª e 6ª séries) Habilitação para Ciências (5ª e 6ª séries)	Desenvolvimento psicomotor e social da criança na faixa etária correspondente Desenvolvimento psicomotor e social da criança na faixa etária correspondente Desenvolvimento psicossocial da criança na faixa etária correspondente Desenvolvimento psicossocial da criança na faixa etária correspondente Desenvolvimento psicossocial da criança na faixa etária correspondente Desenvolvimento psicossocial da criança na faixa etária correspondente
ESTUDOS SOCIAIS <div>H 390 C 26</div>	<ul style="list-style-type: none"> • Geografia • História • Educação Moral e Cívica • OSPB 	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU <div>H 270 C 18</div>	Aspectos legais, técnicos e administrativos Aspectos estatísticos	Habilitação da 1ª e 2ª séries Observação e interpretação dos fundamentos legais, técnicos e administrativos de uma unidade escolar Desenvolvimento e aplicação de medidas estatísticas utilizadas em Educação	
CIÊNCIAS <div>H 360 C 26</div>	<ul style="list-style-type: none"> • Matemática • Ciências Físicas e Biológicas • Programas de Saúde 	DIDÁTICA <div>H 360 C 24</div>	Aspectos de planejamento, execução e verificação da aprendizagem	Habilitação para Maternal e Jardim de Infância Habilitação para 1ª e 2ª séries Habilitação para 3ª e 4ª séries Habilitação para Comunicação e Expressão (5ª e 6ª séries) Habilitação para Estudos Sociais (5ª e 6ª séries) Habilitação para Ciências (5ª e 6ª séries)	Técnicas de Ensino e Aprendizagem Educação Artística (Plástica e Musical) Recreação e Jogos no Jardim de Infância Orientação para o desenvolvimento da linguagem oral. Técnicas de Ensino e Aprendizagem Orientação, Princípios e Métodos de ensino da leitura e escrita Orientação para o desenvolvimento da linguagem oral. Recreação e jogos Técnicas de Ensino e Aprendizagem Princípios Didáticos e Técnicas da Recreação e jogos. Educação Artística Técnicas de Ensino e Aprendizagem Fundamentos Didáticos e Técnicas da Educação Física, Recreação e jogos. Educação Artística (Plástica e Musical) Técnicas de Ensino e Aprendizagem Técnicas de Ensino e Aprendizagem
<div>H 360 C 26</div>		<div>H 630 C 42</div>	Estágio Supervisionado	em estabelecimentos de ensino de 1º grau	

104

105

Fonte: Pimenta (1992, p. 104 e 105).

A figura acima resume o que estava prescrito no art. 5º da Lei nº 5.692/71, na qual o currículo estava dividido nas áreas de núcleo comum: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências; a formação geral relativa a cada área do núcleo comum e a formação especial. A formação especial, conforme o parágrafo 2º desse artigo, dividia-se entre a sondagem de aptidões no ensino de 1º Grau e de habilitação profissional no ensino de 2º Grau.

Podemos observar que, no caso específico do Instituto de Educação, de acordo com o relatório anual enviado à Secretaria de Educação no ano de 1976, a carga horária semanal, conforme a Figura 26 estava em consonância com a nova lei. A documentação inclui, também, a tábua curricular dos anos de 1975 e 1976, inclusive a grade do curso de Habilitação Específica, como Estudos Adicionais com habilitações para a 5ª e 6ª séries do 1º Grau.

Com base nas grades curriculares de 1975 e 1976, é possível apreender que a formação geral, que durava três anos, enfatizava algumas áreas. A principal delas era Língua Portuguesa e Literatura Brasileira que ocupava os três anos de formação, com cinco aulas semanais no primeiro ano e três no segundo e no terceiro. Depois dessa disciplina, somente a Educação Física aparecia nos três anos da formação com uma carga horária de três aulas por semana em cada ano, o que pode ser um indício da importância dos conhecimentos relativos ao corpo na formação do professor.

Matemática, Física, Química e Biologia eram ministradas somente nos dois primeiros anos, enquanto Geografia e História eram disciplinas oferecidas apenas no primeiro ano, com duas aulas cada uma por semana. Cabe um destaque à presença da disciplina Educação Moral e Cívica, cujo número de aulas cai para apenas uma no segundo ano da habilitação, o que difere de sua presença no currículo da Escola Normal, quando era ministrada no segundo e no terceiro ano, com duas aulas semanais.

A mudança mais significativa do currículo da Escola Normal para o currículo da HEM no instituto recai sobre a formação especial ofertada no segundo e no terceiro ano da formação e que poderia habilitar para diferentes áreas, entre as quais estavam Ciências, Matemática, Comunicação e Estudos Sociais. No entanto, chamar esse momento da formação de formação especial parece problemático, pois a carga horária das disciplinas específicas é significativamente reduzida diante da necessidade de escolha de uma área de aprofundamento a ser feita no último ano.

Podemos observar o que acontece com a habilitação na área de Estudos Sociais, por exemplo. A aluna que fizesse a opção por se habilitar na área de Estudos

Sociais faria, na formação especial, apenas duas aulas semanais de Didática dos Estudos Sociais no terceiro ano. No quarto ano, na área específica de habilitação, ela faria três aulas semanais de Geografia do Brasil e do Espírito Santo, duas aulas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), duas aulas de Educação Moral e Cívica e três aulas de História Geral, Brasil e Espírito Santo. Com isso, a aluna estaria habilitada a dar aula de História, Geografia, Estudos Sociais e OSPB.

Figura 27 – Tábua curricular do Curso de Habilitação para 5ª e 6ª séries

CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA		CURSO DE HABILITAÇÃO PARA A 5ª e 6ª SÉRIE DO 1º GRUPO	
ÁREA CURRICULAR		ESTUDOS SOCIAIS	
4º ANO			
		CARGA HORÁRIA	Nº AULAS SEMANAIS
EDUCAÇÃO GERAL			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LÍNGUA PORTUGUESA	90 aulas	03 aulas
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	30 aulas	01 aula
	EDUCAÇÃO FÍSICA	60 aulas	02 aulas
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA BRASIL e ESP. SANTO ..	90 aulas	03 aulas
	ORGANIZAÇÃO SOC. e POL. BRAS...	60 aulas	02 aulas
	EDUCAÇÃO MORAL e CÍVICA	60 aulas	02 aulas
	HISTÓRIA GERAL e ESP. SANTO ...	90 aulas	03 aulas
CIÊNCIAS	CIÊNCIAS NATURAIS	60 aulas	02 aulas
	MATEMÁTICA	60 aulas	02 aulas
TOTAL PARCIAL:		600 aulas	20 aulas
FORMAÇÃO ESPECIAL			
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO I	ASPECTO PSICOLÓGICO	60 aulas	02 aulas
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO II	ASPECTOS SOCIO-HISTÓRICO FILOSOFICOS DA EDUCAÇÃO	60 aulas	02 aulas
TÉCNICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	DIDÁTICA DOS ESTUDOS SOCIAIS ..	60 aulas	02 aulas
ESTÁGIO	SUPERVISIONADO	240 aulas	08 aulas
TOTAL PARCIAL:		420 aulas	14 aulas
		1020 aulas	34 aulas

Fonte: Relatório anual do Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo (1975).

Percebemos, assim, algumas mudanças que ocorreram nos cursos de formação de professores. Trata-se, segundo Pimenta (1992) de mudanças necessárias, mas também é preciso dizer que ainda parecem insuficientes diante das demandas de preparação dos professores para o exercício do magistério. De acordo com a autora,

A Lei 5.692/71 deu 'novo' aspecto formal-legal aos cursos de formação de professores, sem lhes alterar substancialmente os conteúdos, isto é, sem direcioná-los para as reais necessidades de se formar um professor capaz de ensinar de modo que os alunos das camadas pobres com acesso (ainda que parcial) à escola aprendam. Essas alterações formais-legais modificaram, sim, o antigo curso normal – e era necessário que fosse modificado, pois [...] além de elitizante, não estava conseguindo cumprir seu papel. Portanto, não se trata de reeditar o curso normal e/ou o instituto de educação (PIMENTA, 1992, p. 107).

As considerações de Pimenta (1992) com relação ao curso de Habilitação para o Magistério indicam alguns caminhos para pensarmos nas mudanças ocorridas no Estado do Espírito Santo com base nas proposições da Lei nº 5.692/71. A autora identifica algumas características:

- [...] a) é uma habilitação a mais no segundo grau, sem identidade própria;
- b) apresenta-se esvaziada em conteúdo, pois não responde nem a uma formação geral adequada, nem a uma formação pedagógica consistente;
- c) habilitação de 'segunda categoria', para onde se dirigem os alunos com menos possibilidades de fazerem cursos com mais *status*;
- d) a disciplina 'Fundamentos da Educação' não fundamenta, apenas comprime os aspectos sociológicos, históricos, filosóficos, psicológicos e biológicos da educação. O que, na prática, se traduz em 'ensinar-se' superficialmente tudo e/ou apenas um aspecto;
- e) o estágio geralmente se mantém definido como o do antigo curso normal: observação, participação e regência. Dessa forma, surgem vários problemas: na maioria das vezes, ele não é realizado; tem sido utilizado como desculpa para se fechar as habilitações do magistério noturnas, com o argumento de que o aluno desse turno não pode estagiar – o que configura um processo de elitização do curso; tem sido interpretado como a 'prática salvadora' onde tudo será aprendido;
- f) não há nenhuma didática nem de conteúdo entre as disciplinas do núcleo comum e da parte profissionalizante e nem entre estas;
- g) não há nenhuma articulação entre a realidade do ensino de primeiro grau e a formação – que profissional se faz necessário para alterar a situação que aí está – do 3º grau (Pedagogia) que forma os professores para a Habilitação Magistério?
- h) a Habilitação Magistério, conforme definida na lei, não permite que se forme nem o professor e menos ainda o especialista (4º ano). A formação é toda fragmentada;
- i) os livros didáticos disponíveis frequentemente transmitem um conhecimento não-científico, dissociado da realidade sociocultural e política, bem como favorecem procedimentos de ensino mecanizados e desfocados das condições reais de aprendizagem dos alunos (PIMENTA, 1992, p. 107-108).

No geral, concordamos com as características elencadas pela autora com relação às transformações impostas à formação de professores que passa a conviver com outras muitas habilitações, para outras tantas áreas. Com isso, como diz a autora, essa passa a ser, numa perspectiva desenvolvimentista, apenas mais uma.

Na análise das fontes e das entrevistas feitas sobre o Instituto de Educação no Espírito Santo, encontramos aproximações com as ideias da autora, quando ela chama a Habilitação Magistério de “segunda categoria”. A dizer da fala da professora PEN/IE, que reforça que o instituto passa a ser “[...] mais uma escola de segundo grau do sistema estadual de ensino” e, da fala da aluna AEN/IE, que se refere a uma democratização do ensino, conforme propunha a nova lei e, com ela, “[...] o povo entrou no Instituto de Educação [...] e a elite saiu [...] e até os mais pobres, mas que tinham um olhar para a escolarização como seu processo de mudança de status, também não ficam nessa escola. É uma desconfiança que eu tenho”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procuramos investigar a constituição histórica do Instituto de Educação de Vitória, tendo como foco o processo de transição do curso de formação de professores da Escola Normal D. Pedro II para o Instituto de Educação.

Nossa intenção foi abordar a criação do Instituto de Educação no município de Vitória/ES e sua trajetória educacional na relação com a formação dos professores primários da década de 1971, quando o instituto foi criado, até o ano 2000, quando o Instituto de Educação deixou de existir, dando lugar à Escola de Segundo Grau Professor Fernando Duarte Rabelo.

Desse modo, a formação de professores, desde o Curso Normal em extinção até a habilitação para o Magistério, instituída pela Lei nº 5.692/71, constituiu o recorte de nossa pesquisa, em que pese o registro de outras habilitações – a dizer dos cursos de Secretariado, de Contabilidade, Informática, Administração, entre outros – ofertadas no Instituto de Educação que, em seu conjunto, evidenciam o viés profissionalizante do ensino de 1º e 2º Graus.

No trabalho com os documentos – frequentemente de difícil garimpagem –, e com as lacunas e as ausências neles detectadas, valemo-nos, sempre que possível, da diversificação e do entrecruzamento de fontes, dentre as quais destacamos: relatórios da diretoria do instituto, propostas curriculares, orientações para o trabalho docente, fotografias e as entrevistas feitas às professoras e à aluna do instituto.

Acreditamos que, ainda que não totalmente respondidas, o encontro produzido entre as questões que motivaram esta pesquisa – quais sejam: como se deu a transição da Escola Normal D. Pedro II para o Instituto de Educação de Vitória? Que motivos levaram a essa transição? Como se configurou a formação de professores no Instituto de Educação? Quais os desdobramentos das mudanças ocorridas para formação de professores capixabas?) – as fontes analisadas e as narrativas de professores, diretora e aluna do Instituto de Educação foram capazes de potencializar compreensões até aqui não exploradas.

Pareceram-nos intrigantes, por exemplo, silêncios e lacunas observados em relação à transição da Escola Normal para o instituto e os motivos que desencadearam essa mudança. Das falas das professoras, depreendemos que a transferência do espaço físico e as modificações no currículo vieram prontas, de cima para baixo. O discurso da modernização alardeia a técnica e o tecnicismo, anuncia novidades. A Escola Normal e as suas tradições passam a habitar o passado como algo que se apaga em nome do avanço técnico ainda que sutilmente, o cheiro do cafezinho gratuito e do mingau façam espargir o aroma da saudade de um outro tempo em que o lanche dos professores da Escola Normal era um encontro “solene”.

De fato, a abrupta descontinuidade da Escola Normal, cujo prédio passou a abrigar a atual Escola Estadual Maria Ortiz, possivelmente não se esgota nas questões de ordem técnico-pedagógica que os documentos deixam explícitos. Entretanto, tendo em vista o cronograma limitado desta pesquisa e a lacuna das fontes, não nos foi possível explorar outras possibilidades de resposta.

De todo modo, a coincidência entre a promulgação da Lei nº 5.692/71 e a criação do Instituto de Educação de Vitória, no qual conviveram vestígios dos Institutos de Educação criados nacionalmente na década de 1940 e as diretrizes para a habilitação de professores instituídas no início da década de 1970, contribuíram para a compreensão dessa transição vivida localmente.

Dentre as mudanças apontadas neste trabalho, destacamos o acréscimo de um ano na formação, as novas posturas didático-pedagógicas assumidas pelos professores e a “deselitização” da formação de professores, na medida em que se oportunizou a entrada de sujeitos provenientes de camadas sociais desprivilegiadas. Após a criação do Instituto, é possível observar, ainda, a criação de diversas escolas de formação de professores vinculadas à rede estadual. A *Orientação sobre os cursos de 2º grau do Espírito Santo*, de 1979, indica a existência de 43 escolas que ofertavam a Habilitação Específica para o Magistério. No município de Vitória, apenas o instituto oferecia a HEM.

Dificuldades na busca e seleção das fontes fazem parte do trabalho historiográfico. Contudo, apesar das limitações impostas, esperamos que os resultados desta

pesquisa venham a contribuir para a compreensão de um passado não muito distante que envolve a história do Instituto de Educação e, por consequência, dos processos de formação de professores, sobre os quais ainda debatemos tanto.

Temos, no entanto, ciência de que ainda há muito por pesquisar sobre a história das instituições escolares, em especial sobre as escolas do Espírito Santo, que, como ressaltamos no capítulo introdutório desta pesquisa, tem sido o foco do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe).

A pesquisa sobre o Instituto de Educação nos proporcionou um mergulho no interior da instituição com um olhar investigativo. Para tanto, foi preciso ajustar da melhor maneira possível as nossas lentes a fim conhecer, de algum modo, as ações praticadas pelos sujeitos que passaram pela instituição e que contaram sua história por meio de depoimentos.

No atual espaço físico ainda resiste de pé o prédio da antiga Escola Pedro II que era a Escola de Aplicação do Instituto de Educação. Segundo informações do atual diretor da instituição, o prédio está condenado e será demolido. A escola funcionou até o ano de 2006 atendendo a crianças de três a seis anos de idade e hoje se transformou em um depósito de livros.

A partir dos documentos analisados, encontramos informações relevantes sobre a história da instituição e, diante desse “achado”, podemos perceber o quanto ainda há por fazer em relação ao trato com a preservação da memória da instituição. Não se trata de uma situação atípica aquela que nós encontramos: sala úmida, mofada, com goteiras em cima dos livros, documentos misturados com livros, pois, de uma maneira geral, os arquivos de muitas escolas encontram-se em situações semelhantes.

Por fim, muitas são as questões que este estudo deixa e que carecem ser respondidas por pesquisas dedicadas ao estudo da história da educação do Espírito Santo. Uma história marcada por diferenças cronológicas – note-se a distância de 30 anos entre a criação de Institutos de Educação em outros Estados brasileiros e no

Espírito Santo –, por lacunas, por interrupções e por tantos espaços em branco, portanto, cheia de possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ARAPIRACA, José Oliveira. **A Usaid e a educação brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano. 1979. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9356>>. Acesso em: 4 de abr. 2014.
- BARRETO, Sônia Maria da Costa. A Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba nos anos 1920. **Revista Agora**, Vitória, n. 6, p.116, 2007.
- BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo (1900-1930)**: um olhar histórico. Vitória: Edufes, 1999.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares: estudo dois. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI Júnior, Décio. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 25-38.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do Privado ao público**: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para mulher na Primeira República. 2001. 196 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- GATTI Jr., Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, DÉCIO (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/SP: Autores Associados. Uberlândia/MG: Edufu, 2002. p. 24.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- LABEGALINI, Andreia Cristina Fregate Baraldi. A formação de professores alfabetizadores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933 a1975). 2005. In. CAPES. Disponível em: <www.capes.br/banco>. Acesso em: 25 jun.2013.
- LOBATO, Vivian da Silva. Instituto Estadual de Educação do Pará – IEEP na memória de alunas e professores. 2010. In. CAPES. Disponível em: <www.capes.br/banco>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- LOPES, Sonia de Castro. Imagens da educação renovada no Distrito Federal: o periódico Arquivo do Instituto de Educação como suporte de **memória**. 2004. In. CAPES. Disponível em: www.capes.br/banco. Acesso em: 8 de out. 2013.

OLIVEIRA, José Teixeira. História do Estado do Espírito Santo. 3. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura-Secretaria de Estado da Educação, 2008. V. 8. (Edição. Coleção Canaã. Arquivo Público do Espírito Santo).

PIMENTA, Selma Garrido; GONÇALVES, Carlos Luiz. **Reverendo o ensino de 2º grau propondo a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 1992.

QUARTO, Luiz Sérgio. **A questão da prática pedagógica na formação de professores no Instituto de Educação de Vitória**: um estudo de caso. 1992. 344 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1992.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros: nos anos 1960/1970: “entre a pena e o fuzil”. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 9, n.14, p.185-195, jan./jun. 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. Histórias e memórias de ex-alunas do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves em João Pessoa na Paraíba em 1970, 2009. In. CAPES. Disponível em: <www.capes.br/banco>. Acesso em: 25 nov. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/ SP: Autores Associados, 2007.

SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo**: uma abordagem didática e atualizada 1535-2002. Campinas/São Paulo: Companhia da Escola, 2002.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. **“Tradicional Instituição” e “Ensino de qualidade”**: representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 – Vitória (ES). 2004. 221 f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcântara. Conteúdos ensinados na Escola Normal do Espírito Santo no início do século XX: entre a formação geral e a formação pedagógica. In: SIMÕES, Regina Helena Silva et al. (Org.). **História da educação no Espírito Santo**: vestígios de uma construção. Vitória/ ES: Edufes, 2009.

SOARES, Norma Patricya Lopes; FERRO, Maria do Amparo Borges. Escola normal do Piauí: origem, consolidação e apogeu. 2003. In. CAPES. Disponível em: <www.capes.br/banco>. Acesso em: 25 nov. 2013.

TANURI, Leonor Maria. **Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil**: pesquisa e planejamento. 1969. 96 f. Dissertação (Mestrado em Administração Escolar e Educação Comparada) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-68, maio/ago. 2000.

VILELLA, Heloisa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000. p. 94-134.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; NIENOV, Gisele. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. **Educ. Ver.** n. 45, p.81-105, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/edur/45>. Acesso em: 3 jan. 2012.

Fontes

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71, Brasília, 1971.

ESPIRITO SANTO. Ata de resultados do ano de 1975 do Instituto de Educação. Vitória: Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo, 1975.

ESPIRITO SANTO. Currículo e carga horária da Escola Normal “D. Pedro II”. Vitória: Secretaria de Educação e Cultura, 1971.

ESPIRITO SANTO. Decreto nº 311 E. Vitória: Secretaria de Educação e Cultura, março, 1971.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 2.561/71. Lei de criação do Instituto de Educação de Vitória, março de 1971.

ESPIRITO SANTO. Orientação sobre os cursos de 2º Grau do Espírito Santo, Vitória: SEC/DETED/DCS, 1979.

ESPIRITO SANTO. Proposta Curricular de 2º Grau. Vitória: SEC/DETED/DCS, 1975.

ESPIRITO SANTO. Proposta Habilitação para Magistério de 1º. Grau, Vitória: SEC/DETED/DCS, 1976.

ESPÍRITO SANTO. Resolução 53/76 do CEE, Governo do Estado do Espírito Santo, 1976.

ESPIRITO SANTO. Tábua curricular do Curso de Habilitação para 5ª e 6ª séries. Relatório anual do Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo, 1975.

ESPÍRITO SANTO. Lei de criação do Instituto de Educação: nº. 2.561/71, Vitória, 1971.

INSTITUTO de Educação recebeu nova diretoria. *A Gazeta*, 25 de março de 1971, s/p.

PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório que o presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel José Bonifácio Nascentes d’Azambuja, dirigiu à

Assembleia Legislativa da mesma Província, na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo. 1852.

RAMALHO, José Ignácio. Relatório: 1846. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

VIDA CAPICHABA, n. 8, de outubro de 1923.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Em cumprimento ao protocolo de pesquisa, apresento à Secretaria Estadual de Educação de Vitória/ES (Sedu), Agência Central, aos funcionários técnico-pedagógicos e professores, o projeto de pesquisa intitulado: A CONSTITUIÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO ES (1971-2000), de autoria da mestranda Rita de Cássia Oliveira Pessanha da Costa, como requisito para realização do Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de pesquisa Cultura, Currículo e Formação de Educadores, sob orientação da Profª. Drª. Regina Helena Silva Simões.

O objetivo da pesquisa é investigar o processo de constituição do Instituto de Educação de Vitória/ES, no ano de 1971. O Instituto de Educação foi criado a partir do fechamento da Escola Normal D. Pedro II, em 1971, que funcionou por longas datas na Cidade Alta, onde, atualmente, funciona o Colégio Estadual Maria Ortiz. Busco investigar como se configurou, no cenário da educação capixaba, a transição da Escola Normal para o Instituto de Educação, os motivos que levaram a essa transição e os desdobramentos das mudanças ocorridas, em se tratando da formação de professores capixabas.

A pesquisa se configura como historiográfica e, nesse sentido, recorrerei às fontes documentais que se encontram no Setor de Escolas Extintas localizados na Sedu, Agência Central. Realizarei entrevistas com ex-professores, ex-diretores e ex-alunos que vivenciaram o momento de transição e/ou atuaram no Instituto de Educação. Utilizarei, também, filmes e fotos para registrar momentos da pesquisa.

Ressalto que os dados obtidos durante a pesquisa terão tratamento ético, com garantia de proteção dos nomes dos sujeitos. A pesquisa será apresentada no texto da dissertação e poderá ser utilizada para publicação. Por isso, solicito sua autorização por meio da assinatura deste Termo de Consentimento.

Vitória,dede 2014.

Rita de Cássia Oliveira Pessanha da Costa (Orientanda)
Regina Helena Silva Simões (Orientadora)

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PESQUISA: A CONSTITUIÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA-ES:
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO ESPÍRITO SANTO (1971-2000)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Resolução n.º 196/96 – Conselho Nacional de Saúde

Eu _____, RG _____,
CPF _____, residente em _____,
atualmente Diretor da EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo situada à
rua _____

_____, nº _____, bairro _____,
compreendo os direitos da participante da pesquisa A CONSTITUIÇÃO DO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA/ES: FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PRIMÁRIOS NO ESPÍRITO SANTO (1971-2000), orientada pela profª. Drª. Regina
Helena Silva Simões, do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito
Santo, que pode ser contatada pelo e-mail reginahe@terra.com.br e que tem como
pesquisadora responsável, Rita de Cássia Oliveira Pessanha da Costa, que pode
ser contatada pelo e-mail ritcostap@gmail.com ou pelo telefone 988543088, na
qualidade de responsável por esta Instituição de Ensino, compreendo como e por
que este estudo está sendo feito e AUTORIZO a participação da pesquisadora. Os
responsáveis pela pesquisa garantem o sigilo que assegura a privacidade dos
sujeitos, quanto aos dados envolvidos na pesquisa. Receberei uma cópia assinada
deste formulário de consentimento.

Vitória, _____ de _____ de _____.

Diretor da EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo

Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da UFES

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA À EX-ALUNA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EX-ALUNAS NORMALISTAS DO INSTITUTO
DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA

Nome da entrevistada: _____

Profissão: _____

- 1) Em que período a senhora estudou no Instituto de Educação (IE)?
- 2) Havia algum pré-requisito para estudar no IE?
- 3) Por que a senhora escolheu o curso de Magistério?
- 4) O que significava estudar no IE?
- 5) Quais eram as ideias pedagógicas que circulavam no IE?
- 6) A senhora se lembra quais eram as disciplinas ensinadas?
- 7) Que atividades eram realizadas com as alunas do curso Magistério?
- 8) O que pensa da formação que recebeu nessa escola? De que forma essa formação influenciou sua vida?
- 9) Onde e como era realizado o estágio das alunas do Magistério?
- 10) Fale um pouco das lembranças que marcaram sua passagem por essa instituição de ensino.

Obrigada por sua colaboração.

Rita de Cássia Oliveira Pessanha da Costa
Mestranda PPGE/UFES

Profª Dra. Regina Helena Silva Simões
Orientadora PPGE/UFES

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA ÀS EX-PROFESSORAS DO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ENTREVISTA À EX-PROFESSORAS

Nome: _____

Data de nascimento: _____

Formação: _____

Profissão: _____

Atuou na Escola Normal: () Como aluna - Período: _____

() Como professora - Período: _____

- 1) Em que ano a senhora estudou na Escola Normal? Havia algum pré-requisito para estudar naquela instituição?
- 2) Como era a cidade de Vitória, na época? Quais eram as autoridades?
- 3) O que a Escola Normal representava para a cidade de Vitória?
- 4) Quais as ideias pedagógicas que se procurava viver na Escola Normal?
- 5) A senhora se lembra quais eram as disciplinas pedagógicas? Lembra-se de algum autor estudado?
- 6) Que atividades eram desenvolvidas na Escola Normal?
- 7) Como e onde era o período de regência ou estágio supervisionado?
- 8) O que pensa sobre a formação que recebeu nessa escola? De que forma essa formação influenciou na sua vida?
- 9) Por que a senhora cursou a Escola Normal? Se fosse hoje, cursaria?
- 10) Compare a formação de professores primários pela Escola Normal e a de hoje em dia.
- 11) A senhora se lembra de algum livro didático? E do uniforme?

Obrigada pela atenção e colaboração.

Rita de Cássia Oliveira Pessanha da Costa
Mestranda PPGE/UFES

Profª Dra. Regina Helena Silva Simões
Orientadora PPGE/UFES

ANEXOS

ANEXO A – CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA SEMANAL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO NO ANO LETIVO DE 1975

ESTABELECIMENTO: Instituto de Educação "Prof. Fernando Duarte Rabelo"			
MUNICÍPIO: Capital			
DISTRITO: Sede			
ENDEREÇO: Praça Cristóvão Jacquet s/n - Praia da Santa Helena-Vitória Espírito Santo			
ANO LETIVO: 1975			
CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA SEMANAL (DIURNO)			
DISCIPLINA OU ÁREA DE ESTUDO	2º GRAU		
	1ª	2ª	3ª
<u>FORMAÇÃO GERAL</u>			
X 01- LINGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA.....	05	03	03
X 02- EDUCAÇÃO ARTÍSTICA.....	01	-	02
03- MATEMÁTICA.....	05	05	-
04- FÍSICA.....	04	04	-
05- QUÍMICA.....	03	03	-
06- BIOLOGIA.....	04	03	-
07- GEOGRAFIA.....	02	-	-
08- HISTÓRIA.....	02	-	-
09- EDUCAÇÃO FÍSICA.....	03	03	03
10- CIÊNCIAS NATURAIS E PROGRAMA DE SAÚDE.....	-	03	-
11- EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.....	-	01	-
<u>FORMAÇÃO ESPECIAL</u>			
X 12- ESTATÍSTICA.....	-	02	02
13- ALFABETIZAÇÃO.....	-	02	-
14- FUNDAMENTO DA EDUCAÇÃO.....	-	-	03
X 15- PRÁTICA DE ENSINO.....	-	-	05
X 16- DIDÁTICA DA CIÊNCIAS.....	-	02	02
17- DIDÁTICA DA MATEMÁTICA.....	-	02	03
18- DIDÁTICA DA COMUNICAÇÃO.....	-	-	03
19- DIDÁTICA DOS ESTUDOS SOCIAIS.....	-	-	02
TOTAL DE CARGA HORÁRIA SEMANAL:.....	29	33	28

ANEXO B – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM PARA 5ª E 6ª SÉRIES DO 1º GRAU – ÁREA DE MATEMÁTICA

(Escola do 2º Grau)

CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA

TÁBUA CURRICULAR

4º ANO

CURSO DE HABILITAÇÃO PARA A 5ª e 6ª SÉRIE DO 1º GRAU

1975

ÁREA DE MATEMÁTICA		CARGA HORÁRIA	Nº AULAS SEMANAIS
EDUCAÇÃO GERAL			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSION	Língua Portuguesa	90	03
	Educação Artística . . .	30	01
	Educação Física	60	02
ESTUDOS SOCIAIS		60	02
CIÊNCIAS	Ciências Naturais	60	02
	Matemática	300	10
TOTAL PARCIAL:			
FORMAÇÃO ESPECIAL			
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO I	Aspectos Bio-Psicológico	60	02
TÉCNICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	Didática da Matemática .	60	02
ESTÁGIO	Supervisionado	120	04
TOTAL PARCIAL:		240	08

ANEXO C – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM PARA 5ª E 6ª SÉRIES DO 1º GRAU – ÁREA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "PROFESSOR FERNANDO DUARTE BARROSO"			
(Escola de 2º Grau)			
CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA			
TÁBUA CURRICULAR			
4º ANO			
CURSO DE HABILITAÇÃO PARA A 5ª e 6ª SÉRIES DO 1º GRAU			
1975			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO		CARGA HORÁRIA	Nº AULAS SEMANAIS
EDUCAÇÃO GERAL			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua Portuguesa	180	06
	Literatura Brasileira	120	04
	Educação Artística	60	02
	Educação Física	60	02
ESTUDOS SOCIAIS		60	02
CIÊNCIAS	Ciências Naturais	60	02
	Matemática	60	02
TOTAL PARCIAL:		600	20
FORMAÇÃO ESPECIAL			
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO I	Aspectos Bio-Psicológicos	60	02
TÉCNICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	Didática da Comunicação	60	02
ESTÁGIO	Supervisionado	120	04
TOTAL PARCIAL:		240	08

ANEXO D – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – ÁREA DE CIÊNCIAS

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "PROFESSOR FERNANDO DUARTE RABELO"			
(Escola de 2º Grau)			
CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA			
TÁBUA CURRICULAR			
4º ANO			
CURSO DE HABILITAÇÃO PARA A 5ª e 6ª SÉRIE DO 1º GRAU			
1975			
ÁREA DE CIÊNCIAS		CARGA HORÁRIA	Nº AULAS SEMANAIS
EDUCAÇÃO GERAL			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSION	Língua Portuguesa	90	03
	Educação Artística	30	01
	Educação Física	60	02
ESTUDOS SOCIAIS		60	02
CIÊNCIAS	Ciências Naturais	300	10
	Matemática	60	02
	TOTAL PARCIAL:	600	20
FORMAÇÃO ESPECIAL			
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO 1	Aspecto Bio-Psicológico ..	60	02
TÉCNICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	Didática das Ciências . . .	60	02
ESTÁGIO	Supervisionado	120	04
	TOTAL PARCIAL:	240	08

ANEXO E – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – ÁREA DE CIÊNCIAS

(Escola de 2º Grau)

CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA

TÁBUA CURRICULAR

4º ANO

CURSO DE HABILITAÇÃO PARA A 5ª e 6ª SÉRIE DO 1º GRADUADO

CIÊNCIAS

		CARGA HORÁRIA	Nº AULAS SEMANAIS
EDUCAÇÃO GERAL			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSION	LÍNGUA PORTUGUESA	90 aulas	03 aulas
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	30 aulas	01 aula
	EDUCAÇÃO FÍSICA	60 aulas	02 aulas
ESTUDOS SOCIAIS		60 aulas	02 aulas
CIÊNCIAS	CIÊNCIAS NATURAIS	300 aulas	10 aulas
	MATEMÁTICA	60 aulas	02 aulas
	TOTAL PARCIAL:	<u>600 aulas</u>	<u>20 aulas</u>
FORMAÇÃO ESPECIAL			
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO I	ASPECTOS BIO-PSICOLÓGICOS	60 aulas	02 aulas
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	ASPECTOS SOCIO-HISTÓRICO FILOSOFICOS DA EDUCAÇÃO	60 aulas	02 aulas
TÉCNICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS	60 aulas	02 aulas
ESPÁCIO	SUPERVISIONADO	240 aulas	08 aulas
	TOTAL PARCIAL:	<u>420 aulas</u>	<u>14 aulas</u>
		<u>1020 aulas</u>	<u>34 aulas</u>

ANEXO F – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – ÁREA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

(Escola de 2º Grau)			
CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA			
TÁBUA CURRICULAR			
4º ANO			
CURSO DE HABILITAÇÃO PARA A 5ª e 6ª SÉRIE DO 1º GRADUADO			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO			
		CARGA HORÁRIA	Nº AULAS SEMANAIS
EDUCAÇÃO GERAL			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LÍNGUA PORTUGUESA	180 aulas	06 aulas
	LITERATURA BRASILEIRA	120 aulas	04 aulas
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	60 aulas	02 aulas
	EDUCAÇÃO FÍSICA	60 aulas	02 aulas
ESTUDOS SOCIAIS		60 aulas	02 aulas
CIÊNCIAS	CIÊNCIAS NATURAIS	60 aulas	02 aulas
	MATEMÁTICA	60 aulas	02 aulas
TOTAL PARCIAL:			
FORMAÇÃO ESPECIAL			
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO I	ASPECTOS BIO-PSICOLÓGICOS	60 aulas	02 aulas
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO II	ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICO FILOSOFICOS DA EDUCAÇÃO	60 aulas	02 aulas
TÉCNICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	DIDÁTICA DA COMUNICAÇÃO	60 aulas	02 aulas
ESCIÊNCIA	SUPERVISIONADO	240 aulas	08 aulas
TOTAL PARCIAL:		420 aulas	14 aulas
TOTAL GERAL:		1.020 aulas	34 aulas

ANEXO-G – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – GERAL

(Escola de 2ª Grau)

CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA
(TÁBUA CURRICULAR)

1976

(Escola de 2ª Grau)

(Carga horária total do curso)

(Carga horária semanal)

		ORGANIZAÇÃO ANUAL					
		SÉRIE DE DISCIPLINAS					
		SÉRIE DE DISCIPLINAS					
DISCIPLINA		1º ANO	2º ANO	3º ANO	TOTAL		
EDUCAÇÃO GERAL	LING. PORT. e LING. BRASILEIRA	05	-	03	240		
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	01	-	-	30		
	EDUCAÇÃO FÍSICA	03	02	03	240		
	INGLÊS	02	03	-	150		
	GEOGRAFIA	02	-	-	60		
	HISTÓRIA	02	-	-	60		
	CORG. SOCIAL POLITICA BRASILEIRA ..	-	01	-	30		
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	-	-	01	30		
	ENSINO RELIGIOSO	01	-	-	30		
	MATEMÁTICA	05	02	-	210		
	FÍSICA	04	-	-	120		
	QUÍMICA	03	-	-	90		
	BIOLOGIA	04	-	-	120		
	SUB-TOTAL:		32	08	07	1.410	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENTAL	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	-	02	-	60	
		LITERATURA INFANTIL	-	-	02	60	
		EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	-	-	01	30	
		ESTUDOS SOCIAIS	-	01	-	30	
		ESTUDOS REGIONAIS	-	-	02	60	
		CIÊNCIAS NATURAIS E PROG. SAÚDE ..	-	02	-	60	
	PROFISSIONALIZANTE	MATEMÁTICA	-	03	-	90	
		SUB-TOTAL:		-	08	09	390
		FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO I	-	02	03	150	
		FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO II	-	02	03	150	
		ESTAT. e PROG. ENSINO 1º GRAU	-	03	-	90	
		ESTATÍSTICA	-	02	-	60	
		DIDÁTICA	-	02	-	60	
		DIDÁTICA DA COMUNICAÇÃO	-	02	02	120	
DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	-	02	02	120			
DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS	-	-	02	60			
DIDÁTICA DOS ESTUDOS SOCIAIS	-	02	-	60			
ALFABETIZAÇÃO	-	02	-	60			
SUB-TOTAL:		-	17	14	930		
ATIVIDADES EXTRA-CLASSE	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	-	-	-	360		
	ATIVIDADES EXTRA-CLASSE	-	-	-	60		
TOTAL GERAL:		32	25	21	3.090		

ANEXO H – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – ÁREA DE MATEMÁTICA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "PROFESSOR FERNANDO LOPES SOARES"			
(Faculdade de 2º Grau)			
CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA			
TÁBUA CURRICULAR			
4º ANO			
CURSO DE HABILITAÇÃO PARA A 5ª e 6ª SÉRIE DO 1º GRAU			
MATEMÁTICA			
		CARGA HORÁRIA	Nº AULAS SEMANAIS
EDUCAÇÃO GERAL			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LÍNGUA PORTUGUESA	90 aulas	03 aulas
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	30 aulas	01 aula
	EDUCAÇÃO FÍSICA	60 aulas	02 aulas
ESTUDOS SOCIAIS		60 aulas	02 aulas
CIÊNCIAS	CIÊNCIAS NATURAIS	60 aulas	02 aulas
	MATEMÁTICA	300 aulas	10 aulas
	TOTAL PARCIAL:	600 aulas	20 aulas
FORMAÇÃO ESPECIAL			
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO I	ASPECTOS PSIC-PSICOLÓGICOS	60 aulas	02 aulas
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO II	ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICO E SÓCIO DA EDUCAÇÃO	60 aulas	02 aulas
TÉCNICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	60 aulas	02 aulas
ESTÁGIO	SUPERVISIONADO	240 aulas	08 aulas
	TOTAL PARCIAL:	420 aulas	14 aulas
		1.020 aulas	34 aulas

ANEXO I – TÁBUA CURRICULAR DO 4º ANO PARA O CURSO DE HEM – ÁREA DE ESTUDOS SOCIAIS

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "PROFESSOR FERNANDO DE ABREU RIBEIRO"			
(Escola de 2º Grau)			
CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA			
TÁBUA CURRICULAR			
4º ANO			
CURSO DE HABILITAÇÃO PARA A 5ª e 6ª SÉRIE DO 1º GRAU			
1975			
ÁREA DE ESTUDOS SOCIAIS		CARGA HORÁRIA	Nº AULAS SEMANAIS
EDUCAÇÃO GERAL			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSION	Língua Portuguesa	90	03
	Educação Artística	30	01
	Educação Física	60	02
ESTUDOS SOCIAIS	Geog. do Brasil e do ES .	90	03
	Org. Social e Pol. Brasil	60	02
	Educação Moral e Cívica	60	02
	Hist. Geral, Brasil e ES	90	03
CIÊNCIAS	Ciências Naturais	60	02
	Matemática	60	02
TOTAL PARCIAL:		600	20
FORMAÇÃO ESPECIAL			
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO I	Aspecto Bio-Psicológico . .	60	02
TÉCNICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	Didática Estudos Sociais	60	02
ESTÁGIO	Supervisionado	120	04
TOTAL PARCIAL:		240	08

ANEXO J – CONVITE E PROGRAMA DE FORMATURA DAS TURMAS DA ESCOLA NORMAL D. PEDRO II, DE 1971

CONVITE

A Diretoria da Escola Normal “Pedro II” e Professorandas de 1971, têm a honra de convidar V. Exa. e Exma. Família para a solenidade de formatura a realizar-se no dia 11 de dezembro.

Vitória, dezembro de 1971.

PROGRAMA

11 de dezembro, no Auditório do Carmo

às 14 hs. - Aula da Saudade ministrada pela Diretora Maria do Carmo Marino Schneider.

Oração da Saudade - Tânia Maria Fraga.

às 15 hs. - Culto Ecumênico em Ação de Graças.

às 20 hs. - No SESC

Cerimônia solene de Colação de Grau.

12 de dezembro, no Clube Vitória

às 22 hs. - Baile de Formatura.

JURAMENTO

Perante Deus e a sociedade, prometo sob juramento, empregar todos os meus esforços em proveito do desenvolvimento intelectual e do aperfeiçoamento do caráter da mocidade, cujo ensino me fôr confiado.

ANEXO L – RELAÇÃO DE FORMANDOS E PARANINFOS DE UMA DAS TURMAS DE 1971, DA ESCOLA NORMAL

3.º NORMAL B

PARANINFO: Sandra Maria Gasperazzo

Cremilda Pinto Rodrigues
Creusa do Carmo Alves
Dalva Sant'Ana
Dalva Milanesi
Dalva Riva
Débora Cunha Xavier
Delurdes da Penha
Deuza Soares da Silva
Denilza Maria Mórta
Denise Meyrelles de Jesus
Dercy Rangel dos Santos
Derly Rangel dos Santos
Dilamar Campos Pereira
Dioneia Marta de Carvalho
Dulce Vieira Coutinho
Dulcinea Benedicto
Dulcinéa Braz de Barcelos
Dulcineia Pereira Braga

Dulcinete Lyra
Edilamar Kirmes
Edilia Dias Ferreira
Edjane Penha Guedes
Edna Barros de Castro
Edna Castro de Oliveira
Edna Graça Martins
Edna Martins dos Santos
Ednéia de Oliveira Patrocínio
Edit Maria Rocon
Elenir de Souza Nunes
Eliana Padua dos Santos
Eliane Bastos Corrêa Lima
Eliane Lilia Ferrari
Eliana da Penha Costa
Elida Maria Patrocínio Passos
Eliana Stancini

HOMENAGENS ESPECIAIS

PATRONO :

Prof. Aci Nigri do Carmo

PARANINFOS :

Van Dyke Nogueira Costa
Sandra Maria Gasperazzo
Eliézer Tavares Jesus (orador oficial)
Isa Maria Chiabai
Helena Maria Barroso Saad
Denise Maria Simões Motta
Lêda Brambate Carvalhinho
Maria do Carmo Vieira
Cecília de Carvalho Siqueira

ORADORA DA TURMA :

Denise Meyrelles de Jesus

JURAMENTO :

Ildiléa Antônia do Couto

HOMENAGEM PÓSTUMA

Lenimar Muniz Marques

